

TÂNIA IZABEL VENDAS TANUS

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MATO GROSSO DO
SUL – CAMINHOS E DESCAMINHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação

Área de Concentração: Educação Escolar e Formação de Professores.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariluce Bittar.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

CAMPO GRANDE – MS

2002

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES EM MATO GROSSO DO SUL – CAMINHOS E
DESCAMINHOS**

TÂNIA IZABEL VENDAS TANUS

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Mariluce Bittar

Prof^a Dr^a Marilena Bittar

Prof^a Dr^a Cláudia Maria de Lima

AGRADECIMENTOS

A Deus,

que me deu a vida e guiou meus passos;

Ao meu marido, Wady,

por sua paciência, incentivo, apoio moral e força;

Aos meus filhos, Flávio, André e Otávio,

por serem meus companheiros e participarem da minha vida

A minha orientadora, Profa. Dra. Mariluce Bittar,

pela paciência, dedicação, tranquilidade e confiança que me ajudaram a ir além e superar as dificuldades e desafios;

Às minhas amigas de mestrado, Maria Cecília, Eloísa e Rosa Maria,

figuras primordiais desta caminhada, pela disponibilidade e por terem compartilhado comigo suas angústias, alegrias e pelo apoio incondicional.

A TODOS,

pela presença amiga, pelo incentivo e pela confiança em mim depositada.

MUITO OBRIGADA!

TANUS, Tânia Izabel. **Políticas de educação a distância e a formação de professores em Mato Grosso do Sul** – caminhos e descaminhos. Campo Grande, 2002, 149p. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Esta dissertação apresenta como objeto de pesquisa a Política de Educação a Distância – EaD- e a formação de professores em Mato Grosso do Sul. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as políticas de EaD no Brasil e a formação de professores e sua implementação em MS. Para atingir este objetivo delineou-se como objetivos específicos examinar a legislação e as diretrizes oficiais de EaD no Brasil e seus desdobramentos em MS, e, investigar a implementação dos programas de EaD sob a coordenação da Secretaria de Educação a Distância (TV Escola, Proinfo, Salto para o Futuro e Teleconferências) na esfera estadual e sua relação com a formação de professores. A investigação desenvolvida foi realizada por meio de pesquisa documental, com dados obtidos na Secretaria de Estado de Educação de MS e nas Diretrizes Nacionais de EaD estabelecidas pelo MEC. Os dados foram complementados por meio de entrevistas (grupo focal) com professores/ técnicos da Secretaria de Estado de Educação de MS. Verificou-se que a EaD está embasada em leis e diretrizes nacionais e regionais. A SEE de MS possui vários projetos em EaD e formação de professores, com muitas equipes preocupando-se com a aplicação dos programas, traçando objetivos e metas; mas, as metas desses projetos não são cumpridas na sua totalidade, a realidade é diferente das propostas registradas, por razões orçamentárias e de políticas públicas descontinuadas. Hoje o que se tem nessa modalidade de educação em MS são ações tímidas e sujeitas a prioridades políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais, Educação a Distância, Formação de Professores.

TANUS, Tânia Izabel. **Políticas de educação a distância e a formação de professores em Mato Grosso do Sul** – caminhos e descaminhos. Campo Grande, 2002, 149p. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco.

ABSTRACT

This dissertation presents as research object the Politics of Education in the Distance EaD and the formation of professors in Mato Grosso do Sul. The general objective of the research consists of to analyze the politics of EaD in Brazil for formation of professors and its implementation in MS. To reach this objective was delineated as objective specific: to examine the legislation and the official lines of direction of EaD in Brazil and its unfoldings in MS, and, to investigate the implementation of the programs of EaD under the coordination of the Secretariat of Education the Distance (TV Escola, Proinfo, Salto para o Futuro e Teleconferências) in the state sphere and its relation with the formation of professors. The developed inquiry was carried through by means of documentary research, with data gotten in the State secretary of Education of MS and in the National Lines of direction of EaD established by the MEC. The data had been complemented by means of interviews (group focal) with professors/technician of the State Secretary of Education of MS. Were verified that the EaD is based in laws and national and regional lines of direction. The SEE of MS possess some projects in EaD and formation of professors, with many teams being worried about the application of the programs, tracing objective and goals; but, the goals of these projects are not fulfilled in its totality, the reality are different of the registered proposals, for economics reasons and of discontinued public politics. Today what it is had in this modality of education in MS they are shy actions and citizens the priorities policy.

KEY-WORDS : Policy Educations, Distance Education, Formation of teachers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Evolução das diretrizes legais que davam suporte a EaD no Brasil antes da Lei 9394/96	45
Quadro 2	- Quadro Comparativo entre o Substitutivo, a Lei e o Documento Princípios Norteadores de MS	49
Quadro 3	- A regulamentação da EaD no Brasil por Decretos e Portaria.....	50
Quadro 4	- SINEAD e Plano Decenal – Necessidades e Estratégias	55
Quadro 5	- Legislação e outros documentos Formais	57
Quadro 6	- Projetos da SEE em MS no projeto piloto do Sistema Nacional de EaD .	59
Quadro 7	- Expectativas de MS em relação ao Plano Nacional de Educação	64
Quadro 8	- Plano Decenal de MS.....	68
Quadro 9	- Salto para o Futuro em 1995.....	78
Quadro 10	- Salto para o Futuro em 1996.....	80
Quadro 11	- Objetivos do Programa Salto para o Futuro	85
Quadro 12	- Kit Tecnológico – Brasil e regiões 1997	91
Quadro 13	- Programas elaborados pela TV Executiva/MEC e por MS	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Telealunos no Período 1992-1995	79
Gráfico 2 - Equipe de Avaliação do Programa –1995.....	81

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Carta de Apresentação.....	130
Anexo 2 - Questionário Aplicado aos Professores.....	131
Anexo 3 - Entrevista em Grupo Focal.....	134
Anexo 4 - Artigo 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional	141
Anexo 5 - Decreto nº 2.494, de 10 de Fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96).....	142
Anexo 6 - Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	145
Anexo 7 - Portaria nº 301 de 07 de abril de 1998. Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.....	146

LISTA DE SIGLAS

ASSOMASUL	– Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul
CNEAD	– Coordenadoria Nacional de Educação a Distância
CONSED	– Conselho Nacional de Secretários de Educação
CRUB	– Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DDA	– Diretoria de Desenvolvimento e Avaliação
DEMEC	– Delegacia do MEC
DGRH	– Diretoria Geral de Recursos Humanos
DOU	– Diário Oficial da União
DP	– Diretoria de Pessoal
ECT	– Empresa de Correios e Telégrafos
EMBRATEL	– Empresa Brasileira de Telecomunicação
ERTEL	– Empresa de Rádio e Televisão Educativa de MS
FURF	– Fundação Roquette Pinto
FUST	– Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação
GIP	– Grupo Interministerial
MEC	– Ministério de Educação e do Desporto
NE	– Núcleo Educacional
NUETEC	– Núcleo de Educação a Distância e Tecnologia Educacional

NTE	– Núcleo de Tecnologia Educacional
PNE	– Plano Nacional de Educação
PROINFO	– Programa Nacional de Informática na Educação
RTC	– Rede Teleinformacional de Cultura
RTE	– Rede Teleinformacional de Educação
RNP	– Rede Nacional de Pesquisa
SED	– Secretaria de Educação
SEE	_ Secretaria de Estado de Educação
SEED	– Secretaria de Educação a Distância
SINRED	– Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa
SUCAP	– Supervisão de Tecnologia Educacional
SUOE	– Supervisão de Operacionalização de Eventos
TC2000	– Telecurso 2000
TELEBRAS	– Telecomunicações Brasileiras
TVE	– Televisão Educativa
UCDB	– Universidade Católica Dom Bosco
UEMS	– Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS	– Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UnB	– Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O problema de pesquisa e sua contextualização	1
2. Considerações metodológicas e desenvolvimento de pesquisa	5
CAPÍTULO I	
POLÍTICA DE EaD NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS EM MS	10
1.1 Uma reflexão sobre política de educação a distância	10
1.2 Evolução histórica da política de EaD no Brasil	22
1.3 Evolução da política de EaD em Mato Grosso do Sul.....	34
CAPÍTULO II	
ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA DE EAD NO BRASIL E EM MS	43
2.1 As inovações da LDB	47
2.2 Sistema Nacional de Educação a Distância – SINEAD.....	53
2.3 Plano Nacional de Educação.....	60
2.4 Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003 e a Educação a Distância	66
CAPÍTULO III	
A EaD E OS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	71
3.1 Os programas de EaD do MEC em MS: análise dos objetivos expressos nos textos oficiais em confronto com a realidade.....	74
3.1.1 Programa “Salto para o Futuro”	74
3.1.2 Programa TV Escola.....	87
3.1.3 TV Executiva MS – Teleconferência	98
3.1.4 Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO	101

CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS	129

TÂNIA IZABEL VENDAS TANUS

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MATO GROSSO DO
SUL – CAMINHOS E DESCAMINHOS**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

CAMPO GRANDE – MS

2002

INTRODUÇÃO

1. O problema de pesquisa e sua contextualização

Analisar a implementação das políticas de Educação a Distância, EaD, e a formação de professores em Mato Grosso do Sul é o objetivo geral desta pesquisa. Para atingi-lo delineamos dois objetivos específicos: examinar a legislação e as diretrizes oficiais de EaD no Brasil e seus desdobramentos em Mato Grosso do Sul, e, investigar a implementação dos programas de EaD sob a coordenação da Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC (TV Escola, Programa Nacional de Informática Educativa – Proinfo, Salto para o Futuro e Teleconferências) na esfera estadual e sua relação com a formação de professores.

Nosso interesse por esta temática surgiu no Curso de Especialização *Lato Sensu* em “Didática Universitária”, da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB em 1999, quando nos foi oferecido um módulo sobre Educação a Distância, fazendo-nos refletir sobre as amplas possibilidades dessa modalidade de ensino.

Outro fator, é que trabalhamos no Banco do Brasil, no setor de formação profissional dos funcionários que utilizam a EaD como um dos caminhos para atingir esse objetivo. Desse modo, quando ingressamos no Programa de Mestrado em Educação, tivemos a oportunidade de investigar com maior profundidade esta temática, com o intuito de contribuir para ampliar os conhecimentos produzidos, especialmente no que se refere à realidade de Mato Grosso do Sul.

Vivemos em um mundo de transformações e de mudanças que afetam quase todos os aspectos da nossa vida. Somos, de certa forma, conduzidos a uma ordem global cujos efeitos todos nós sentimos, ainda que não a compreendamos completamente. Não cabe aqui discutir os diversos aspectos da globalização, mas sim analisar e investigar as temáticas que influem diretamente sobre a educação, pois para Giorgi (2001, p. 12) “o pior erro é compreendermos a globalização como um fenômeno quase exclusivamente econômico, quando na verdade ela é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica”.

Refletindo sobre o papel da educação nesse contexto, cujas previsões nos campos tecnológicos, econômicos e político-sociais não nos permitem antecipar, torna-se quase impossível planejar e definir com antecedência o que deve ser aprendido e que competências são necessárias para habitar esse “novo mundo”, pois a quantidade de informações disponíveis se multiplica e se acelera de forma explosiva e caótica a cada momento no mundo globalizado.

O homem navega no espaço. Investiga o universo. Descobre os microcosmos da matéria. E sua mente? Serão novos tempos? De que precisa o homem ao viver tamanha transformação?

A crescente importância da tecnologia na vida das pessoas levou o MEC a incluir, entre suas prioridades, as tecnologias da informação e comunicação das escolas da rede pública. Esse processo, como ação governamental, se desenvolve por meio de Programas tais como, o Proinfo, TV Escola, Salto para o Futuro e Teleconferências, sob a coordenação da Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC, criada pela Portaria nº 522, de 09 de abril de 1997. Esses programas são desenvolvidos em parceria com os estados e municípios a fim de serem executados de forma descentralizada.

Em cada unidade da federação há uma Coordenadoria Estadual de Educação a Distância, cujo papel principal é o de implementar, acompanhar e divulgar as ações dessa modalidade de educação. O coordenador representa o estado estabelecendo o vínculo com o MEC.

A primeira condição de êxito em qualquer campo, inclusive no campo da EaD, é ter clareza do que é, quais as características e quais os princípios que regem sua operacionalização. Segundo Lima (2000, p. 29):

[...] Não vemos a educação a distância como um recurso para a transmissão de um saber. A entendemos como um meio de ensino onde há um distanciamento físico e/ou temporal entre professor e aprendiz sim, mas que pressupõe uma relação mediada por meios de comunicação, representações de mídias e conhecimentos mútuos que vão determinar as necessidades desse processo, do aprender. Não desconsideramos que no contexto há uma informação a ser trabalhada, mas não a consideramos pronta e fechada, mas aberta para ser reconstruída por sujeitos reflexivos.

Nesse contexto a Educação a Distância se revela como um dos caminhos capazes de aumentar o alcance da educação ampliando as possibilidades de conhecimento aos que já possuem algum grau de instrução.

Como se sabe, não há uma forma única nem um único modelo de educação. Tampouco a escola é o único lugar onde acontece a educação. A educação escolar não é a única prática educacional, nem o professor é o único tipo de educador. Em função desses pontos, ao se pensar em política educacional, surgem questões tais como: Qual a diferença entre política educacional e educação?

Segundo Clélia Martins (1994, p. 8-9)

a política educacional é um processo que só existe quando a educação assume uma forma organizada, seqüencial, ditada e definida de acordo com as finalidades e os interesses que se tem em relação aos aprendizes envolvidos nesse processo. A educação, diferentemente da política educacional, pode existir livre e entre todos, como uma das maneiras que as pessoas encontraram para tornar comum – comunicar- o saber, externando naturalmente suas crenças. A política educacional, pressupõe organização, seletividade e criteriosidade sobre o que será ou não transmitido.

Ainda segundo a autora

a política educacional atua sobre a educação, mas não tem, como pode parecer num primeiro momento, o domínio sobre ela. Ao contrário, é a própria educação, como prática social que ultrapassa a escola, que pode atuar e interferir na política educacional. A política educacional é um dos instrumentos para se projetar a formação dos tipos de pessoas de que uma sociedade necessita, definindo a forma e o conteúdo do saber que vai ser passado de pessoa a pessoa para constituir e legitimar seu mundo, e visando, com isso, assegurar a sobrevivência dos diversos tipos de sociedade (1994, p. 9-10).

Como alternativa pedagógica de grande alcance, a EaD se apresenta como uma das formas adequadas para enfrentar problemas tais como: constante capacitação, educação continuada dos docentes, com novas técnicas e procedimentos para que com autonomia e liberdade enfrentem os desafios constantemente renovados e ampliados da profissão docente.

Não podemos mais considerar a EaD apenas como um meio de superar problemas emergenciais ou de tentar consertar alguns fracassos dos sistemas educacionais em dado período da história, como foi o caso de muitas experiências em países ricos e pobres, inclusive o Brasil, nos anos 70 (Projeto Logos, Projeto Minerva¹, entre outros). Em 2000, na tentativa de valorizar e incentivar os professores na sua formação, a EaD foi assumida pelo governo brasileiro como um instrumento eficaz, que prepara milhares de professores, acelerando a formação profissional, preparando-os para atender os requisitos da “Década da Educação”. Atualmente o que difere a EaD dos programas emergenciais é que essa modalidade de educação está se tornando cada vez mais um elemento regular e necessário dos sistemas educativos fazendo parte de um “conjunto de estratégias para promover a qualidade” na formação flexível desses profissionais.

Segundo o Ministro da Educação Paulo Renato, em editorial do programa Proformação do MEC (2000)

O recurso da EaD se faz necessário não porque falem cursos de formação de professores, mas sim porque a maioria desses cursos são presenciais, difíceis, portanto, de serem acompanhados por quem já trabalha, ou se localizam nos centros urbanos, impossibilitando o atendimento personalizado a populações rurais, dispersas geograficamente.

Acreditamos que a EaD é uma modalidade de aprendizagem que atinge uma variedade enorme de pessoas, democratizando o acesso à educação, possibilitando aprender de modo autônomo, oferecendo um ensino com novas propostas didáticas e metodológicas, promovendo uma educação permanente, com baixos custos², adaptando-se às necessidades atuais de atualização profissional impostas pela globalização. A educação a distância poderá permitir a redução de custos com a educação, uma vez que um grupo de profissionais qualificados está preparando, planejando e elaborando informações para milhares de estudantes, sem necessidade de ampliação de instalações (prédios escolares) e de quadro docente.

¹ Projeto LOGOS – projeto implantado pelo MEC, tinha como objetivo a formação/qualificação dos professores leigos sem afastá-los do exercício docente, através da EaD.

Projeto Minerva – transmissão em rede nacional de rádio dos conteúdos para preparação dos exames supletivos de capacitação ginásial e madureza ginásial, produzidos pela Fundação Padre Landell de Moura e pela Fundação Padre Anchieta.

² ARETIO (1994) destaca que o investimento inicial com equipamentos e material para desenvolvimento dos cursos é sempre elevado, mas decresce à medida que se amplia o quantitativo de estudantes. Reduz-se o custo em relação aos dos sistemas presenciais, ao eliminar pequenos grupos, ao evitar gastos de locomoção de alunos, ao evitar o abandono do local de trabalho para o tempo extra de formação permitindo a economia em escala.

Sendo assim, nosso desafio foi tentar captar essa realidade dinâmica e complexa e as múltiplas variáveis que agem e interagem ao mesmo tempo neste fenômeno.

Temos consciência de que nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado e que a pesquisa científica através das diferentes tendências metodológicas, auxilia-o a refletir e proporciona um novo olhar sobre o mundo.

O fenômeno educacional foi estudado por muito tempo como se pudesse ser isolado, como se faz com um fenômeno físico, nos quais as variáveis que o compõem podem também ser isoladas e quantificadas, levando assim ao conhecimento completo desses fenômenos, tomando-se os fatos sociais como coisas, em que a veracidade de um estudo era verificada pela quantidade.

Pesquisadores sociais ao contrário, buscam compreender os valores, crenças, motivação e sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação é colocada dentro de um contexto de significado, pesquisando os significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios, sendo sujeitos e objetos de suas pesquisas.

2. Considerações metodológicas e desenvolvimento da pesquisa

Em nossa dissertação adotamos a abordagem qualitativa, na qual a realidade é socialmente construída, os fatos sociais não podem ser quantificados simplesmente, pois, cada um deles tem um sentido próprio, diferindo dos demais.

A investigação que desenvolvemos foi realizada por meio de pesquisa documental, com dados obtidos na Secretaria de Estado de Educação de MS e as Diretrizes Nacionais de EaD estabelecidas pelo MEC. Complementamos a coleta de dados colhendo opiniões relevantes com grupo focal, uma técnica de entrevista utilizada na abordagem qualitativa.

Nossa dissertação passou por momentos um tanto quanto delicados que nos fizeram rever e delimitar melhor o objeto de pesquisa. Quando da escolha do tema a ser desenvolvido tínhamos bem claro que o enfoque seria sobre EaD; o projeto elaborado inicialmente foi “A Educação a Distância e a Formação dos Professores do NTE (Núcleo

de Tecnologia Educacional) de Campo Grande”, com o objetivo de analisar o processo de implementação da política de EaD no Brasil e seus reflexos na formação continuada dos professores utilizando o Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo como foco de investigação.

Na fase de aplicação do questionário (anexos 1 e 2) aos professores multiplicadores do NTE municipal, percebemos que era necessário refletir melhor sobre o objeto da pesquisa, pois o que ocorre efetivamente é que o Proinfo é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância – SEED, do Ministério da Educação – MEC, em parceria com os governos estaduais e alguns municipais e tem como objetivo principal a introdução das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na escola pública, como ferramenta de apoio ao processo de ensino-aprendizagem podendo utilizar a EaD como uma das formas dessa aprendizagem; porém, isto não havia ocorrido integralmente em Campo Grande, MS, na época da realização da pesquisa, isto é em novembro de 2001.

Detectamos no questionário aplicado às professoras multiplicadoras do NTE municipal que o Proinfo em Campo Grande foi e é desenvolvido em encontros presenciais realizados no NTE e que a formação das multiplicadoras **não** foi essencialmente a distância, contando com muitos momentos presenciais. O curso de especialização/formação das multiplicadoras, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, foi integralmente presencial nas 432 horas. As multiplicadoras continuaram investindo em sua formação e fizeram um curso oferecido pelo Proinfo, sob a orientação de professores da UFMS, esse sim, a distância, com 280 horas aula, cujo conteúdo tratava de projetos de aprendizagem.

Ainda numa tentativa de confirmação da realidade aplicamos o mesmo questionário a dois professores multiplicadores da rede estadual e verificamos que o Proinfo do estado também não utiliza a EaD como é preconizado no Programa. A EaD em MS está ainda em fase de sensibilização e conscientização sobre a importância da informática na formação do professor e sua prática na educação.

Após o primeiro impacto, ficamos atônitos, pois nosso objeto de pesquisa não mais existia da maneira como havíamos pensado, estávamos com um conjunto vazio. O que fazer? E as leituras e pesquisas de referenciais teóricos estariam perdidas? A angústia foi grande.

Reunimo-nos com nossa orientadora, e com professoras especialistas da área³ e redirecionamos os objetivos da dissertação, chegando aos apresentados no início desta “Introdução”. A principal mudança na definição do problema de pesquisa, referiu-se, portanto, em analisar quatro programas de EaD desenvolvidos pela Secretaria de Educação a Distância do MEC, cujas propostas focalizam a formação de professores como objetivo principal.

Para atingirmos nossos objetivos, portanto, realizamos a entrevista com grupo focal, (anexo 3), como técnica para investigar o problema de pesquisa dando um sentido maior de integração e aprofundamento das informações, complementando assim os dados levantados na fase inicial, isto é, a análise documental⁴.

O grupo focal⁵ é uma técnica de pesquisa, que permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de sessões em grupo no qual as pessoas que compartilham experiências comuns, discutem aspectos de um tema sugerido.

Minayo (1996, p. 129) destaca que

a técnica de grupo focal deve ser valorizada como abordagem qualitativa, seja em si mesma, seja como técnica complementar. Do ponto de vista operacional, a discussão de grupos focais se faz em reuniões com um pequeno número de informantes, com a presença de um animador(pesquisador) que intervém, tentando focalizar e aprofundar a discussão [...], os participantes são escolhidos a partir de um determinado grupo, cujas idéias e opiniões são do interesse da pesquisa.

Ainda segundo Minayo (1996, p. 129) “essa estratégia de coleta de dados é geralmente usada para:a)focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas; b) complementar informações sobre conhecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções; c) desenvolver hipóteses de pesquisa para estudos complementares”.

Na visão da autora “a gerência dos grupos de discussão por empregar várias pessoas é uma questão não apenas técnica. Implica a capacidade do animador(pesquisador) de não induzir consciente ou inconscientemente o grupo através de suas próprias

³ Citamos, particularmente, as contribuições das professoras Marilena Bittar, da UFMS, e Cláudia Maria de Lima, da UCDB.

⁴ Todos os documentos analisados para elaboração desta dissertação encontram-se identificados nas Referências Bibliográficas e ao longo dos capítulos.

⁵ Grupo Focal – Metodologia do Projeto – Os grupos focais de intervenção. www.ufrgs.br/nupacs/metodologia.htm, em 20/11/2001.

relevâncias. Mas implica também técnicas que Schrimshaw resume: o animador (pesquisador) –a) introduz a discussão e a mantém acesa; b) enfatiza para o grupo que não há respostas certas ou erradas; c) observa os participantes, encorajando a palavra de cada um; d) busca as deixas de continuidade da própria discussão e fala dos participantes; e) observa as comunicações não-verbais e o ritmo próprio dos participantes”, o que ocorreu nos contatos desta pesquisadora como grupo entrevistado, de forma natural e tranqüila (SCHRIMSHAW *apud* MINAYO, 1999, p. 129-130).

A técnica de *grupo focal* permite a identificação e o levantamento de opiniões que refletem o grupo em um tempo relativamente curto, otimizado pela reunião de muitos participantes e pelo confronto de idéias que se estabelece, assim como pela concordância em torno de uma mesma opinião, o que permite conhecer o que o grupo pensa. Em poucos encontros, é possível conhecer percepções, expectativas, representações sociais, conceitos do grupo. É fundamental para o sucesso da técnica que o ambiente seja acolhedor. Por isso, pela nossa metodologia, os grupos focais aconteceram em locais de familiaridade dos participantes (suas salas de trabalho dentro da sede da TV Educativa).

Entramos em contato prévio com o Coordenador de Planejamento, ligado a Superintendência de Planejamento e Apoio a Educação da Secretaria de Estado de Educação de MS, que muito solícitamente agendou nossa entrevista acrescentando, inclusive, que faria reunião com as professoras técnicas para que todos os detalhes fossem abordados com relação ao Programas de Formação de Professores por meio da EaD, além da visão política dessa forma de aprendizagem em MS. Em dezembro 2001, procuramos o Coordenador na Secretaria Estadual de Educação, nos deslocamos até as instalações da TV Educativa, local onde estavam alguns integrantes do antigo Núcleo de EaD e Tecnologia, que atualmente trabalham na biblioteca da TVE.

A entrevista ocorreu num período de duas horas, na sala da biblioteca da TVE. Contando com a participação da professora técnica na coordenadoria de planejamento A, com a professora técnica na coordenadoria de planejamento B, com a professora técnica na coordenadoria de planejamento C, além do coordenador de planejamento que é o coordenador de EaD no Estado perante o MEC.

Ressaltamos que a utilização das técnicas de análise documental, e do grupo focal proporcionou-nos a construção de uma série de possibilidades de informações que indicaram se o caminho era realmente este, embasando-nos no compromisso com a

maximização da verdade científica. Por meio da entrevista com o grupo focal notamos alguns aspectos desfavoráveis com relação ao desenvolvimento da EaD no estado, identificados pelos professores, os quais tentamos discutir no trabalho todas as vezes que enfocados dessa forma, uma vez que o que se observou foi o compromisso daqueles profissionais com a educação e com a formação de professores, todos com muita vontade de colocar em prática essa modalidade de educação, conscientes do papel que desempenham na Secretaria de Educação de MS.

Destacamos o profissionalismo das opiniões dos entrevistados, uma vez que além das professoras técnicas, o coordenador (ocupa cargo de confiança e compartilha da mesma sigla partidária do poder público da época), também emitiu suas considerações em relação a EaD no estado de MS, retratando única e exclusivamente a realidade reinante, não comprometendo suas afirmações devido ao cargo que ocupam.

Após o Exame de Qualificação elaboramos e enviamos um questionário via e-mail para a TVE Brasil, a fim de agregarmos a nossa dissertação uma opinião técnica e profissional sobre o programa para formação de professores “Salto para o Futuro”, de uma especialista de educação fora do estado, com visão do contexto nacional e um “olhar imparcial”, sobre o programa e sua evolução em MS.

Para analisarmos a implementação das políticas de EaD no Brasil e sua relação com a formação de professores, contextualizamos, no primeiro capítulo, o cenário nacional nessa transição secular, elaboramos uma breve reflexão sobre a política de Educação a Distância no Brasil; focalizamos também a evolução histórica do sistema educacional priorizando o crescimento da EaD nacional e estadual.

No segundo capítulo abordamos a análise da legislação e das diretrizes da política de EaD no Brasil e em MS, contemplando um dos objetivos desta pesquisa.

No terceiro capítulo estudamos a EaD e a formação dos professores por meio dos programas do MEC em MS, destacando-se: TV Escola, Proinfo, Salto para o Futuro e Teleconferências; privilegiamos a análise dos objetivos/diretrizes expressos nos textos oficiais em confronto com a realidade, abordando, assim, os diversos pontos que consubstanciam o objetivo principal desta dissertação.

CAPÍTULO I

POLÍTICA DE EAD NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS EM MS

1.1 Uma reflexão sobre política de educação a distância no Brasil

A atualidade apresenta-se com sinais que lhe são exclusivos. Esses diferentes sinais possuem características bastante especiais, inter-relacionam-se e apresentam aspectos de interdependência. Essa inter-relação e a interdependência criam situações as quais passam a funcionar como “venda” e nos impedem a visão real dos fatos, assim ficamos sem compreender o que está ocorrendo, deixando-nos levar pelas incertezas. Dentre esses sinais da presente época, destacamos a expansão do neoliberalismo⁶.

A política neoliberal foi atingindo seus objetivos: a inflação caiu na maioria dos países que a adotaram, principalmente pela imobilização dos movimentos sindicais (as greves diminuíram, os salários foram contidos, manter o emprego passou a ser vital para os trabalhadores). Entretanto, as despesas sociais do Estado ampliaram-se causadas pelo desemprego e pelo aumento crescente de aposentados; a dívida pública dos países capitalistas aumentou, mas o programa neoliberal continuou se expandindo.

Em relação à política educacional a abordagem neoliberal não questiona a responsabilidade do governo em garantir o acesso de todos ao nível básico de ensino. Apropria contudo, a necessidade de um outro tratamento para o sistema educacional. Postula-

⁶ **Neoliberalismo** – doutrina que surgiu após a II Guerra, na Europa e nos EUA, como reação ao Estado intervencionista e de bem-estar social. Entre seus propósitos estava o de preparar um novo capitalismo, livre de regras, tendo em vista que o Estado de bem-estar destruíra a concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. A desigualdade deveria ser vista como um valor em si, positivo (SOARES, 2000, p. 47-48).

se que os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta dos serviços (AZEVEDO, 1997, p. 15).

Os países do “Terceiro Mundo”, também têm buscado alternativas na proposta neoliberal, numa tentativa de conseguir vencer a enorme distância que os separa das nações desenvolvidas. Contudo, tal tentativa tem sido infrutífera, pois são as “nações desenvolvidas” que controlam as questões mundiais e formulam políticas que são impostas a todos os povos.

Os países em desenvolvimento, diante desse panorama sociopolítico-econômico, passaram a trabalhar com uma quantidade maior de problemas, além de ampliar e generalizar os já existentes. As transformações que foram ocorrendo no contexto internacional fizeram com que o mundo desenvolvido se deslocasse de uma economia industrial para uma economia digital.

A economia industrial era caracterizada como um conjunto de saber-fazer de ordem prática, desprovida de verdadeira justificação teórica. Sabia-se produzir este ou aquele resultado, mas não se estava em condições de explicar por que tal tipo de ação levava a tal resultado. A explicação não se fazia necessária e, geralmente, os efeitos práticos satisfatórios substituíam as justificações.

Nessa perspectiva, Belloni (1999, p. 18) destaca que

o modelo de EaD tem sido identificado com os modelos fordistas de produção industrial por apresentar as seguintes características principais: racionalização, divisão acentuada do trabalho, alto controle dos processos de trabalho, produção de massa de pacotes educacionais, concentração e centralização da produção, burocratização.

Na visão de Belloni (1999, p. 21)

os novos tempos do capitalismo significam uma reestruturação da economia, baseada em princípios pós-fordistas⁷ [...] que envolvem sistemas de produção mais flexíveis, design orientado para os desejos e necessidades de consumidores, dispersos em segmentos específicos de um mercado globalizado.

⁷ Pós-fordismo se caracteriza pela ruptura das estruturas industriais hierarquizadas e burocratizadas. O processo de descentralização e horizontalização da gestão está associado a um modelo de organização menos burocrático e mais empresarial e a uma ênfase na autonomia, iniciativa e flexibilidade oposta à rotina legal e racional do fordismo (BELLONI, 1999, p. 19-20).

As mudanças na qualificação para o trabalho exigem do processo educacional maior agilidade no trato com a informação, currículos mais flexíveis e polivalentes para atender as exigências de um mercado enriquecido em mutação.

Belloni (1999, p. 24) afirma que

as conseqüências destas questões no campo da educação, e no da EaD em particular, são extremamente importantes, pois, do mesmo modo que nos processos de trabalho o indivíduo passaria a ser considerado responsável por seu sucesso ou fracasso em se adaptar às novas regras do trabalho e da tecnologia [...], também no campo educacional o indivíduo seria responsável pela realização de sua própria formação [...].

Nesse quadro de possibilidades, Pierre Lévy categoriza o conhecimento existente na sociedade sob três formas: a oral, a escrita e a digital. O conhecimento digital utiliza, não apenas o uso de novos equipamentos para a produção e apreensão de conhecimentos mas também novos comportamentos de aprendizagem, novas racionalidades, novos estímulos perceptivos.

[...] a informática gera um regime cognitivo em que a codificação das informações possui um suporte digital. O digital é uma espécie de matéria fluída, maleável, capaz de suportar inúmeras metamorfoses e deformações. A transmissão das informações ocorre em tempo real, bem distinta, portanto, da transmissão por via do texto escrito, caracterizada pelo intervalo do tempo linear e que submetia seu acesso à exigência de interpretação (LEVY, 2000, p. 43).

A globalização da economia intensificou a competição exigindo das populações elevação dos níveis de educação geral e maior capacitação para o trabalho. Populações já marginalizadas pela falta de acesso ao conhecimento passaram a ser excluídas das conquistas do mundo moderno; um desses problemas diz respeito à *educação*. Uma das possibilidades de alterar/superar esses sinais da exclusão social pela falta de acesso ao saber pode ser encontrada no adequado emprego da EaD.

Pretto (2001, p. 36) afirma que

a discussão sobre a EaD ganha um destaque muito maior porque ela pode, justamente, contribuir com o debate sobre a redução tanto da desigualdade, como das distâncias entre as diversas esferas e sistemas de educação, particularmente na esfera da educação pública em nosso país.

Por outro lado, o exame da concepção de EaD, por meio da análise das estruturas organizacionais e dos acontecimentos próprios do cotidiano das experiências em curso, contribuem para o estudo dos modelos e padrões contemporâneos de EaD, os quais tomam a

educação como um processo de produção, que se otimiza utilizando diversos instrumentos para garantir como produto o sujeito social adaptado às exigências de mercado.

A mundialização da economia, leva, muitas vezes, a generalizações sobre o processo de globalização nem sempre coerentes com outros movimentos fora da área econômica. Estamos vivendo um momento de transformações estruturais globais devido à revolução tecnológica, em especial nas áreas da informação e da comunicação, com profundas mudanças culturais, estas pressionadas violentamente pela chamada globalização (VATTIMO, 1991).

Segundo GRINSPUN (1999, p. 53)

a terceira Revolução Industrial, marca dos últimos trinta anos, caracteriza-se por uma acelerada transformação no campo tecnológico com conseqüências não só no mercado de bens e serviços e de consumo, como, também, no modo de organização dos trabalhadores, no modo de produção e na qualificação necessária dos novos trabalhadores e nas relações sociais.

Essa situação traz-nos inseguranças: o antigo funciona com certa dificuldade e não se tem clareza do que deva ser posto no lugar daquilo que já existe. Há um forte sentimento de desconforto, as legislações e as instituições existentes mostram-se inadequados ao mundo que ora surge.

[...] vem a reflexão a respeito de que novo modelo de educação vamos precisar, então, para atender a essas mudanças colocadas pelo avanço tecnológico, tanto no sentido estrito da própria tecnologia (como informação ou transformação), como no sentido da formação do sujeito como trabalhador e cidadão.... tanto a construção do conhecimento para gerar a tecnologia, como a produção e a avaliação da tecnologia são tarefas que necessitam da educação como fundamentação e princípio para o alcance de seus objetivos (GRINSPUN, 1999, p. 55).

Até a bem pouco tempo a sociedade considerou existirem lugares e tempos adequados para estudar; de ora em diante a realidade é outra, a busca pelo conhecimento é uma constante, ir à escola é uma possibilidade, aprender em casa também. No novo contexto, grande parte das comunicações se faz através de redes. Os países em desenvolvimento como o Brasil poderão tirar proveito e utilizar, no campo da educação, a aprendizagem por meio da EaD, cumprindo assim um papel social e político.

A EaD está inserida no contexto da educação: é a mesma educação, operacionalizada a distância, enfrentando os mesmos problemas, as mesmas contradições

dadas pela relação educação-cultura-sociedade, marcada por diferentes manifestações, diferentes correntes ideológicas e diferentes formas de sistematização.

A fase pioneira e os avanços conseguidos até o final do ano de 1990, fizeram da EaD uma realidade no processo educacional brasileiro, mesmo não tendo ocorrido a sua institucionalização. Algumas iniciativas avançaram mais que outras. Contudo, permanecia a idéia básica de que correio, rádio e televisão eram instrumentos de auxílio à sala de aula.

Os cursos por correspondência, os programas radiofônicos e televisivos de preparação para a prova de ensino supletivo ou mesmo de vestibular eram aplicações bem intencionadas, no início nem sempre atrativas, mas que cobriam uma demanda supletiva da frequência escolar, sempre tida como ideal. A disputa por clientela e audiência levava os condutores de tais programas a investirem na criatividade e atratividade.

Em 1994, são intensificados os contatos com os governos francês, alemão, espanhol, canadense e de alguns países latinos, em busca da incorporação da experiência estrangeira nas reflexões sobre uma forma brasileira de EaD.

Como decorrência das reuniões técnicas com representantes do governo Espanhol, onde se estudou a forma de utilização gratuita do satélite educacional HIPASAT, oferecida pela Espanha, os representantes brasileiros (MEC, EMBRATEL, TELEBRAS e Min. Rel. Exteriores) se deram conta que o potencial técnico nacional, já instalado, era de tal alcance que se igualava aos mais avançados recursos hoje disponíveis, mas que estava subutilizado. Tomou-se, então, a decisão de se estabelecer um trabalho conjunto visando à instalação de um Sistema Nacional de Educação a Distância – SINEAD, já que todos eram unânimes em reconhecer o papel central da educação no desenvolvimento do país, em constatar que havia condições técnicas de implantação e que faltava, apenas, a decisão de concretizar a idéia (BRASIL, 1990-1994, p.8).

Segundo o relatório acima citado, o conceito de educação, transcende ao ensino tradicional passando a incluir o acesso de qualquer cidadão à informação e à escolaridade em todos os graus e modalidades de ensino.

Como sistema, o SINEAD deveria abranger todos os segmentos sociais. O SINEAD foi sendo preparado por uma série de atos preliminares de protocolo, acordos, convênios e portarias, que visavam precisamente a essa abrangência e conteúdo.

A EaD não deve ser apenas entendida como suporte à sala de aula nem solução a carências do ensino tradicional, mas nova forma educacional, centrada no auto-aprendizado e na continuidade do estudo ao longo da vida. A EaD ao mesmo tempo em que propõe a configuração de um projeto-piloto de aplicações educacionais dos meios da

telemática e multimídia no processo educativo, elimina diversas barreiras, que a educação presencial exige, como horário, local, diversidade de ritmo de aprendizagem, etc.

A concepção de EaD foi sendo formada, paulatinamente, em diferentes reuniões técnicas e grupos de trabalho, com suporte técnico – científico de especialistas na área. Sua divulgação e submissão à crítica ocorreu em diversos eventos.

As idéias expressas nesses eventos, amadureceram e possibilitaram a concepção de nova pedagogia exposta na Conferência Nacional de Educação para Todos, realizada em Brasília, em 1994⁸.

A EaD coloca-se como um conjunto de métodos, técnicas e recursos, postos à disposição de populações estudantis dotadas de um mínimo de maturidade e de motivação suficiente, para que, em regime de auto-aprendizagem, possam adquirir conhecimentos ou qualificações a qualquer nível (PRETI, 1996, p. 27).

Com a colocação de Preti a EaD destaca-se, ajudando na melhoria da qualidade educacional, e propiciando acesso a muitos brasileiros aos benefícios da educação

A educação pode deixar de ser um produto para se tornar processo de troca de ações, que cria conhecimento e não apenas o reproduz e a EaD como uma de suas modalidades faz parte do todo, com indagações que trazem dúvidas, tais como: a que trata da EaD e qual a sua realidade, no contexto geral da educação.

Ao se fazer referência à educação, algumas pessoas supõem que o termo diz respeito ao processo de escolarização em qualquer nível de ensino, de acordo com a designação convencional. Nossa proposição é apresentarmos os diferentes enfoque dados a *educação e ao ensino*, uma vez que existem correntes de autores que defendem esta ou aquela posição em relação aos termos citados.

Educação “é uma estratégia básica de formação humana, aprender a aprender, saber pensar, criar, inovar, construir conhecimento, participar, etc”. é dessa concepção que compartilhamos como pesquisadora, e pretendemos discutir o significado e as dimensões na EaD (MAROTTO *apud* PRETI, 1996, p. 24-25).

⁸ Tendo como referência a política nacional de educação que se integra o Plano Decenal de Educação para Todos, as SED's operacionalizam o local das ações do SINEAD, através das coordenações estaduais de EaD a elas vinculadas. Dentre esses atos destacamos a Portaria Interministerial 62/MEC-MC, de 14/01/94, que constituiu comissão para deliberar sobre a política de desenvolvimento da Rede Teleinformacional de Educação. O relatório dessa Comissão sugeriu nova perspectiva pedagógica, propondo estímulos às experimentações envolvendo auto-aprendizado, informática e comunicações a distância.

O conceito de educação, *provém* de dois vocábulos latinos *educare* (orientar, decidir num sentido externo); e *educere* (conduzir para fora) que nos indica uma ação para fora da “forma”, uma relação muito particular entre o educador e o educando, ambos se influenciando e se transformando, deslocando o foco do sujeito que ensina para o que aprende, tornando-o o centro do processo de aprendizagem.

Para Grinspun (1999, p. 31-32)

a política educacional contribui e estabelece as normas a serem atingidas para uma educação que se pretende de qualidade; a questão do educere, entretanto, não tem tanta intensidade, uma vez que se volta mais para o indivíduo no seu espectro múltiplo de formação. De uma maneira generalizada temos um sentido externo que deve caminhar junto ao sentido interno do próprio ato de educar-se.

Ainda na visão de Grinspun “no que se refere as definições da educação, identifico que as mesmas estão associadas às diferentes correntes pedagógicas que as formulam, assim como às diferentes propostas culturais que as determinam” (Idem).

Comportamentos desafiadores, decorrentes da integração das novas tecnologias ao ambiente educacional provocam mudanças estruturais à ação docente e às formas de educar. Segundo Kenski (2001, p. 76)

são exigidos novos posicionamentos que possibilitem aos professores a fluência metodológica adequada para realizarem um ensino de qualidade, ainda que as próprias concepções do que é ensino e do que é aprendizagem também tenham se transformado.

Até na legislação vigente no Brasil há uma certa dificuldade de definição como por exemplo na Lei 9394/96, em seu artigo 32, no qual “o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. É a entrada objetiva da metodologia no processo, embora a Lei tenha utilizado indiscriminadamente, como se fosse a mesma coisa (e sabemos que não é); outro aspecto evidenciado é a EaD como complemento da aprendizagem não como modalidade de educação. O artigo 80, título VIII, assim estabelece:

- a) o Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas **de ensino a distância**;
- b) **o ensino a distância** desenvolve-se em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada;
- c) **a educação a distância** organiza -se com abertura e regime especiais;
- d) **a educação a distância** será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União; [...] (grifos nossos).

As diversas denominações dificultam uma definição precisa, mas deixam-nos supor que não pretendem abranger idéias e propósitos distintos, voltados para oferecer oportunidades educacionais descentralizadas e individualizadas para se adaptar às necessidades do futuro. Portanto, tratar da EaD, não é tratar de algo isolado da educação em geral. Segundo Pedro Demo (1998, p. 19),

[...] tomamos educação como processo de constituição histórica do sujeito, através do qual torna-se capaz de projeto próprio de vida e de sociedade, em sentido individual e coletivo, ou seja, é um processo de conquista e construção de dentro para fora, estabelecendo uma relação social de baixo para cima, com evidente relação emancipatória já que neste processo deixa-se de ser objeto de manipulação e manobra. Neste sentido, sinaliza a competência maior do ser humano que é de teor político, incluindo-se nisto em particular a competência de aprender.

Contrapondo aos conceitos de educação, verificamos que o *ensino* é o processo inverso, de fora para dentro, no qual o aspecto manipulativo é mais evidente, a moldagem externa predomina sobre a dinâmica da construção interna, além de ser diretivo, destacando a relação hierárquica entre quem ensina e quem aprende, relação social de cima para baixo. De acordo com o mesmo autor (1998, p. 19),

não é propriamente um jogo de sujeitos, mas de um sujeito face a um objeto, ou seja [...] em processos educativos também aparece a relação de poder, mas deveria predominar a relação de poder entre sujeitos, não entre sujeitos e objetos. Neste sentido, podemos dizer que, em educação, a relação, além de ser de dentro para fora, é também de baixo para cima.

Nesse sentido “o *ensino*” representa instrução, aprendizagem técnica, transmissão de conhecimentos, treinamentos. O *ensino* oferece a oportunidade de realizar estudos em diversos âmbitos, especialmente nos técnico administrativos e técnico-científicos, pretende atender a interesses e necessidades de atualização, aperfeiçoamento nas diversas áreas de conhecimento e mercado de trabalho. Ensino é um termo mais restritivo ao processo ensinar-aprender, no qual alguém sabe e o outro não sabe. O enfoque maior é no esplendor institucional e tecnológico para que um determinado conhecimento seja transmitido e assimilado pelo aprendente de forma mais eficiente e eficaz.

A escola é um sistema de ensino, mas deveria orientar-se por compromissos educativos que fariam recuar a dimensão domesticadora, passiva, em favor de processos mais emancipatórios nas quais o aluno rompe o ciclo, passa de espectador passivo a ator

situado num jogo de preferências, de opções, de desejos, de amores, de ódios e de estratégias, podendo ser emissor e receptor no processo de intercompreensão.

Nesse contexto muitas vezes ainda não se leva em conta o ser cultural existente nas pessoas, desconsidera-se suas necessidades e desejos. Sabemos que no Brasil há diferenças culturais, mas a questão cultural não é destacada na EaD. Para Lima (2000, p. 30).

conhecer as expectativas e necessidades dos diferentes professores brasileiros e o quanto as diferenças entre elas podem interferir no sucesso pedagógico de um projeto de EaD, bem como avaliar essas necessidades as do cidadão é fundamental para que o alcance de iniciativas dessa natureza não fique só nas definições e possa efetivamente atender diferentes contextos.

A EaD tem sido vista pelo governo brasileiro como uma das formas alternativas de aperfeiçoamento do corpo docente do sistema público de ensino. A redução dos recursos públicos para a educação pública, o asfíxiamento das universidades públicas, a realidade da escola pública evidenciam a impossibilidade de resolução desses problemas sociais vigentes. A conscientização dessa situação por parte dos educadores exige um repensar dos reais fundamentos das propostas de formação de professores em curso no país. Qual seria o papel da EaD diante desse quadro? Qual o interesse político nessa formação “em massa”⁹ para cumprir a LDB?

Todos esses pontos nos parecem inquietantes e pertinentes no que se refere a EaD dentro do panorama da educação brasileira, porém, por ser esta modalidade de educação ainda pouco utilizada comparativamente com a presencial; não temos como responder as questões acima levantadas, mas cabe-nos ressaltar a análise dessas políticas no que tange à formação de professores como objetivo que norteia essa dissertação.

Destacamos que o Decreto da Presidência da República nº 2494 regulamentou o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) “e deixou claro que a EaD, não pode ser sinônimo de falta de seriedade, de compromisso ético e de investimentos irresponsáveis, sem planejamento e acompanhamento adequados” (LIMA 2000, p. 33).

A EaD está se tornando cada vez mais presente nos sistemas educacionais, para atender a demanda de formação contínua do professor, especialização da população adulta, bem como para a qualificação profissional atualizada e diversificada.

⁹ O artigo 87 de LDB (lei 9394/96) exige que até o final da década da educação (ano 2006), que **todos** os professores sejam habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Segundo Belloni (1999, p. 5),

a EaD tende doravante a se tornar cada vez mais um elemento regular dos sistemas educativos, necessário não apenas para atender a demandas e/ou grupos específicos, mas assumindo funções de crescente importância, especialmente no ensino pós-secundário, ou seja, na educação da população adulta, o que inclui o ensino superior regular e toda a grande e variada demanda de formação contínua gerada pela obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento.

Parte-se do pressuposto de que a EaD pode desempenhar o papel de mola propulsora de educação para a inclusão e não só a idéia de preparação para o mercado, mas como elemento importante “pelo qual a sociedade pode disponibilizar para todos seus cidadãos o acesso às possibilidades de seu desenvolvimento integral como seres humanos, em suas dimensões social e individual, objetiva e subjetiva” (AAVV *apud* PRETTO, 2001, p. 32).

A EaD está conectada à discussão sobre a sociedade em rede, que se discute a partir da Revolução Tecnológica em curso, pela conexão que estabelece com as mesmas tecnologias da comunicação e informação. A discussão sobre essa conexão necessita ultrapassar a idéia de que a incorporação de novas tecnologias no campo educacional tem a ver, apenas, com uma questão de modernização, ou expansão quantitativa do mesmo tipo de educação que vem sendo aplicada.

Segundo Ferreira (1999, p. 61)

somos levados a imaginar que qualquer tecnologia introduz mudanças psicológicas substanciais. Entretanto, nem sempre é assim: uma série de mudanças que durante décadas foram atribuídas a imprensa, [...] tiveram sua origem em mudanças muito mais sutis que as precederam, e que não foram mudanças propriamente tecnológicas [...] a tecnologia que permitiu a leitura silenciosa, a busca rápida e a citação é anterior a imprensa. Mas, a imprensa introduziu uma mudança total e completa em um aspecto crucial: a idéia de cópia de um mesmo texto.

A mesma autora ainda destaca que:

o computador permite uma nova aglutinação: o autor das marcas pode ser seu próprio editor [...] em outras palavras: o autor intelectual e o autor material completam-se agora com o editor material [...] falou-se da morte da escrita, da substituição do escrito pela imagem direta dos fatos. Em termos educativos, foram feitas fabulosas projeções [...] Mas o computador pessoal, em seu uso mais banal de instrumento sofisticado para escrever e imprimir, tanto quanto em seus usos mais recentes de converter o usuário em um navegador em redes informáticas, reintroduziu o poder da escrita, ainda que rapidamente vinculado ao da imagem, em um novo tipo de interação (Ferreira, 1999, p. 61).

Na visão de Kenski (2001, p. 80):

nas formas tradicionais de leitura alfabética, o olho tem função e ação específicas [...] o movimento mecânico do olhar alfabético define a rotina da leitura. Na leitura destes novos livros, proporcionada pelo ambiente digital, a visão se articula e se integra com os demais sentidos, principalmente a audição e o tato. Estas novas formas de leitura e seus desdobramentos vão exigir metodologias e ações novas e diferenciadas de educação.

A possibilidade de se produzir um documento unindo texto, imagens e som no mundo digital faz com que nos conscientizemos de que é cada vez mais difícil crer apenas no discurso que quer modernizar. Temos consciência que hoje, quem não sabe manejar um computador e ler o ambiente digital está em desvantagem, porém é preciso que esses conhecimentos não sejam trabalhados somente de forma técnica, mecânica, mas em sua totalidade de construção e questionamento das informações transformando-as efetivamente em conhecimento mediatizado pela leitura do estabelecendo conexões entre o singular e o universal.

Neste contexto, Nelson Pretto (2001, p. 39) destaca outro aspecto:

entender que a conexão é uma condição necessária, mas não suficiente. Precisamos trabalhar numa outra perspectiva, que é a de formar o cidadão para o uso dessas tecnologias e com um enorme cuidado para não cairmos na armadilha que induz a pensar que seja suficiente preparar o trabalhador para usar os computadores e a rede. [...] É fundamental entender que a preparação para esse mundo tecnológico não pode estar desvinculada da formação básica, ou seja, nós não podemos falar em alfabetização digital se não falarmos, simultaneamente, em alfabetização dos números, da consciência corporal, da cultura, da ciência.

Enfim, mais do que soluções instantâneas, a experiência em EaD tem trazido à tona sua particularidade, envolvendo a reconfiguração dos desafios da educação, da transformação das condições de planejamento, da produção e interação entre todos os atores envolvidos no processo.

Essa conexão em alguns momentos serve apenas para marcar e distinguir alguns pontos históricos da EaD, de acordo com a predominância do uso desta ou daquela tecnologia. Trocando em miúdos, houve na EaD fases da educação começando pela correspondência, depois a fase do rádio, da televisão e do vídeo e mais recentemente a nova fase via rede mundial, através da Internet.

Essa perspectiva mostra a evolução instrumental das tecnologias, com substituições não lineares. O que verificamos é uma grande heterogeneidade de experiências quanto ao tipo de tecnologia que é utilizada, dependendo da realidade a ser atendida, com combinações e alternâncias de diferentes tecnologias em um mesmo curso.

Com toda modernização colocada a serviço da educação e, superando as expectativas de resolução de situações históricas através da EaD e de sua alta produtividade, podemos refletir sobre o que representa estas tecnologias no contexto escolar e os desafios a serem enfrentados, visto que não são raros os casos de escolas que possuem computadores, mas não têm acesso à energia, ou linha telefônica, ou o provedor daquela localidade está com problemas, quando existe; algumas escolas recebem os aparelhos mas eles precisam ficar trancados, sob vigilância porque podem ser roubados pela própria comunidade.

Como podemos notar as ações não podem apenas centralizar-se na instalação da infra-estrutura tecnológica que garantirá a distribuição de conteúdos, mas trabalhar “a formação e conscientização do cidadão, partindo do pressuposto de que a cidadania é um espaço de enriquecimento da formação do produtor de cultura, [...]” (PRETTO, 2001, p. 34) que deve ser preservado, que representa uma possibilidade de transformação dos alunos, devendo ser cuidado e não saqueado pela comunidade.

Precisamos estar atentos sobre a questão da possibilidade de redução das distâncias na EaD. Ao pensarmos nas novas tecnologias como potencialmente redutoras de distâncias, se não tivermos essa conscientização de direito do cidadão e de políticas públicas que entendam a educação como um mecanismo fundamental para a formação dessa cidadania.

Considerando nossa posição de país periférico, as possibilidades de mudança, no sentido da democratização do acesso aos meios técnicos disponíveis na sociedade e da diminuição das desigualdades sociais, se situam no nível das escolhas políticas da sociedade, ou seja, da capacidade de a escola e os cidadãos acreditarem e agirem em consequência desta crença- em uma concepção dos processos de educação e comunicação como meios de emancipação, e não apenas de dominação e exclusão (BELLONI, 1995, p. 56).

Portanto, se faz necessário ter um professor qualificado, bem remunerado e com boas condições de trabalho, tendo uma escola pública e gratuita, de qualidade e

equipada para manejar todos os instrumentos tecnológicos disponíveis, estaremos introduzindo um novo tipo de exclusão: a digital¹⁰.

A ênfase que se tem dado a EaD como sendo a grande possibilidade de superação desses desafios educacionais contemporâneos vai muito além da simples incorporação dessas tecnologias como novas interfaces comunicacionais.

Precisamos, também pensar nas condições da escola e do próprio professor, um trabalhador que, sem as mínimas condições, é empurrado, literalmente, para o trabalho de articulação desse universo em constante transformação. A escola é ainda muito precária e as alternativas de cursos a distância, muitas vezes, podem significar um descompromisso do poder público com a sua melhoria [...] (PRETTO, 2001, p. 40).

A escola, numa nova perspectiva, passa a ter um papel muito mais forte, um papel significativo na formação das novas competências, que não sejam necessariamente competências vinculadas à perspectiva de mercado que domina hoje toda a sociedade. Que não seja, enfim, uma simples preparação para o mercado, mas a produção de uma sinergia entre competências, informações e novos saberes.

1.2 Evolução histórica da EaD no Brasil

A idéia de Educação a Distância, para a maioria dos autores, é muito antiga. A primeira tecnologia que permitiu a EaD foi a escrita. A comunicação educativa com o objetivo de provocar a aprendizagem em discípulos fisicamente distantes encontra suas origens no intercâmbio de mensagens escritas, desde a Antigüidade.

Inicialmente na Grécia e, depois, em Roma, existia uma rede de comunicação que permitia o desenvolvimento significativo da correspondência. Às cartas, comunicando informações sobre o cotidiano pessoal e coletivo, juntam-se as que transmitiam informações científicas e aquelas que, intencionalmente, destinavam-se à instrução. Essa coleção de cartas greco-romana manifestou-se no Cristianismo, atravessando os séculos,

¹⁰“Não podemos correr o risco de desenvolver mecanismos para alfabetizar mecanicamente a população para o uso das tecnologias e, com isso, estarmos formando, os analfabetos funcionais digitais, aqueles que serão meros operadores das máquinas, que aprendem a usar as tecnologias como simples instrumento” (PRETTO, 2001, p. 49).

adquiriu especial desenvolvimento nos períodos do humanismo¹¹ e do iluminismo¹². A tecnologia tipográfica, posteriormente, ampliou grandemente o alcance da EaD.

Com o aparecimento da tipografia, entretanto, o livro impresso tornou-se o foco do ensino por correspondência, que deixou de ser em forma de cartas. Mas o livro, seja manuscrito, seja impresso, representa o segundo estágio da EaD, independentemente de estar envolvido no ensino por correspondência, pois ele pode ser adquirido em livrarias e por meio de outros canais de distribuição. Com o livro impresso temos a primeira forma de EaD de massa.

Segundo Lobo Neto, um primeiro marco da EaD foi o anúncio publicado na Gazeta de Boston, no dia 20 de março de 1728, pelo professor de taquigrafia Cauleb Philips: “Toda pessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston” (LOBO NETO *apud* SARAIVA, 1996, p. 28-33).

O desenvolvimento de uma ação institucionalizada de educação a distância teve início a partir da metade do século XIX. Adentrando o século XX, observa-se o movimento contínuo de consolidação e expansão da educação a distância. O aperfeiçoamento dos serviços de correio, a agilização dos meios de comunicação e da informação influíram decisivamente nos destinos da educação a distância.

O surgimento do rádio, da televisão e, mais recentemente, o uso do computador como meio de comunicação veio dar nova dinâmica à educação a distância. Cada um desses meios introduziu um novo elemento a EaD. Mais recentemente, as tecnologias de comunicação e telecomunicações, especialmente em sua versão digital, ampliaram ainda mais o alcance e as possibilidades de EaD.

O primeiro computador foi revelado ao mundo em 1946, mas foi só depois do surgimento e do uso maciço de microcomputadores (que apareceram no final de 1977) é que os computadores começaram a ser vistos como tecnologia educacional. A Internet (embora tenha sido criada em 1969) só explodiu no mercado nos últimos anos, quando foi

¹¹ Humanismo – Doutrina que reconhece o homem como valor supremo e foi de 1418 a 1527 (ALMEIDA, p. 1744)

¹² Iluminismo – Período histórico filosófico, nitidamente racionalista (confiança no poder da razão), no Séc. XVIII (ALMEIDA, p. 1755).

aberta para o uso comercial, pois antes servia apenas à comunidade acadêmica articulada com os militares em pesquisas bélicas.

Armando Villarroel (1996) considera que há três gerações das tecnologias da *comunicação* que, evidentemente, afetam as possibilidades da educação aberta e a distância. São elas:

- Educação baseada no texto, impresso ou comunicado por outros meios
- Educação baseada na possibilidade de comunicação em tempo real ou síncrona (combinação de televisão e computador: áudio e videoconferência)
- Educação baseada na possibilidade de contatar as pessoas em tempo diferente ou assíncrono. Exemplo: e-mail.

Essas possibilidades de comunicação permitem que se use, de forma criativa e combinada, a educação presencial e a educação a distância, complementando-as entre si, mas, há que se fazer uma reflexão sobre essa perspectiva evolucionista presente nesse tipo de explicação, pois acaba enfatizando, apenas, o uso instrumental das tecnologias, sem que haja uma análise mais ampla do sentido dessas tecnologias no contexto social ou educacional em cada momento histórico específico.

O correio eletrônico, e-mail, está no ar há apenas 30 anos, o “nascimento” do símbolo @ (arroba) foi em outubro de 1971, nos Estados Unidos, tendo como pai o engenheiro Ray Tomlinson (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/10/2001, p. F1).

Inexistem registros precisos acerca da criação da EaD no Brasil. O Jornal do Brasil, que iniciou suas atividades em 1891, registrou na primeira edição da seção de classificados, anúncio oferecendo profissionalização por correspondência (datilógrafo, o que faz com que se afirme que já se buscavam alternativas para a melhoria da educação brasileira, e coloca dúvidas sobre o verdadeiro momento inicial da EaD). Tem-se como marco histórico a implantação das “Escolas Internacionais” em 1904, representando organizações norte-americanas.

Alves (1994) “destaca que nessa época, a crise na educação nacional já era notada, buscando-se desde então opções para a mudança do status quo”. Transcreve a citação contida no relatório de 1906, de Joaquim José Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores (que abrangia a Educação), ao Presidente da República. Textualmente, assim manifestava o titular da pasta: “O ensino chegou (no Brasil) a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se a sua reforma radical, ou preferível será aboli-lo de vez”.

A Educação a Distância começou, portanto, num momento bastante conturbado da educação brasileira. A história da educação formal no país tem seus fundamentos a partir de um ensino cujos objetivos foram, quase sempre, o privilégio de determinados segmentos da população. Analisar a EaD significa trabalhar com um tema, cuja proposta será de romper com um ciclo determinado há muito tempo. Este rompimento, no entanto, não pode ter em sua base a substituição de sistemas presenciais por sistemas a distância.

Em nosso país, propostas de inovação educativas são tomadas, quase sempre, na perspectiva de solucionar problemas de acesso e permanência de alunos no sistema de ensino. Desta forma não podemos confundir propostas de educação a distância e a necessidade de romper o ciclo da seletividade e exclusão do sistema educacional brasileiro. A EaD tem em sua base a idéia de democratizar e facilitar o acesso à escola, não a idéia de suplência ou substituição ao sistema regular estabelecido, tampouco a implantação de sistemas provisórios, mas de sistemas fundados na educação permanente, demanda que a sociedade nos impõe hoje, como forma de superação de problemas relativos ao desenvolvimento econômico e tecnológico vivenciados atualmente.

Devido a pouca importância que se atribuía à EaD e às dificuldades dos correios, pouco incentivo recebeu o ensino por correspondência por parte das autoridades educacionais e órgãos governamentais.

Em 1923, com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por um grupo liderado por Henrique Morize e Roquete Pinto, iniciou-se a educação pelo rádio. A emissora foi doada ao Ministério da Educação e Saúde em 1936 e, no ano seguinte, foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.

Surgiu outra experiência em São Paulo que foi a do Instituto Rádio Técnico Monitor, fundado em 1939, com opção no ramo da eletrônica. Em 1941 surgiu o Instituto Universal Brasileiro, objetivando a formação profissional de nível elementar e médio. Em 1943, a Igreja Adventista lançou programas radiofônicos através da Escola Rádio-Postal de “A Voz da Profecia”, com a finalidade de oferecer aos ouvintes os cursos bíblicos por correspondência.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC iniciou em 1946 suas atividades e desenvolveu, no Rio de Janeiro e São Paulo, suas atividades em EaD em

1976, com a criação do Sistema Nacional de Teleducação voltada para a formação profissional no setor de Comércio e Serviços.

Entre as primeiras experiências de maior destaque encontra-se certamente, em 1960 o Movimento de Educação de Base – MEB, formado através de um convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Ministério da Educação MEC/CNBB – para estender o modelo das escolas radiofônicas do Rio Grande do Norte para outros estados do Nordeste, levando instruções e noções religiosas às pessoas daquela região.

O MEB surgiu como um movimento de educação a distância não-formal e teve início efetivo através do serviço radiofônico com apoio de material impresso e grupos de apoio locais, para programas de alfabetização, conscientização, politização, educação sindicalista, instrumentalização das comunidades e animação popular.

O MEB foi o único movimento de educação e de cultura popular que sobreviveu ao golpe de Estado de 1964, por força do convênio com a União que fixara as datas-base de 1961/65. Com o recuo da hierarquia da Igreja face às novas condições políticas, em 1966, o MEB, perdeu suas características de Movimento de Educação Popular e tornou-se uma forma tardia de Educação Fundamental, como analisa Carlos Rodrigues Brandão. A estatística de 1964 é indicativa da perda do impulso já registrado: em dezembro restam 4. 554 das 6. 218 escolas radiofônicas atuantes em março do mesmo ano [...] (GOES, 1999, p. 28).

Em 1969 surgiu o Projeto Saci uma iniciativa do MEC/CNPq/Instituto de Pesquisas Espaciais – com oferta de aulas pré-gravadas transmitidas via satélite e suporte em material impresso, para professores leigos do então Ensino Primário. Saraiva (1996, p. 28-33) destaca que:

em 1976 o projeto piloto foi encerrado, tendo como saldo: 35 minutos de comunicação via satélite, em 1975; 1. 241 programas de rádio e TV realizados, com recepção em 510 escolas de 71 municípios do Rio Grande do Norte, das quais 10 receberam o sinal diretamente do satélite e cerca de 200 receberam via estação de superfície, retransmitindo o sinal do satélite próximo a elas.

Nos anos 70 as tentativas de organização de experiências em EaD no Brasil tiveram uma intervenção governamental acentuada, trazendo componentes ideológicos necessários à manutenção do regime militar brasileiro que ocupava, naquele momento, o poder de Estado. Parte das resistências a esta modalidade de educação estão associadas ao regime ditatorial e à difusão dos chamados modelos tecnológicos tão em voga naquela época.

O Projeto Minerva, criado em outubro de 1970, pelo governo federal, com base na Lei 5692, foi fruto de um acordo entre o Ministério da Educação e o Ministério das Comunicações. Este acordo determinava que a transmissão do Projeto ocorreria em todas as rádios e televisões comerciais ou privadas do país, tendo uma duração de 5 horas semanais. O Projeto Minerva dava ênfase à educação de adultos, com transmissão de conteúdos para preparação dos exames supletivos de capacitação ginásial; atendeu 17. 246 alunos de outubro de 1970 a dezembro de 1971 (LUZ, 1999, p. 157).

Esse projeto rádio-educativo foi constituído como uma solução a curto prazo aos problemas do desenvolvimento econômico, social e político do país. Tinha como base um período de crescimento econômico, conhecido como o “milagre brasileiro”, onde o pressuposto da educação era de preparação de mão de obra para fazer frente ao desenvolvimento e à competição internacional. Segundo LIMA (1990) o objetivo do projeto Minerva era o de propor uma alternativa ao sistema tradicional de ensino como formação suplementaria à educação continuada. O projeto atendeu em nível de 1º e 2º graus por meio do oferecimento de diferentes tipos de cursos:

- Curso de qualificação para 2º graus, revisava os conceitos fundamentais da escola de 1º e 2º graus, preparando para o exame de ‘Madureza’, os cursos compreendiam 5 disciplinas: português, matemática, história, geografia e ciências e tinha uma duração de 50 horas.
- Curso de Madureza para formação de 1º e 2º graus tinha como objetivo melhorar a escolarização dos estudantes, tinha uma duração de 125 horas e era precedido de um curso preparatório.
- Curso de Moral e Civismo, tinha por objetivo reforçar o sentimento de nacionalidade. Era composto de 15 sessões de 15 minutos.
- Curso de conteúdo básico em 7 disciplinas voltadas para o 1º grau.: português, matemática, ciências, estudos sociais, princípios do trabalho, educação sanitária e formação moral e cívica.

O Ministério da Educação coordenou a execução de todas as atividades relacionadas ao Projeto Minerva. Este projeto possuía infra-estrutura própria, uma coordenação financeira e técnicos à disposição da Fundação Central Brasileira de Televisão Educativa, em colaboração com o Serviço de Radiodifusão Educativa e com o Ministério de Comunicações. O acompanhamento dos alunos foi realizado sob duas formas: organizadas e isoladas. Na forma organizada, os alunos dirigiam-se a centros específicos e, durante 15 dias grupos de estudantes tinham a ajuda de monitores. Na forma isolada, os alunos recebiam a matéria do programas em suas residências. Foram constituídas equipes regionais que eram compostas por 21 pessoas, ou seja, um

representante por Estado da federação. Esta equipe foi formada para atuar como elo entre os alunos e auxiliá-los em seus estudos.

O Projeto se estendeu até o início dos anos 80. Algo em torno de 300.000 pessoas tiveram acesso às emissões radioeducativas, destes 60.000 solicitaram o exame de Madureza; no entanto, somente 33% deles foram aprovados (SARAIVA, 1996, p. 28-33).

A idéia de desenvolvimento, de crescimento econômico foi os argumentos utilizados pelos militares para a reforma educacional de 1972¹³, principalmente para justificar a ampliação das ofertas educacionais, que tinham por base uma formação mínima para o mundo do trabalho, entendido como o mundo da rápida industrialização.

O Projeto Logos, criado em 1973, foi iniciativa do Ministério da Educação, para a qualificação de professores leigos. O projeto teve recursos financeiros substanciais, pois o objetivo do MEC era o de transformar, a curto prazo, o perfil do sistema educacional nas regiões menos desenvolvidas do país, além de investir na qualificação dos professores leigos. Em 1973 havia a estimativa de que 300.000 professores se encontravam na condição de leigos.

Com o processo de democratização¹⁴ do país, na década de 80, a EaD foi relegada ao esquecimento; isto decorreu direta ou indiretamente da instabilidade política e econômica que afetava o país, da necessidade de reformulação dos sistemas públicos de ensino para o atendimento das novas demandas, caracterizando o sistema educacional pela imobilidade, não colaborando para adotar inovações e incorporar avanços cognitivos e tecnológicos nos processos educacionais.

Para Mello (1991) a luta pela abertura política acabou por gerar posições contrárias aos projetos e programas desenvolvidos no período militar. Este fato é compreensível na medida em que consideramos a importância da luta dos educadores brasileiros pela chamada escola de qualidade, entendida como uma escola democrática

¹³ “A política educacional da ditadura teve no “ensino profissionalizante” uma de suas realizações mais ambiciosas. Tratou de multiplicar os ginásios orientados para o trabalho e tornar o 2º ciclo do ensino de 2º grau (antigo colegial) compulsoriamente profissional” (CUNHA, 1999, p. 62).

¹⁴ A articulação entre educação e democracia tem sua matriz nos Planos Nacionais de Desenvolvimento do Governo Federal, durante os períodos de distensão e de transição do regime militar e do movimento dos educadores na década de 80. Para o Governo Federal, democratizar a educação significava dar saída às tensões sociais produzidas no período pela exaustão do milagre econômico; para os educadores, democratizar a educação significava escola pública de qualidade, mais verbas para a escola pública, gestão democrática nas escolas” (FERNANDES, 1999, p. 66).

tanto nos aspectos relativo ao acesso da população ao sistema formal de ensino, quanto o relativo a permanência do aluno em fase de escolarização no mesmo sistema.

Na década de 90, ao vivenciarmos com maior intensidade o processo de abertura econômica, que expressou, a curto prazo, uma forte pressão pela denominada educação continuada¹⁵ e permanente¹⁶, além de trazer consigo toda a discussão em torno do uso das novas tecnologias, fez com que a EaD fosse, novamente, considerada como uma possibilidade real de ampliação de oportunidades educacionais para a população.

O programa Um Salto para o Futuro teve início em 1991, em fase experimental, como “Jornal da educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquette-Pinto, hoje Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP). Trataremos detalhadamente deste Programa no capítulo III.

Com instâncias no Governo Federal várias iniciativas legais e práticas foram tomadas, desde 1992, a partir de uma publicação do Ministério de Educação e do Desporto (MEC), em que a Coordenação de Educação a Distância e Continuada da Secretaria de Educação Fundamental, juntamente com a Fundação Roquete Pinto/SINRED e Secretarias Estaduais de Educação delineavam os elementos de uma política e de um programa nacional para esse setor.

Nesse documento, faz-se menção da necessidade de se constituir um Sistema de Educação a Distância ou Teleducação, em colaboração com a EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicação). A experiência com o programa televisivo Um Salto para o Futuro, mostrava a possibilidade concreta.

Outros documentos do Ministério da Educação e do Desporto, no ano seguinte, já propunham um Sistema Nacional de EaD abrangendo área pública e privada, estabelecendo um sistema de intercâmbio de informações entre as diversas redes, para proporcionar aprendizagem permanente e acesso facilitado de qualquer cidadão ao acervo

¹⁵ Segundo BELLONI “a formação contínua, que há apenas duas décadas era considerada do ponto de vista do direito do indivíduo de aprender, mesmo adulto, passa agora a ser um dever da sociedade e do estado: prover oportunidades de formação continuada tanto para atender às necessidades do sistema econômico, quanto para oferecer ao indivíduo oportunidades de desenvolver suas competências como trabalhador e cidadão, capaz de viver na sociedade de incertezas do século XXI” (1999, p. 42-43).

¹⁶ Segundo KRAMMER “em conferência promovida pela UNESCO, a Educação Permanente foi conceituada como um conjunto de processos educativos que seguem ao longo da vida de um homem, considerado como agente de sua própria educação, pelo interesse permanente de seus atos e reflexões. Não deve ser confundida com a escolaridade permanente e corresponde a todas as formas de desenvolvimento pessoal, quaisquer que sejam o lugar e os meios que o produzem” (1999, p. 20-21).

de conhecimentos disponíveis, criando oportunidades para escolarização básica, formação inicial e continuada (BRASIL, 1990-1994, p.13).

A base legal era um protocolo de Cooperação assinado em 26 de maio de 1993 entre o MEC e o Ministério das Comunicações, com a participação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), Conselho de Secretarias Estaduais de Educação e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) visando ao desenvolvimento do referido Sistema e contendo atribuições específicas para cada um dos signatários. O avanço alcançado foi o comprometimento dos órgãos máximos da administração pública da educação com a tecnologia de comunicações implantada pelo setor público.

Ainda em 1993 o MEC celebrou acordo de cooperação técnica com a Universidade de Brasília, UNB, tendo como objeto o desenvolvimento do SINEAD – Sistema Nacional de Educação a Distância (Acordo. Cooperação. Técnica. nº 004/93, de 03/09/93). O termo do acordo explicita o compromisso de formação de um Consórcio Interuniversitário para a pesquisa e a execução de atividades acadêmicas ligadas ao Sistema, de modo especial aquelas destinadas à preparação de recursos humanos e ao suporte técnico-científico para a EaD. A formalização do Consórcio ocorreu quando a UNB promoveu, em 1994, um Seminário Internacional sobre a EaD.

O convênio de Cooperação técnica n. 006/93, firmado em 08 de dezembro de 1993 entre o MEC o Ministério das Comunicações, com a participação da EMBRATEL, do Ministério da Cultura, do Ministério de Ciência e Tecnologia, do CRUB, do CONSED e da UNDIME, concretizou e detalhou as bases do Sistema a ser criado: deu-lhe princípios comuns, detectou prioridades, caracterizou a ‘Info-estrutura’ – estrutura de informações formada pela conexão entre as redes de cada setor e determinou os compromissos comuns e específicos, percebendo-se o importante papel que a Informática deve desempenhar, junto com o de comunicações no SINEAD.

Ainda em 08 de dezembro do mesmo ano, o Presidente da República assinou decreto dispondo sobre a tarifa especial prevista no art. 104 da Lei n. 4117, em vigor de agosto de 1962, estabelecendo que os serviços públicos de telecomunicações utilizados na ‘Televisão para a Educação’ teriam a tarifa especial equivalente a dez por cento das tarifas normais, podendo estender-se as instituições de educação e cultura após os três anos do projeto-piloto (BRASIL, 1990-1994, p.3-4).

A Portaria Interministerial 62/94/MEC-MC, de 14/01/94 constituiu comissão para deliberar sobre a política de desenvolvimento da Rede Teleinformacional de Educação. O relatório dessa Comissão abriu perspectivas novas para uma educação do futuro, propondo estímulos às experimentações envolvendo auto-aprendizado, informática

e comunicações à distância, ao mesmo tempo em que sugeriu o favorecimento ao uso de aplicações educativas imediatas para a formação de quadros para a educação a distância e para o apoio aos trabalhos de alfabetização e iniciação profissional.

Surge assim, em 1994, a Teleducação com a Fundação Roquette Pinto/SINRED que ampliou seus serviços de atendimento ao professor e com possibilidade de atingir o aluno, em colaboração com as redes privadas de televisão. O esforço por implantar a EaD, de modo sistematizado e articulado no país foi constante nessa etapa.

A importância da utilização de satélite na Educação a Distância para a comunicação entre os componentes do Sistema, especialmente na cobertura das extensas áreas do país, fez com que a participação da Agência Espacial Brasileira se tornasse peça fundamental na constituição do SINEAD.

Foi também de grande importância para a concretização do Sistema, o Acordo de Cooperação Técnica 001/MEC-MC, de 29/09/94, com a participação da TELEBRAS, firmando compromisso de tornar disponível um telefone público em cada escola e outras unidades de ensino no território nacional, no prazo de cinco anos.

Finalmente, após todas essas medidas preparatórias, a criação efetiva do Sistema Nacional de Educação a Distância – SINEAD, foi publicada no Dia Internacional da Alfabetização, ou seja em, 06 de setembro de 1994, em Brasília DF. A configuração do SINEAD, sua abrangência, comunicabilidade, facilidade de acesso, alcance, centros de produção e orientação, vínculo institucional, foi sendo montada gradativamente, cada passo representou uma conquista coletiva e não uma vitória individual.

O Telecurso de 1º e 2º graus, que depois passou a denominar-se Telecurso 2000 (1995), que trabalha no nível da educação básica e do ensino profissionalizante, foi concebido e produzido pela Fundação Roberto Marinho em convênio com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria de São Paulo; o Telecurso 2000 é composto de 1.140 programas televisivos, como apoio às atividades de estudo individual ou em grupo (SARAIVA, 1999, p. 18-23).

É quase unanimidade na literatura sobre a EaD brasileira que a descontinuidade dos projetos, especialmente os governamentais, prejudica a realização democrática dessa modalidade de educação. Citamos como exemplo a criação da Secretaria de Educação a

Distância – SEED, do governo federal que aconteceu somente após tantos programas educacionais terem sido implantados, estarem em andamento ou já estarem desativados. No Ministério de Educação e do Desporto apenas em dezembro de 1995 foi criada a SEED, à qual compete: “planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política de educação a distância” (BRASIL, www.mec.gov.br, 14/03/2002)

Em 1996, o Programa TV Escola, foi considerado o programa prioritário para formação continuada de professores; é, ainda, uma das ações da Secretaria de Educação a Distância do MEC, que tem por objetivo oferecer programação de qualidade para as escolas públicas de todos o país¹⁷. O Programa TV Escola, seus desafios e questões serão abordados no capítulo III.

Ainda em 1996 foi criado o Proinfo – iniciativa MEC – Programa Nacional de Informática na Educação, para introduzir a tecnologia de informática na rede pública de ensino. O programa tem por objetivo a capacitação de professores e técnicos, e distribuição de equipamentos de informática. As diretrizes do Programa são estabelecidas pelo MEC e pelo CONSED (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação), o qual também será tratado com maiores detalhes no capítulo III.

Segundo Toschi (2001, p. 88) “a EaD tem sido uma modalidade de ensino apresentada como favorável para minimizar a falta de qualificação dos professores brasileiros”, mas há necessidade de promover-se ações integradas e permanentes, envolvendo as capacidades locais e as instituições sociais.

Além de todos esses programas, há o registro da criação de instituições e instâncias voltadas para a EaD, dentre as quais destacamos:

- Rede Universitária de EaD, mestrados on line; em março de 1998 a UFSC deu início às aulas do Plano Sul de Pós-Graduação a Distância. Programa financiado pela CAPES e pela Fundação Catarinense de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC) (LUZ e VIANNEY, 1999, p.166);
- Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede), nasceu em dezembro de 1999 com o objetivo de se fomentar o ensino a distância e é formada por um

¹⁷ A TV Escola transmite os programas por meio de um canal próprio, devem ser gravados pela escola, a fim de que sejam vistos em períodos em que os professores não estejam ministrando suas aulas; baseia-se em disseminação de material didático via TV, complementado por atividades presenciais ou de interação a distância.

consórcio de 62 instituições públicas de ensino superior (ARAUJO e MALTEZ, 2000, p.140);

- Universidade Virtual Brasileira (UVB), lançada em agosto de 2000 para atender a esfera privada de ensino; iniciou oferecendo apenas cursos de pós-graduação e de extensão (Ibidem);
- Universidade Federal do Mato Grosso, credenciada para ofertar educação básica de 1ª a 4ª séries (Licenciatura Plena) (NEDER, *in* PRETI, 1996, p.76);
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, credenciada para ofertar cursos de pós-graduação a distância, a partir de abril/2001 (ARGOS, 2001, p.10).

Destacamos que ao longo de sua evolução a EaD vai atendendo as necessidades educativas da população com diversidade de formas metodológicas, estruturais e com projetos de aplicação para essa modalidade em vários níveis de educação.

No entanto, é preciso ter cuidado para não assumirmos uma visão de defesa das tecnologias, reduzindo a comunicação e a educação a uma dimensão meramente tecnológica, vinculada a idéia de que estas, em si mesmas, estão carregadas de modernidade e eficiência, constituindo-se em verdade absoluta e inquestionável. Como resultado acaba-se por condenar a educação presencial como uma que, não se utilizando destes recursos, está ultrapassada, fora de sintonia com o mundo contemporâneo; já na EaD há que se ter o cuidado de não reduzi-las a instrumentos, como se guardasse em si apenas um valor de uso, como se ela fosse neutra.

Segundo Pretto (2001, p. 41-42)

precisamos retomar a discussão sobre o que estamos entendendo como sendo o uso dessas tecnologias e quais as possibilidades para a educação, seja ela presencial ou a distância [...] Já é quase consensual a idéia de que a incorporação dos computadores na educação não pode ser mera repetição dos tradicionais cursos ou aulas, estando as mesmas, no entanto, ainda centradas na superada e tradicional concepção das tecnologias educacionais [...].

O mesmo autor ainda destaca que:

também é quase consensual a percepção de que o uso das tecnologias será um fracasso se insistirmos na sua introdução como ferramentas, apenas como meros auxiliares do processo educacional [...] Em todas essas situações, a distinção entre a educação presencial e a distância faz pouco sentido, pois estando essas tecnologias presentes, mudam as dimensões espaço-tempo e, com isso, essa distinção presencial/a distância se esvazia (2001, p. 420).

Os desafios a serem enfrentados pela Educação a Distância dependem de mudanças tanto no cenário sócio-político e econômico quanto em seu próprio universo. Nesse movimento de articulação notamos que a EaD tem uma trajetória sintonizada com o desenvolvimento tecnológico, econômico, político e social do país. A própria falta de um desenvolvimento mais estratégico na área, envolvendo as ações, políticas e pesquisas, realizado pelos diversos atores e instituições, a partir de objetivos explícitos e compartilhados, de certa forma, apontam para a complexidade da experiência desencadeada no Brasil.

1.3 Evolução da política de EaD em Mato Grosso do Sul

Inserido num contexto mundial em que a tecnologia tem auxiliado na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento de várias atividades, sendo a EaD pouco a pouco chamada a utilizar essa tecnologia em suas ações, o estado de Mato Grosso do Sul não pode prescindir das iniciativas nacionais nesse sentido.

Para entendermos a EaD em Mato Grosso do Sul, fizemos um levantamento e estudo de documentos¹⁸, da Secretaria de Estado de Educação, de 1990 a 2000, obtendo informações para alicerçarmos teoricamente o tema em questão.

O Grupo Interministerial Permanente – GIP, instituído pelo Ministério da Educação e do Desporto e pelo Ministério das Comunicações, com a participação da TELEBRÁS e suas subsidiárias incluindo a EMBRATEL, divulgou a notícia que estava recebendo propostas de projetos experimentais em educação a distância, até 16 de dezembro de 1994.

Em 15 de dezembro de 1994, através do ofício 945/DGRH/SED a Coordenadora Estadual de Educação a Distância e Continuada, enviou a Proposta de Mato Grosso do Sul para o Grupo Interministerial – GIP¹⁹ (MATO GROSSO DO SUL, 1994a).

¹⁸ Analisamos os documentos que norteiam a política educacional e de formação dos profissionais da educação de MS.

¹⁹ Registramos que em muitos documentos, e relatórios originais não constam a paginação, ficando prejudicada essa informação nas citações desta dissertação.

A proposta da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul tinha como diretrizes:

1. Redução de tarifas telefônicas em 150 telessalas, nos municípios de MS, viabilizando a participação, via telefone ou pela rede telemática.
2. Viabilização de linhas telefônicas “Comunitárias” para todas as escolas públicas de MS com vistas à participação em projetos de Teleducação.
3. Redução de custo de satélites na geração de programas educativos, estadual ou nacional.
4. “Viabilização do projeto de” Leitura Crítica dos Meios “como contribuição ao Sistema Nacional de EaD, objetivando minimizar os bloqueios e ruídos presentes na relação oral e escrita buscando potencializar os meios existentes, sendo necessário o desenvolvimento de um projeto político de recursos humanos, visando a qualificação dos professores de Ensino Fundamental para a utilização de novas tecnologias” (MATO GROSSO DO SUL, 1994 b).
5. “Implementação do projeto do Sistema Estadual de Educação a Distância, via rede telemática, de 85 telepostos. Na tentativa de romper barreiras do espaço e do tempo e, tendo como referência a política nacional de educação, que se integra ao Plano Decenal de Educação para Todos, é que a Secretaria Estadual de Educação de MS, por meio do Ministério de Educação e do Desporto propõe um projeto elaborado por um grupo de especialistas de Educação a Distância e Continuada do Grupo de Especialização em EaD” (MATO GROSSO DO SUL, 1994 c).

O projeto tinha por objetivo estabelecer um modelo de interligação entre computadores situados nas telessalas, que permita o desenvolvimento de uma metodologia da utilização de redes computacionais para o sistema público de ensino.

6. “Implementação da – TVE/MS, para que esta possa produzir programas educativos” (MATO GROSSO DO SUL, 1994a). A TV Educativa de Mato Grosso do Sul participou do Projeto Piloto do Sistema Nacional de EaD, elaborado pela ERTTEL (Empresa de Rádio e Televisão Educativa de Mato

Grosso do Sul) por entender a necessidade da utilização dos recursos tecnológicos, dos meios de telecomunicações, comunicação e informática, como fomento às ações educacionais. A Secretaria de Estado de Educação tinha por objetivo primordial a estruturação da TVE justamente para diminuir as distâncias no estado, visando o envio de informações à população mediante a possibilidade do sinal local para o satélite brasileiro por um outro acessível.

Em janeiro de 1995, o então Secretário de Educação Aleixo Paraguassu Netto, compôs sua equipe de trabalho e iniciou uma coleta de sugestões com as escolas do estado, para contribuir na elaboração do Plano de Trabalho para o período 95/98. Iniciaram-se as discussões pelos diferentes segmentos da Secretaria de Estado de Educação, reflexo das necessidades e propostas de educação emanadas do órgão central e das diversas unidades escolares que compunham a rede das escolas públicas estaduais.

De posse do resultado da pesquisa e da demanda da comunidade escolar, foi produzido o Documento “Princípios Norteadores – a cidadania começa na escola”, o qual tinha por objetivo “colocar sob o foco de análise e compreensão dos educadores os princípios que norteariam o Sistema Educacional durante os próximos quatro anos” (MATO GROSSO DO SUL, 1996a, p.15).

O documento explicitava a preocupação de que a educação fosse entendida “como processo e não sob o enfoque fragmentado da realidade”. Segundo o documento:

é necessário que compreendamos a educação como um projeto de construção coletiva e individual de conhecimento na direção da conscientização e da crítica; uma educação comprometida com a formação de sujeitos autônomos, criativos e críticos, que entendam a realidade em sua multiplicidade, em seus conflitos e em seus interesses antagônicos [...] O que se quer é o resgate da unidade entre a história e o sujeito, o respeito a diversidade cultural, uma vez que este Estado tem na multiplicidade uma de suas características (MATO GROSSO DO SUL, 1996a, p. 15).

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos o documento apresentava uma reflexão sobre o conteúdo da proposta:

[...] que a educação seja entendida como processo e não sob o enfoque fragmentado da realidade. É necessário que a compreendamos como um projeto de construção coletiva e individual de conhecimento na direção da conscientização e da crítica; uma educação comprometida com a formação de sujeitos autônomos, criativos e críticos, que entendam a realidade em sua

multiplicidade, em seus conflitos e em seus interesses antagônicos (MATO GROSSO DO SUL, 1996a, p. 12).

O documento Princípios Norteadores elaborado pela SED de MS, não ficou somente na reflexão, mas propôs ações por meio de

uma mudança estrutural, provando ser possível efetuar uma educação que traga benefícios à população, diminuindo as injustiças sociais e eliminando privilégios [...] baseado na construção da cidadania, edificado sobre a base da solidariedade, da participação, da justiça e do respeito ao próximo.

A construção das linhas norteadoras, segundo o documento acima citado, era baseada nos seguintes pilares: “Construção da cidadania, a nova qualidade de educação – um processo, gestão democrática – uma questão pedagógica, universalização do ensino, interfaces – Educação, Cultura e Desporto, diferentes níveis e modalidades” – desenho da proposta pedagógica, contemplando neste item a EaD. Qual seria o real papel da EaD como “política pública” de construção e capacitação dos professores? Nos documentos consultados não há registros que comprovem a aplicação integral das ações propostas, evidenciando que o documento apresenta diretrizes filosóficas que, na prática, não se realizaram integralmente.

Nesse documento a EaD foi incorporada às políticas pedagógicas do estado de MS, enfatizando que:

no mundo globalizado de hoje, não podemos mais nos deter em metodologias tradicionais de ensino, pois a nova organização social colocando diferentes recursos tecnológicos de comunicações a serviço das mais longínquas e distantes comunidades, faz com que tenhamos novas referências de tempo e espaço (MATO GROSSO DO SUL, 1996a, p. 46-47).

Dessa forma a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, no documento Princípios Norteadores, tendo como eixos a universalização do acesso, a melhoria de qualidade da escola pública e a capacitação continuada dos professores, fez as seguintes propostas no que se refere a EaD:

- Ampliar e implementar o processo de capacitação continuada dos professores, dentro do Programa de Educação a Distância;
- Dinamizar, junto às escolas, uma proposta pedagógica de utilização desta metodologia de trabalho;
- Implantar o TELENSINO em localidades com carências de recursos humanos e de difícil acesso;
- Garantir a instalação de computadores nos Núcleos Educacionais e nas Escolas da Rede Estadual, para que possam ter acesso às diferentes redes de

informática, na capacitação de professores a distância e, também para ampliar as informações do alunado.

As propostas acima descritas foram cumpridas²⁰ durante aquele governo senão na sua totalidade, mas parcialmente, pois de acordo com o que a professora técnica na coordenadoria de planejamento²¹ afirmou, em entrevista para esta pesquisa, podemos verificar que os programas do estado não têm uma continuidade efetiva, mas os programas financiados pelo MEC, apesar das dificuldades e percalços são os que ainda perduram:

O que segura mesmo, são esses projetos do MEC, é o carro chefe e o que está tendo continuidade na EaD, [...] muda o governo mas os projetos que a gente desenvolve, demora um pouco, atrasa o processo, mas os que sobrevivem são mesmo os projetos do MEC (Professora Técnica A, Entrevista, 2001).

Como precursora das propostas apresentadas no Documento “Princípios Norteadores”, a Secretaria de Estado de Educação desenvolveu projetos que envolvem as tecnologias dentre os quais podemos citar, o Projeto Vídeo Escola, que surgiu da parceria entre a Fundação Roberto Marinho e o Banco do Brasil em 1989, implantando 283 videopostos equipados com televisão e vídeo cassete. O Projeto Vídeo Escola em MS, funcionava por meio de empréstimos dos vídeos, já que o acervo ficava depositado nos Núcleos Educacionais. O acervo era destinado à atualização dos professores; atualmente os vídeos ficam a disposição na SED para empréstimo aos professores quando estes solicitam.

Outro programa na modalidade de EaD, que funciona desde 1997 no estado, é o TV Executiva/MS/Teleconferências²². A Secretaria de Estado de Educação, como instituição educacional, responsabilizou-se pelo processo educativo e tem como objetivo principal atender à escola, criar mecanismos de comunicação, debater e divulgar informações referentes à educação de MS. Nessa perspectiva, utilizou-se da EaD para oferecer à comunidade escolar uma possibilidade a mais de acesso a informação, além de permitir a interação direta dos educadores com os ministrantes.

²⁰ MATO GROSSO DO SUL. Relatório – **Programas e projetos da diretoria de Tecnologia Educacional. 1995-1998**. Foram desenvolvidas ações que deram certo como: TV Escola, TV Executiva MS (teleconferência), Um Salto para o Futuro, Estruturação do NTEs/Proinfo, com dados muito positivos conforme o que poderemos constatar no capítulo III, quando tratarmos de cada um dos programas mais detalhadamente.

²¹ As professoras técnicas entrevistadas e o coordenador de planejamento, de ora em diante serão denominados: professora técnica A, professora técnica B, professora técnica C e Coordenador.

²² Trataremos mais detalhadamente das Teleconferências no capítulo III.

Em 1998, em Mato Grosso do Sul foi eleito o atual governador José Orcírio Miranda dos Santos pertencente ao Partido dos Trabalhadores. O modelo de educação pleiteado pelo governo atual de Mato Grosso do Sul, (1999/2002), segundo o documento “Caderno temático da constituinte escolar/ educação tecnológica”, elaborado pela SED MS,

tem a marca das lutas sociais do nosso tempo. O seu fundamento básico é a produção e a difusão do conhecimento e da cultura, de forma a favorecer o entendimento da totalidade do movimento histórico, dos embates empreendidos pelos homens no seio da sociedade contemporânea.

A referida proposta entende a educação como direito de todos e como um dos pressupostos básicos para a cidadania, tendo como eixo principal

o compromisso de estabelecer um processo participativo de construção de novos caminhos que garantam a democratização do saber, a valorização dos profissionais da educação e a democratização da gestão da escola pública” (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p. 9).

A Secretaria de Estado de Educação em Mato Grosso do Sul, elaborou o projeto “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, que foi constituído de forma articulada com o projeto estratégico de transformação social,

colocando-se como alternativa na disputa com os projetos neoliberais no campo educacional. Tem como objetivo principal o compromisso de se construir junto a sociedade sul-mato-grossense, uma escola pública que efetive a democratização da gestão, a permanência e progressão escolar do aluno e a qualidade social da educação que inclui a valorização de seus trabalhadores (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p. 9-13).

O documento tem por objetivo apontar os eixos centrais e as principais metas do projeto “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”.

Trata-se, na verdade, do marco inicial de um projeto a ser trabalhado coletivamente pelos segmentos que desejam mudanças na educação dentro de uma perspectiva de transformação social. Originou-se de discussões realizadas coletivamente por educadores e de experiências bem sucedidas em outros estados.

O projeto Escola Guaicuru entende a educação como direito de todos e como um dos pressupostos básicos para a cidadania ativa. Seu eixo principal é o compromisso de estabelecer um processo participativo de construção de novos caminhos que garantam a democratização do saber, a valorização dos profissionais da educação e a democratização da gestão da escola pública.

Na perspectiva de implantação de um “*novo modelo*” de proposta para a educação em Mato Grosso do Sul, o governo efetuou uma reforma administrativa na base

estrutural do Sistema de Governo do Estado, e a Secretaria de Estado de Educação efetuou mudanças em sua estrutura tendo como uma das conseqüências a extinção da Diretoria de Tecnologia Educacional e criando a Diretoria de Apoio às Ações Pedagógicas que tem como atribuições:

- Coordenar, executar e propor programas de EaD na rede pública estadual de ensino;
- Elaborar Políticas para a EaD nas escolas estaduais de MS;
- Divulgar programas de EaD nas escolas estaduais de MS;
- Propiciar capacitação aos técnicos que atuam nos programas de EaD;
- Avaliar os programas de EaD na rede estadual de ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2000a).

A Diretoria de Apoio às Ações Pedagógicas/Superintendência de Educação pretendia implantar e implementar gradativamente os recursos tecnológicos na rede pública, com projetos específicos de formação de professores quanto à utilização de microcomputadores, Internet e multimídia no processo educacional do Estado.

Ao lado da questão da infra-estrutura, porém, a democratização envolve outros aspectos de modo interdependente como a questão da produção de conteúdo local (características regionais), tornando-se a expressão dos saberes locais, ampliando as possibilidades de uma formação mais atrelada às necessidades de cada comunidade e de seu relacionamento com o contexto mais amplo.

Em MS a consciência dessa nova concepção de EaD já se faz presente como podemos notar nas palavras do coordenador da EaD na SED de MS, em entrevista concedida à pesquisadora:

A perspectiva de estar juntos TV e o núcleo de EaD é começar fazer uma produção junta com a TV Educativa, o que pode produzir de material pedagógico para enviar para as escolas. Programas, documentários, registros etc., para formação e informação dos professores (Coordenador, Entrevista, 2001).

No Projeto Guaicuru está incluso o programa de democratização do Acesso Escolar que contempla no item 13 a Tecnologia no Contexto da Escola Guaicuru, intensificando o uso das modernas tecnologias da informação no âmbito do currículo escolar e gestão de sistema, além de fortalecer a TVE, objetivando a expansão gradativa do sinal para todos os municípios do estado, priorizando o caráter educativo e a difusão da cultura do estado de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p. 22).

Neste documento não há item que trate especificamente da EaD no estado de MS. O projeto político-educacional “Escola Guaicuru” trata das políticas da SED/MS quanto à utilização dos recursos tecnológicos na educação, mas especificamente em relação a EaD não encontramos nem os objetivos ou outro registro. Segundo palavras da professora técnica 1 na coordenadoria de planejamento: “[...] a EaD neste governo, não começamos ainda, [...]”.

Podemos observar que ainda persiste a idéia de que seja possível continuar a trabalhar com projetos/programas de EaD que insistem na lógica da simples distribuição de conteúdos, mas é importante a preocupação de se elaborar um material local, proporcionando a valorização e a busca de competências, deixando de ser apenas repassadora de informações.

A mudança dessa concepção exige uma escola centrada num amplo programa, no qual a formação se dê de forma continuada, num misto de presença e distância. Essa concepção de formação possibilitará a inúmeras pessoas estarem participando, trocando, discutindo e descobrindo novas formas de fazer e validar competências e experiências singularizadas (PRETTO, 2001, p. 47-48).

Podemos inferir, baseados nos estudos dos documentos e projetos elaborados pelos governos de MS, que a EaD até é planejada e faz parte dos planos elaborados por essa ou aquela administração, mas, na prática, muitas são as barreiras a serem ultrapassadas.

Não há uma resposta pronta sobre qual seria o modelo ideal de EaD. Isso pode estar sendo provocado pelo movimento intenso de mudanças nessa área, mas a falta de um modelo pode ter uma relação com a própria configuração complexa da contemporaneidade.

A política educacional não tem um lugar fixo e determinado, e o seu surgimento depende de um momento histórico, de uma conjuntura. Mas, quando se encontra essa intenção em livros e documentos históricos do passado, em discursos, documentos e projetos oficiais do presente ou em prognósticos do futuro, com certeza se está encontrando a formulação de uma ou mais políticas educacionais (MARTINS, 1994, p. 17).

Nosso estudo detém-se nas legislações, planos educacionais e relatórios de governo que regem a EaD, todavia, é importante lembrar que a política educacional de uma realidade complexa como a do Brasil resulta de um conjunto de articulações, onde, além dos instrumentos legais, pesam o papel desempenhado pelas diferentes esferas do Poder

Público (União, Estado) e pela formação dos profissionais da educação, definindo assim, o perfil da educação, incluindo a EaD, no país.

Nessa perspectiva, examinaremos no próximo capítulo, os documentos oficiais publicados pela União e pela Secretaria de Estado de Educação a legislação de EaD e seus desdobramentos em âmbito estadual.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA DE EAD NO BRASIL E EM MS

Entendemos que uma lei, seja qual for, é produto de movimentos sociais, articulados numa constante dinâmica de embates de diferentes grupos da sociedade. Sendo assim, representa a vitória de uma perspectiva de país, de sociedade, e nesse caso, de educação, que prevalece sobre as demais. No entanto, isto não significa, em nenhuma hipótese, a invalidez das demais correntes de pensamento, que perduram além da escrita da lei, que precisa ser cumprida.

Na sociedade contemporânea, o mundo tem passado por significativas transformações ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico, pelo crescente processo de desindustrialização²³ e pela movimentação do capital. Todos esses aspectos têm influenciado na forma como a educação deve transmitir, de fato, saberes e saber-fazer evolutivos, pois são as bases das competências do futuro.

O estudo realizado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI iniciado em março de 1993 e concluído em setembro de 1996, se propôs a analisar o papel das políticas educacionais de todos os países, na determinação das funções sociais da escola, procurando identificar quais as funções que o capital tem atribuído à escola, hoje, e em que medida essas funções se relacionam com o mundo do trabalho (DELLORS, 2000).

²³ Lojkin (1990), afirma que a automação não dispensa, em absoluto, a intervenção humana. Se no capitalismo industrial o homem foi reduzido a um apêndice das máquinas, passa agora a exercer funções muito mais “abstratas”, muito mais “intelectuais”, controlando a máquina, prevenindo defeitos e otimizando o seu funcionamento.

Segundo o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI (p. 72)

o aparecimento e desenvolvimento de sociedades da informação, assim como a busca do progresso tecnológico que constitui, de algum modo, uma tendência forte dos finais do século XX, sublinham a dimensão cada vez mais imaterial do trabalho e acentuam o papel desempenhado pelas aptidões intelectuais e cognitivas (DELLORS, 2000).

A Comissão Internacional sobre Educação ressalta que com a EaD qualquer estudante poderá seguir seu próprio ritmo, cujo espaço e tempo são pensados em função dele próprio e não em função da organização curricular, ampliando as possibilidades oferecidas, a um custo relativamente baixo, incluindo a formação profissional e os ensinamentos de enriquecimento pessoal.

“No Brasil há uma enorme percentagem de alunos que não tem acesso à escola; a criação de um sistema próprio e alternativo de ensino, sem a pretensão de substituir o chamado processo regular e presencial da educação [...] apontam a EaD como uma das soluções plausível e complementar para os problemas da educação brasileira” (LOBO, 1999, p. 58-59) sem contudo, compreendê-la como solução para todos os males da educação no Brasil, como por exemplo a tarefa de universalização do ensino básico e do ensino fundamental.

A revisão de uma política educacional para o País está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e na concretização e implementação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993/2003), do Ministério da Educação (MEC). Em ambos, LDB e Plano Decenal, a Educação a Distância é um dos pontos abordados.

Anteriormente à LDB de 1996, davam sustentação política à EaD as seguintes diretrizes legais:

Quadro 1

Evolução das diretrizes legais que davam suporte a EaD
no Brasil, antes da Lei 9394/96

Legislação	Inserções da Legislação
Lei 4024 de 20/12/61	Fixava as Diretrizes e Bases da educação Nacional. Em seu artigo 104 previa a organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios.
Lei 5540 de 1968	Previo no artigo 3º que as universidades gozariam de autonomia didático-científica.
Lei 5692 de 11/08/71	Fixava as Diretrizes e Bases para o Ensino de Primeiro e Segundo Graus. No parágrafo 2º do artigo 25, do capítulo IV “Do Ensino Supletivo”, ressaltava que os cursos supletivos seriam ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, TV, correspondência e outros meios de comunicação que permitissem alcançar o maior número de alunos.

Fonte: Elaborado pela autora, com base na obra de KRAMER *et alii*, 1999 e na dissertação de mestrado de LANGHI, 1998, p. 32.

Como podemos perceber nas regulamentações acima, nenhuma cita explicitamente a EaD. Acenou-se inicialmente com a possibilidade legal de EaD, em seguida situa-se essa possibilidade legal de EaD quando abre a autonomia didático – científica, dando margens a interpretações nessa modalidade de educação, finalmente, definiu nas entrelinhas que EaD como um instrumento para suprir a necessidade de levar oportunidades de aprendizagem a um número cada vez maior de pessoas utilizando os diversos meios de comunicação, conforme o previsto na Lei 5692/71.

Verificamos ainda a reforma dos antigos ensinos primário e secundário que, a partir da promulgação da Lei 5. 692/71 “gestada nos tempos da ditadura” (VIEIRA, 2000, p. 21), passaram a ter a denominação de primeiro e segundo graus. “A reforma do primeiro e segundo graus, por sua vez, pretendia atingir um duplo objetivo: de um lado, conter a crescente demanda por ensino superior e, de outro, promover a profissionalização de nível médio”.

Analisando as características da legislação notamos que a intervenção governamental trazia componentes tecnológicos com propostas de inovações educativas. Permanecia a idéia básica de que correio, rádio e televisão eram instrumentos de auxílio à

sala de aula. Os cursos por correspondência, os programas radiofônicos e televisivos de preparação para a prova de ensino supletivo eram aplicações bem intencionadas, baseadas nas perspectivas de solucionar problemas de acesso proporcionando uma formação mínima para o mundo do trabalho.

Compreendendo a educação como parte de um todo social, a aplicabilidade da Lei deve estar submetida a uma visão de educação pública, intimamente articulada a seu compromisso com a maioria da população. Sendo assim, não se pode abrir mão de uma reflexão mais profunda sobre os impactos de sua implementação na construção de um país capaz de, tendo como base ideais de justiça, cidadania e bem estar social, oferecer oportunidades a todos que se encontram de alguma forma com dificuldades de acesso a essa educação.

Segundo Lobo Netto (2000, p. 10)

a EaD sempre deverá ser considerada no todo da Educação e, portanto, como a Educação, necessariamente vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza como prática social de natureza cultural. A Educação a Distância de modo algum pode ser concebida como um distanciamento da Educação.

Através de Portaria Ministerial 511 (27/09/88), assinada pelo então Ministro da Educação Hugo Napoleão, foi criada uma Comissão para elaborar proposta de cursos a distância, por correspondência e técnicas correlatas, para professores de 1º e 2º Graus, de preferência de escolas oficiais.

A Constituição Federal de 1988 no capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, da Educação, artigo 205, entendia a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, sendo “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Interessa-nos ainda com referência a EaD, refletir sobre alguns incisos dos artigos 206, 208 e 214 da Constituição de 1988. Uma proposta de reflexão sobre a EaD no Brasil está na responsabilidade de influir na construção coletiva da educação que precisamos e queremos, em que os princípios fixados no artigo 206 se erguem como fundamentos (LOBO, 2000, p. 10). Percebe-se ainda a EaD nas entrelinhas dos artigos 206 e 214 da Constituição, como instrumento de qualificação do processo pedagógico e do serviço educacional com sua utilização para capacitação dos profissionais da educação e a

formação e especialização em novas ocupações e profissões, constituindo-se em canal de interação com desenvolvimento científico e tecnológico.

A EaD na Constituição Brasileira, é entendida como sendo direito de cidadania, política pública básica para ação de qualquer nível de governo, conteúdo e forma do exercício profissional de educadores, como qualquer outro tipo ou modalidade de educação.

O artigo 214, ao tratar do Plano Nacional de Educação teve como objetivo articular e desenvolver o ensino em seus diversos níveis e, de integrar as ações do Poder Público, prescrevendo a promoção humanística, científica e tecnológica do país. Pela primeira vez, um texto oficial insere a promoção tecnológica como uma meta a ser conquistada. Explicita a promoção tecnológica como um dos suportes da educação em sua forma global e não apenas como instrumento para que se alcancem níveis satisfatórios de bem-estar da sociedade (GARCIA, 1999, p. 86).

Como podemos perceber a legislação educacional estabelece a EaD como modalidade de educação que deve ser respeitada e considerada como instrumento de abertura de novas possibilidades de acesso à educação, aprofundando o compromisso pedagógico, histórico, político e cultural da sociedade brasileira.

2.1 As inovações da LDB

Desde 20 de dezembro de 1996 temos a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com os seus 92 artigos definidores dos novos rumos da educação brasileira. O artigo 80 (anexo 04) estabeleceu, finalmente, a EaD como *modalidade válida* para todos os níveis de ensino, sem quantificar ou estabelecer critérios de presencialidade para validar o processo.

A validação dos modelos de EaD estaria em função dos resultados obtidos pelos alunos na saída dos cursos, devendo ser equivalentes às dos alunos de cursos presenciais, uma vez que eles se equívalem perante a LDB.

O assunto pode ser considerado a partir do art. 5º, parágrafo 5º, quando, de forma indireta, se afirma que “para o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior”. É o primeiro desafio que se coloca para os educadores.

O ensino médio, com três anos mínimos de duração, “adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes” (art. 36). Percebe-se, neste caso, que, indiretamente a legislação atende também os requisitos da educação a distância, desde que de forma controlada, com autonomia, disciplina e autorização do Conselho Estadual de Educação e verificando-se ainda, para os alunos de supletivo que “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames” (art. 38).

O Art. 37 cita a existência de diferentes estratégias de educação continuada, expressão sinônima de educação permanente, tão referida em documentos oficiais, ainda hoje, pela UNESCO, como uma das funções do supletivo. No capítulo da educação superior, o Art. 47, Parágrafo 3º, exige que seja obrigatória a frequência de alunos e professores, “salvo nos programas de educação a distância”.

Há uma previsão de programas de educação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis (Art. 63) e o Art. 80 é bem claro quando determina que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Só que as instituições do setor deverão ser especificamente credenciadas pela União, ou seja, pelo Conselho Nacional de Educação, em cooperação e entendimento com os diferentes sistemas de ensino.

Ainda no mesmo artigo, prevê-se que a educação a distância gozará de tratamento diferenciado, com custos de transmissão reduzidos em canais comerciais e concessão de canais exclusivamente educativos. No art. 87 é possível prever a realização de cursos a distância para jovens e adultos insuficientemente escolarizados e programas de capacitação para todos os professores em exercício.

Ou seja, desde que garantida a qualidade, atendendo as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos e ampliando o desenvolvimento das competências, o objetivo principal da nova LDB pode caminhar para o pleno uso da educação a distância, prevista direta ou indiretamente, no instrumento legal com o qual chegamos ao século XXI.

A nova LDB teve sua matriz no Segundo Substitutivo²⁴ apresentado no Congresso Nacional, pelo senador Darcy Ribeiro, depois de 8 anos de discussão, com o pretexto de corrigir as inconstitucionalidades e a inconveniente prolixidade do primeiro. Consideramos importante a evolução da elaboração na legislação e seus desdobramentos nos estados, assim sendo, em seguida apresentamos uma comparação entre projeto aprovado na Câmara dos Deputados, o Substitutivo apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro (lei 9394/96), traduzido regionalmente em MS nos “Princípios Norteadores” da SED de MS.

Quadro 2

Quadro comparativo entre o Substitutivo, a Lei e o Documento Princípios Norteadores de MS

Projeto da Câmara Capítulo XVI Da Educação a Distância	Lei. 9394/96 Título VIII Das Disposições Gerais²⁵	Princípios Norteadores da Secretaria de Estado de Educação em MS/96
Art. 84 – Considera-se educação a distância a forma de ensino que se baseia no estudo ativo, independente e possibilita ao estudante a escolha dos horários, da duração e do local de estudo, combinando a veiculação de cursos com material didático de auto-instrução e dispensando ou reduzindo a exigência da presença.	Art. 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.	Destaca como eixo norteador a universalização do acesso, a melhoria de qualidade da escola pública e a capacitação continuada dos professores tem por objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e implementar o processo de capacitação continuada de professores, dentro do programa de EaD; • Dinamizar, junto às escolas, uma proposta pedagógica de utilização desta metodologia de trabalho; • Implantar o TELENSINO em localidades com carências de recursos humanos e de difícil acesso; • Garantir a instalação de computadores nos Núcleos Educacionais e nas escolas da Rede Estadual, para que possam ter acesso à diferentes redes de • Informática, na capacitação de professores a distância e, também, para ampliar as informações do alunado”.

Fonte: Elaborado pela autora baseado na obra de Silveira Lobo (2000, p. 23) e no documento “Princípios Norteadores – a cidadania começa na escola” (1996, p. 15).

²⁴ O projeto original da LDB foi apresentado no Congresso pelo ex-Deputado Octávio Elísio, em 1988. Somente em 1993, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei, que foi encaminhado ao Senado Federal, onde recebeu o substitutivo do Senador Cid Sabóia, e posteriormente, do Senador Darcy Ribeiro. O texto final da LDB é resultado de uma consolidação entre textos aprovados na duas Casas de leis (BRASIL, LDB. Câmara dos Deputados. Lei Darcy Ribeiro, Brasília, 1996).

²⁵ Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Darcy Ribeiro).

Baseados no quadro acima analisamos que no projeto da Câmara a EaD era considerada uma forma de educação baseada no estudo independente, no qual o estudante escolhia seu horário e local de aprendizagem com material auto-instrucional com redução ou dispensa da presença, sem mencionar o papel do poder público com relação a essa modalidade, e em que nível poderia ser aplicada; já no Substitutivo há o envolvimento do poder público que incentiva o desenvolvimento de programas de EaD em todos os níveis e modalidades de educação e de educação continuada; no documento estadual “Princípios Norteadores” foi mais destacado a preocupação com a formação de professores.

Outro ponto a ser destacado na Lei 9. 394/96 é uma série de dez artigos, em que se situa a valorização da EaD como modalidade a ser prestigiada, de forma direta ou nas entrelinhas. A regulamentação da Lei fica por conta de Decretos e Portarias ministeriais.

Prosseguindo no exame dos aspectos legais com relação a EaD no Brasil, destacamos no quadro a seguir os principais decretos e Portarias que a regulamentam. Destacamos em cada um deles os aspectos que consideramos relevantes para a produção, controle e avaliação de programas de EaD no país.

Quadro 3

A regulamentação da EaD no Brasil através de Decretos e Portaria

Decreto 2. 494 de 10/02/98 (anexo 05)	Regulamentou o art 80 da LDB (Lei 9. 394/96)
Decreto 2. 561 de 27/04/98 (anexo 06)	Alterou a redação dos artigos 11 e 12 do Decreto nr. 2. 494
Portaria nº301 de 07/04/98 (anexo 07)	Normatizou os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.

Fonte: Elaborado pela autora baseada nos documentos oficiais. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, 1998.

O Decreto nº 2.494 regulamentou o artigo 80 da LDB que prevê a EaD em todos os níveis, definindo o entendimento do MEC sobre a EaD e dá as normas operativas gerais, excluindo inicialmente a criação de programas de mestrado e doutorado pela

modalidade. Sua publicação já define alguns pontos, bastante claros e de imediata aplicação. Citamos:

- Conceituação de educação a distância (art. 1, caput);
- Regime especial (art. 1, parag. único);
- Somente instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim (art. 2, caput);
- Promoção dos atos de credenciamento de instituições (art. 11);
- O prazo de credenciamento das instituições e de autorização dos cursos será limitado a cinco anos, podendo ser renovado após avaliação (Art. 2, parágrafo 4);
- Período de adaptação para cumprimento das exigências do Decreto;
- Certificados e diplomas obtidos em cursos de EaD, em instituições estrangeiras, deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais (art. 6);
- Avaliação do rendimento do aluno para fins de promoção, certificação ou diplomação (art. 7);
- Credenciamento de instituições exclusivamente para realização de exames finais (art. 8);
- Divulgação periódica do elenco das instituições credenciadas e dos cursos autorizados será feito pelo poder público (art. 9).

O Ministério da Educação publicou a Portaria nº 301 em 07 de abril de 1998, indicando os procedimentos para o credenciamento de instituições para a oferta de cursos por educação a distância. Essa portaria deixa claro que só poderão realizar cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico a distância, escolas devidamente credenciadas e com experiência em educação no nível ou modalidade que se proponha a oferecer.

A Presidência da República editou o Decreto nº 2.561 logo a seguir, corrigindo o decreto anterior, o Decreto nº 2.494 de 10/02/98, quanto às competências federais e estaduais para o credenciamento de cursos, delegando competência às autoridades integrantes dos sistemas de ensino, de que trata o artigo 8º da LDB, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições.

Assim, as propostas de cursos nesses níveis deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e

autorização de cursos – a menos que se trate de instituição vinculada ao sistema federal de ensino, quando, então, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação.

Hoje, com a infra-estrutura de telecomunicações disponível e com o avanço alcançado na interconexão por redes de informática, o país já domina a tecnologia necessária. Por outro lado, a vontade política do governo expressa-se claramente quando o Ministério da Educação cria, no nível mais elevado de sua hierarquia organizacional, uma Secretaria de Educação a Distância em 1995,

coerente com a política global do MEC de compromisso com a qualidade e equidade do ensino público, com a valorização do professor como agente fundamental no processo de ensino-aprendizagem e com o reconhecimento da escola como espaço privilegiado da atividade educacional” (BRASIL, www.mec.gov.br/seed, 14/03/2002).

A EaD no Brasil, é uma forma de educação regulamentada e aprovada, sendo considerada como uma modalidade de ensino regular, e que estimula a criação de programas que possibilitam a auto-aprendizagem. Para cada uma das ações brasileiras de EaD surgem novas classificações quanto ao agente que implementou a ação: de natureza pública, privada, organização social, religiosa ou corporativa; também quanto ao propósito poderiam ser classificadas visando: educação aberta ou livre, iniciação profissionalizante, educação supletiva não-formal, educação supletiva formal, educação profissionalizante, continuada e nos programas de graduação, de licenciaturas complementares e de pós-graduação.

Quanto ao agente que implementa a ação temos três grupos: o poder público, com instâncias do governo federal (projetos regionais ou nacionais executados por meio de convênios patrocinados pelo Ministério da Educação); fundações organizadoras de consórcios reunindo emissoras de televisão comercial ou educativas em parceria com agentes corporativos ou governamentais; institutos privados de iniciação profissionalizante aberta (venda direta de kits de auto-aprendizagem); universidades que atuam no fomento e desenvolvimento da pesquisa em EaD com intercâmbio científico.

As fundações organizadoras de consórcios, atuam ora como um braço que dá agilidade a iniciativas do governo federal, ora como entidades autônomas em seus projetos e que buscam suporte financeiro com o governo, ora como patrocinadores corporativos com interesses ligados ao projeto educacional.

Os Institutos Privados de iniciação profissionalizante aberta, liderados pelo Instituto Monitor e pelo Instituto Universal Brasileiro, atuam desde 1939 e de 1941, respectivamente, sem a demarcação de uma clientela organizada por critérios profissionais ou por características sociais comuns. A divulgação dos cursos oferecidos, ajustam-se à demanda das expectativas de ocupação própria ou de empregabilidade.

As Universidades atuam na disseminação de material didático via TV, complementando as atividades presenciais ou de interação a distância, são pioneiras na experimentação, desenvolvem cursos e programas on-line em todos os níveis, ocupando assim o sistema público de educação superior seu espaço, partindo para uma ação inovadora, responsável e concreta, como proposta de flexibilização ao acesso à educação pública.

Além desses agentes existem ações com alcance estadual ou regional implementadas por emissoras educativas de alcance restrito, governos estaduais, organizações não governamentais, universidades públicas e privadas, centros de ensino voltados para a tecnologia aplicada à educação. O governo federal centrou os seus esforços em tentativas para suplementação em cultura geral, ensino supletivo, e a oferta de programas emergenciais de formação mínima para o exercício do magistério, principalmente para tentar suprir carências de professores em exercício nos ciclos de primeiro e segundo graus nos anos 70 e atualmente nos ensinos fundamental e médio.

Paralelamente, iniciativas de sistemas estaduais, utilizando desde o ensino por correspondência até a televisão e as tecnologias de informática, começam a consolidar uma experiência importante no país.

2.2 Sistema Nacional de Educação à Distância – SINEAD

A EaD como *estratégia* de ampliação das possibilidades de acesso à educação deve aprofundar o compromisso do projeto pedagógico da escola com o projeto histórico, político e cultural da sociedade. É com este olhar que a EaD exerce o seu papel, não como sucessora da educação presencial, mas, por sua função social de promover a ampliação do acesso à educação, como instrumento de qualificação do processo pedagógico.

Silveira Lobo (1999, p. 55) destaca que “O acesso está caracterizado pela ausência de discriminação, ou seja, deve ser para todos”. As novas metas sociais pretendem ter por finalidade proporcionar a cada indivíduo a educação de que presumivelmente necessita, isto é, conforme suas potencialidades e interesses.

Essas metas não significam que todos receberão igual quantidade de educação, mas que algum tipo de educação deverá estar disponível para todos. Isto significa que todos os homens são educáveis, mas é necessário que cada um e todos recebam educação como iguais, a despeito das diferenças sociais e individuais.

Ao criar o Sistema Nacional de Educação a Distância – SINEAD, o Decreto Presidencial 1237, publicado no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 1994, estabeleceu-lhe um duplo objetivo (BRASIL, 1990-1994, p.1): “Facilitar a todo cidadão, por meio da educação aberta, continuada e à distância, o acesso ao conhecimento social e científico disponível na sociedade brasileira”.

Esse primeiro objetivo visava a colocar à disposição do cidadão o saber teórico e aplicado, que foi acumulado pela humanidade, não ficando pois o conhecimento restrito a grupos de iniciados, baseando-se na eliminação de barreiras etárias, disciplinares, de tempo, de local, de nível ou de ritmo de aprendizagem. “Servir de apoio à consecução dos propósitos do Plano Decenal de Educação para Todos, aplicando os recursos das comunicações, telecomunicações e informática, no sistema educacional brasileiro”.

O segundo objetivo relaciona-se com a melhoria da qualidade educacional, o grande propósito do Plano Decenal, junto com o de propiciar acesso a todos os brasileiros os benefícios da educação.

Para sua implementação, o Sistema Nacional de Educação a Distância pressupõe uma série de ações destinadas a dar-lhe condições de funcionamento, juntamente com ações imediatas de apoio ao Plano Decenal de Educação para Todos.

Consta do Plano Decenal de Educação para Todos, do MEC o enunciado do Sistema Nacional de Educação a Distância, que conforme previsto no Protocolo de Cooperação assinado pelo MEC e o Ministério das Comunicações, com participação do CRUB – Conselho de Reitores das Universidades do Brasil, do CONSED – Conselho dos Secretários Estaduais de Educação e UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação, deverá aprimorar e ampliar o programa de capacitação e atualização dos professores, monitorar e avaliar os programas e projetos de EaD, bem como desenvolver projetos de multimeios e de apoio a sala de aula (KRAMER, 1999, p. 73).

Através do SINEAD, deveriam ser incrementados projetos de alfabetização, formação inicial e continuada do cidadão brasileiro, constituindo prioridade o desenvolvimento dos recursos humanos do setor educacional. O SINEAD visa a potencializar, ampliar e articular as iniciativas já em desenvolvimento na área. Para sua implementação, o SINEAD pressupõe uma série de ações destinadas a oferecer condições de funcionamento, juntamente com as ações imediatas de apoio ao Plano Decenal de Educação para Todos.

Quadro 4

SINEAD e Plano Decenal – Necessidades e Estratégias

Ações condicionantes do SINEAD	Ações de Apoio ao Plano Decenal
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de curso de especialização em educação a distância a cargo do Consórcio Interuniversitário, em colaboração com EMBRATEL e TELEBRAS. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de programas de formação inicial e continuada de professores e especialistas, tanto os de ensino fundamental quanto os de médio e tecnológico, a cargo do Consórcio Interuniversitário, da Fundação Roquette Pinto/SINRED.
<ul style="list-style-type: none"> • Integração das redes isoladas, possibilitando o diálogo entre elas (RTC, RNP, RTE, etc.). Implantação da Televisão para a Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de alfabetização, apoio à sala de aula, a cargo do Comitê de Implementação, em colaboração com o Comitê de Suporte Tecnológico, através de grupo de trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> • Chamadas de propostas de aplicações em EaD a cargo do Ministério de Educação e Desporto e Ministério das Comunicações. Consolidação da Política de EaD. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos a programas de TELESINO e complementação escolar.
<ul style="list-style-type: none"> • Aparelhamento dos telepostos com recursos tecnológicos suficientes para que seja possível a interação no processo de aprendizagem. Otimização do uso da infra-estrutura nacional de Comunicações e informática para aplicação das Tecnologias na EaD. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de informações, tecnologia e educação, a cargo de grupos de trabalho. • Projetos de iniciação, qualificação e capacitação profissional.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no relatório “Educação aberta, continuada e a distância – um novo cenário para a educação brasileira. Brasília, 1994, p. 10.

Analisando o quadro acima percebemos a evidente preocupação do SINEAD em equipar, instrumentalizar a EaD provendo de facilidades necessárias, implantando e expandindo a infra-estrutura de informações viabilizando o desenvolvimento dos recursos humanos da educação. Seriam o SINEAD e o Plano Decenal mais uma tentativa de política

educacional, inclusive a EaD, elaborada pelo MEC priorizando no primeiro momento a instrumentalização e deixando para uma segunda etapa como ação de apoio a formação dos professores? As ações de apoio focalizam a capacitação e atualização dos professores, monitorando e avaliando os programas e projetos de EaD, incluindo a educação continuada em nível avançado e intermediário nos diferentes graus e níveis. A EaD ultrapassa a disposição de materiais instrucionais ao seu usuário, sendo o atendimento e aprimoramento pedagógico de importância fundamental, devendo ocupar lugar central no processo de formulação de políticas educacionais.

A estrutura operacional do SINEAD está assim determinada:

- a) Veiculação (por rádio e televisão) dos programas educativos do SINEAD. Responsável: Fundação Roquette Pinto/ SINRED;
- b) Operacionalização local das ações do SINEAD. Responsáveis: Coordenações Estaduais de EaD, cada uma vinculada a respectiva Secretaria Estadual de Educação;
- c) Pesquisa e formação de recursos humanos para funcionamento do sistema e avaliação técnico científica de propostas. Responsável: Consórcio Interuniversitário de EaD;
- d) Apoio técnico operacional das aplicações educacionais. Responsável: TELEBRAS e EMBRATEL;
- e) Recepção organizada de programas educativos. Responsáveis: Telepostos vinculados as Secretarias de Educação (KRAMER, 1999, p. 80).

A configuração do SINEAD, inclui uma Rede Teleinformacional para educação, responsável pela implantação da Televisão (veiculação de programas sem fins lucrativos) para educação e conjuga recursos técnicos para veiculação de textos, som, imagem e dados, visando tornar acessível a qualquer cidadão as informações disponíveis no acervo cultural, científico e social. De acordo com o documento “Educação a Distância no Contexto da Educação Fundamental para todos no Brasil, o governo expressa sua concepção conforme citação abaixo:

O Brasil como muitos outros países tem uma série de problemas a enfrentar, com índices de desemprego e desníveis acentuados na distribuição da renda. Essas desigualdades geram violência urbana e rural, marginalização de parte da sociedade e outros problemas sociais. Por outro lado, a população de baixa renda e pequena escolaridade convive com a recente disseminação da informática. A grande cobertura proporcionada por essas redes gera condições que podem e devem ser aproveitadas para a Educação, em particular a EaD (BRASIL, 1994a).

A fim de criar oportunidades educacionais para todos, foram convocadas pelo MEC, várias entidades, numa conjugação de esforços e de recursos, e o Ministério da Educação e do Desporto encontrou colaboração por parte dos ministérios da Comunicação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia, de órgãos representativos da sociedade e do setor

produtivo. “Por suas características a EaD tem um papel importante a desempenhar nesse esforço, oferecendo alternativas para a evolução dos processos educativos ou contribuindo para a melhoria do atendimento pelo sistema existente” (BRASIL, 1994a).

O próximo quadro mostra como foi sair de situações de pequena e média envergadura com assinaturas de convênios e acordos de cooperação técnica, para atividades executadas em âmbito de sistema, o SINEAD, representando o ápice de um processo de quase dois anos de esforços entre diversas instituições de vulto do país, caminhando para a implantação de Consórcio Interuniversitário. Evidencia as ações estaduais que proporcionaram apoio técnico-institucional ao desenvolvimento regional e local.

Quadro 5

Legislação e outros documentos formais

Situação Brasil	Desdobramento em MS
<u>Decreto Presidencial nr 1005/93 de 8. 12. 93</u> : dispõe sobre a tarifa especial de telecomunicações para o programa: “Televisão para a Educação”.	Implementação do projeto do Sistema Estadual de Educação a Distância, via rede telemática, de 85 telepostos.
<u>Acordo de cooperação Técnica de 3. 9. 93. Protocolo de cooperação nr. 003/93 de 26. 5. 93.</u>	
<u>Convênio de cooperação técnica de 8. 12. 93</u> , para implantar e expandir a infra-estrutura de informações do SINEAD a Distância, firmado entre: o Ministério da Educação e do Desporto, o Ministério das Comunicações, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Cultura, o CRUB, CONSED e UNDIME.	Redução de tarifas telefônicas em 150 telessalas, nos municípios de MS, viabilizando a participação, via telefone ou pela rede telemática.
<u>Decreto Presidencial n. 1. 237/94 de 6. 9. 94</u> : cria, no âmbito da Administração Federal, sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, o Sistema Nacional de Educação a Distância – SINEAD.	Viabilização do projeto “Leitura Crítica dos Meios”, como contribuição ao Sistema Nacional de EaD.
<u>Plano Decenal de Educação para Todos – 1993-2003</u> , Ministério da Educação e do Desporto – MEC, 1994.	Implementação da TVE/MS, para que esta possa produzir programas educativos.
<u>Proposta de Diretrizes políticas para Educação a Distância</u> , Cadernos de Educação Básica. Série Institucional, MEC/UNESCO, 1994.	
<u>Acordo Nacional de Educação para Todos</u> , Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, de 29. 8 a 2. 9. 94	Viabilização de linhas telefônicas “comunitárias” para todas as escolas públicas de MS com vistas à participação em projetos de teleeducação.
<u>Plano de Trabalho da coordenação de EaD.</u>	
<u>EaD – Documento Técnico. 1994</u> Termo de implantação do Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância.	Redução de custos de satélites na geração de programas educativos, estadual ou nacional.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no relatório Educação a Distância no Contexto da Educação Fundamental para todos no Brasil, Brasília DF, 1994, p. 6 e na Proposta da SEE de MS, 1994.

Como podemos observar no quadro anterior foi necessário uma série de medidas governamentais federal e estadual que projetavam alguma esperança na superação das desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Cada diretriz tinha por objeto a dinâmica parlamentar a partir do exame da realidade no processo de elaboração da legislação da educação que foi sofrendo transformações e está em vigor até a atualidade.

Percebemos que a quantidade de diretrizes (decretos, propostas, etc.) nacionais é bem maior que as estaduais, o que é natural, pois é preciso focar o macro, havendo necessidade de um número maior de detalhes, uma vez que teria que abranger todas as situações do território nacional, não havendo por algumas vezes correlação direta entre a diretriz nacional e a estadual (no quadro), mas que indiretamente foi fruto, quando da implementação no estado, da legislação nacional.

No âmbito federal as diretrizes eram e são mais abrangentes, já a legislação estadual foi/está focada em detalhes regionais, que afetam e dizem respeito ao desenvolvimento local. O estado de MS, através da Secretaria de Estado de Educação também fez seus diagnósticos na tentativa de romper barreiras do espaço e de tempo, tendo como referência a política nacional de educação, que integra o Plano Decenal de Educação para Todos, propôs os projetos descritos no quadro, implantando-os em seguida.

Para a consecução dos impactos indicados na diretrizes nacionais de EaD, foram desenvolvidas estratégias e ações a elas relacionadas, das quais citamos:

I- Implantação do SINEAD em regime de parceria, consórcio e gestão articulada entre diversos Ministérios, instituições do setor produtivo, organizações representativas da sociedade e organizações não governamentais, com suporte técnico-científico de universidades e instituições especializadas, nacionais e internacionais;

II- Expansão dos programas de EaD, no âmbito do SINEAD, para formação inicial e continuada de recursos humanos do setor educacional, utilizando recursos tecnológicos integrados com a conjugação de esforços de universidades, instituições especializadas, secretarias de educação e Ministério da Educação, por meio da produção de materiais didáticos para uso de tecnologias modernas nas ações de EaD; formação, habilitação, aperfeiçoamento e especialização de professores de educação fundamental, média e tecnológica; desenvolvimento de cursos de especialização em EaD;

III- Desenvolvimento de programas e projetos de EaD no âmbito do SINEAD, com vistas ao atendimento educacional do cidadão brasileiro, compreendendo as necessidades de escolaridade e informação, utilizando conjugadamente os recursos tecnológicos de educação, comunicação e informática, por meio da produção de materiais didáticos para uso de tecnologias modernas nas ações de EaD; programas de apoio e modernização à sala de aula do ensino fundamental, médio e tecnológico; programas de alfabetização de jovens e adultos, entre outros;

IV- Articulação nacional e internacional com vistas ao intercâmbio e cooperação internacional para apoio das ações brasileiras de EaD; oferecimento de cooperação brasileira em EaD às nações de nove países que participaram, a convite da UNESCO, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos e aos países latino-americanos e de língua portuguesa; promoção de eventos internacionais para troca de experiências, em âmbito mundial.

Para implementação das ações do SINEAD em MS foram elaborados os projetos, citados abaixo, pela Secretaria de Estado de Educação.

Quadro 6

Projetos da SEE em MS no Projeto Piloto do Sistema Nacional de EaD

Nome do Projeto	Objetivo Geral	Parcerias	Público Destinatário
Capacitação em Leitura Crítica dos Meios dezembro/1994.	Desenvolver projeto de capacitação de recursos humanos para a formação de leitores críticos dos meios de comunicação, com vistas ao exercício pleno da cidadania, conduzido pela Coordenadoria Estadual de EaD	Com as Secretarias, Universidades, TV Educativa/MS, SENAI, FURF, TELEBRAS, utilizando a estrutura e o sistema de tutoria do programa Um Salto para o Futuro.	Capacitar 22. 000 professores de ensino público. Em MS implementar nas 26 Unidades Federadas, leitura crítica dos meios de comunicação – TV e Vídeos.
Conexão em Rede Computacional janeiro a junho/1994.	Estabelecer um modelo de interligação entre computadores, situados nas telessalas, que permita o desenvolvimento de uma metodologia da utilização da rede computacional para o Sistema Público de Ensino.	Com a EMBRATEL, possibilitando a utilização do correio eletrônico com: Teleconferências, quadro de avisos, diretório de assinantes, caixa de avisos.	Escolas estaduais que sediavam 85 telepostos.

Fonte: Elaborado pela autora baseado na Proposta da SEED de MS no Projeto Piloto do Sistema Nacional de EaD, 1994.

Foi na tentativa de romper as barreiras do espaço e do tempo, e tendo como referencia a política nacional de educação, que se integra ao Plano Decenal de Educação para Todos, é que a Secretaria de Estado de Educação de MS, propôs os projetos acima para o Grupo Interministerial Permanente – GIP instituído pelo Ministério de Educação e do Desporto, em 1994.

Como podemos perceber os projetos desenvolvidos na época objetivavam minimizar os ruídos e bloqueios existentes na relação escola e comunicação, potencializando os meios existentes, com o desenvolvimento de projeto político de recursos humanos que visava a qualificação dos professores de ensino fundamental para a utilização das novas tecnologias. No entanto questionamos: a formação oferecida pelo poder público foi suficiente para que o professor fizesse essa leitura crítica dos meios, entendesse e aplicasse a conexão em rede computacional?

2.3 Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas – INEP/MEC, com as metas para programar a implantação da EaD e generalizar o acesso aos multimeios interativos nos cursos presenciais, reforça os aspectos destacados na LDB. Destacamos no capítulo 10, do PNE, os seguintes aspectos dedicados a EaD:

- No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na EaD um meio auxiliar de indiscutível eficácia.
- [...] Os programas educativos e culturais devem ser incentivados dentro do espírito geral da liberdade de imprensa, consagrada pela Constituição Federal, embora sujeito a padrões de qualidade, através de um sistema de auto-regulamentação, pois quando se trata de cursos regulares, a regulamentação e o controle de qualidade por parte do Poder público são indispensáveis e devem ser rigorosos.
- A Lei de Diretrizes e Bases contempla essa regulamentação e esse controle em dois níveis: cabe à União o credenciamento das instituições autorizadas a oferecer cursos de Educação a Distância, assim como o estabelecimento dos requisitos para a realização de exames e o registro de diplomas; são de responsabilidade dos sistemas de ensino as normas para produção, controle e avaliação dos programas, assim como a autorização para sua implementação.

- A Lei de Diretrizes e Bases considera a EaD como um importante caminho para a formação e capacitação de professores em serviço. É fundamental equipar as escolas com multimeios, capacitar os professores para utiliza-los e integrar a informática na formação regular dos alunos²⁶.

A regulamentação na LDB é o reconhecimento da construção de uma nova modalidade de educação, pois os programas educativos de EaD podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral. O país já conta com inúmeras redes de televisão e rádios educativos no setor público, com contribuições também do setor privado. Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a EaD tem função estratégica: contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais.

Podemos inferir que o governo em seu discurso valoriza a EaD como possibilidade de esforço de melhoria do sistema educacional brasileiro. São desenvolvidas ações não tradicionais, voltadas para a formação de maneira geral, não se concentrando no nível educacional; porém há de se convir que “o emprego da EaD tem sido mais eficaz quando dirigido àqueles que já tem melhor nível educacional e tem se revelado particularmente proveitosos na formação continuada de profissionais mais escolarizados” (BARRETO, 2001, p. 87).

Segundo o Capítulo 10 do PNE do MEC (MEC, 1998)

as possibilidades da EaD são particularmente relevantes quando analisamos o crescimento dos índices de conclusão do ensino fundamental e médio. Cursos a distância ou semi-presenciais podem desempenhar um papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio para jovens e adultos insuficientemente escolarizados.

O Ministério da Educação, nesse setor prioriza a atualização e aperfeiçoamento de professores para o ensino fundamental e o enriquecimento da instrumentalização pedagógica, desenvolvendo vários programas para essa formação, como a TV Escola e o Proinfo.

²⁶ Pontos considerados relevantes pela autora e extraídos do capítulo 10 do PNE no que tange a EaD (www.mec.gov.com.br)

Observamos claramente a preocupação de iniciativas oficiais priorizando a EaD, modalidade de ensino, como um canal de capacitação do magistério quando da leitura dos Objetivos e Metas do capítulo 6 no PNE do MEC (MEC, 1998):

“Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica”.

Na prática, a realidade é um pouco diferente da preconizada nas diretrizes, o que se constata é

que se há lacunas na formação de professores [...] cursos de formação a distância são colocados à disposição de professores, sem que se focalize a sólida formação necessária [...] em lugar de uma formação que habilite ao trabalho com as novas tecnologias, o que se tem visto é seu aligeiramento [...]. O objetivo dessas políticas públicas, ao capacitar, treinar, aperfeiçoar e valorizar os professores do sistema público de educação, não tem sido alcançado (MAGALHÃES, 2001, p. 107).

O estado de Mato Grosso do Sul, engajou-se na discussão do Plano Nacional de Educação; da mobilização da sociedade sul-mato-grossense resultou a formulação de propostas e sugestões a serem incorporadas àquele Plano, na medida em que expressam não só os anseios como também o compromisso do estado com a educação das crianças, jovens e adultos.

O grande desafio do Brasil inclusive de MS é buscar uma educação que atenda à população, diminuindo as injustiças sociais e que contribua para a formação de cidadãos. Neste enfoque, as ações estão voltadas para a capacitação e formação dos profissionais da educação com o estabelecimento de parcerias com as Universidades Federal e Estadual de MS, TV Educativa entre outros. A EaD deve criar várias possibilidades de atendimento; segundo Martins (1999, p. 82) “através da EaD aumentam as chances de atendimento a um público diversificado, com uma revitalização das fronteiras geográficas, uma diminuição nos gastos por estudante, respeito aos ritmos diferenciados de aprendizagem, desenvolvendo a capacidade do autodidatismo”.

De acordo com o documento “Propostas e Sugestões para o Plano Nacional de Educação de MS” há obstáculos a serem superados, pois a escola continua se mostrando resistente para integrar em sua prática pedagógica as novas tecnologias, temendo sem dúvida, perder o controle do processo educativo. Como podemos perceber na visão do

governo essa resistência é motivada pelo medo do professor de ser substituído por uma máquina, não será a falta de políticas públicas continuada e compromissada com a formação desses professores? No documento, o governo continua afirmando que “o medo à mudança e a obsessão pelo passado tem levado a escola a inadaptação, a negação da incorporação dos meios, não otimizando o processo de ensino-aprendizagem”. O PNE de MS, elaborado pela SED, ainda considera outros pontos:

- O desconhecimento do sistema de EaD
- A falta de recursos humanos suficientes e disponíveis nas escolas
- A dificuldade em operacionalizar os programas e projetos de EaD
- O não envolvimento da comunidade escolar; o não reconhecimento da importância da capacitação a distância para a formação do educador;
- O desinteresse dos profissionais da educação em participarem das capacitações na modalidade à distância; a dificuldade em se obter recursos financeiros para desenvolver programas de EaD.
- A falta de estrutura física das escolas para atenderem as necessidades específicas dos programas quanto a equipamento e linhas de comunicação.

No quadro a seguir demonstramos as medidas estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de MS referindo-se ao Plano Nacional de Educação quando de sua implementação no estado.

Quadro 7

Expectativas de MS em relação ao Plano Nacional de Educação

Metas Estaduais da Secretaria de Estado de Educação a partir de 1997	Estratégias
Estabelecer, em dois anos, através dos sistemas de ensino, critérios e indicadores de Qualidade para os programas e cursos a distância.	Normatização dos critérios e indicadores de qualidade para os programas e cursos a distância.
Assegurar, em dois anos, o acesso universal à TV Escola para o ensino fundamental e médio.	Dimensionamento e encaminhamento do kit tecnológico, considerando o número de alunos e professores. Estabelecimento de parcerias com a União e Municípios para aquisição de kit tecnológico. Inclusão do TV Escola no Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos de ensino.
Assegurar às escolas que estiverem em rede, a partir de 1998, condições de programas interativos.	Aquisição e disponibilização de equipamento e instrumentação básica de suporte para intercomunicação entre as Escolas.
Capacitar, em dois anos, 100% dos professores para a utilização plena da TV Escola.	Oferecimento sistemático de curso a distância e presencial para desenvolvimento de habilidades e aperfeiçoamento dos educadores Quanto ao uso dos programas da TV Escola.
Implantar em dois anos, quatro núcleos de tecnologia educacional, aumentando dois Núcleos a cada ano, até totalizar vinte.	Adequação e/ou construção de espaço físico, com instalações elétricas e lógicas apropriadas. Aquisição e disponibilização de mobiliário adequado. Manutenção efetiva dos equipamentos.
Informatizar, em dois anos, 20% das escolas públicas, aumentando este percentual ano a ano de forma a beneficiar todas as escolas do ensino fundamental e médio, até 2005.	Adequação ou construção de espaço físico, com pelo menos 36 m2 com instalações elétricas e lógicas apropriadas. Aquisição e disponibilização de mobiliário adequado. Manutenção efetiva dos equipamentos.
Capacitar ²⁷ , em dois anos, 30 professores multiplicadores de informática da educação e 15 técnicos de suporte em informática e ampliar, pelo menos 40% ao ano a oferta dessa capacitação.	Oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização para professores, com carga mínima de 360 horas em informática na educação. Fornecimento de subsídios teórico/metodológicos para desenvolver projetos de uso pedagógico da tecnologia da informação. ²⁸
Capacitar, em três anos, 2000 professores, 1000 técnicos administrativos e 1000 técnicos de apoio em informática educativa, e ampliara em 40% ao ano a oferta dessa capacitação.	Sensibilização e motivação das escolas para incorporação da tecnologia de informação e comunicação nos seus projetos políticos pedagógicos. Oferecimento de cursos presenciais ou a distância aos professores para o uso dos recursos da telemática no processo de ensino-aprendizagem e nas atividades técnicas.
Garantir, a partir de 1998, a oferta de formação básica a distancia em nível médio e superior para professores.	Estabelecimento de parcerias com instituições formadoras para oferecimento de cursos.
Implantar e ampliar, a partir de 1998, os programas de educação continuada, aberta e a distancia.	Estabelecimento de parcerias com os Ministérios da Educação, do Trabalho, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações.
Implantar, no prazo de um ano, o sistema de educação a distância em MS.	Definição de diretrizes para a implantação do sistema.
Garantir às Unidades escolares condições de utilização dos multimeios.	Adequação de espaço físico na Unidades Escolares, favorecendo a operacionalização dos programas de educação a distância.
Implantar, no prazo de dois anos, programa destinado à escolarização em nível fundamental e médio na modalidade de EaD	Estabelecimento de parcerias com Instituições Elaboração de projetos para atender à demanda de escolarização.
Estabelecer, através da União, as normas e processos administrativos para credenciamento das instituições que ministram cursos a distancia com direito a certificação.	Estabelecimento de parcerias com MEC e outras Instituições.
Estabelecer, em até 03 anos, uma política de avaliação da Qualidade dos cursos e programas a distancia oferecidos, inclusive no que diz respeito ao Sistema didático instrucional.	Estabelecimento de parcerias entre as universidades para acompanhamento, controle e avaliação dos cursos e programas a distância e do material impresso e audiovisual.

Fonte: Extraído do documento: MATO GROSSO DO SUL. **Propostas e sugestões para o plano nacional de educação**. Secretaria de Estado de Educação.

²⁷ Entenda-se capacitar como habilitar, “para exercer as funções de educadores é preciso que as pessoas se tornem capazes, que adquiram as condições de desempenho próprias à profissão [...] aceitar a capacitação como termo ou conceito que seja expresso por ações para obter patamares mais elevados de profissionalidade” (MARIN, 1995, p. 17).

²⁸ Os cursos de pós graduação foram realizados na UFMS para os professores Multiplicadores dos NTEs. O NTE (estadual) de Campo Grande oferece seminários de informática na educação com o objetivo de facilitar a prática pedagógica das novas tecnologias na educação.

As propostas apresentadas traduziam as expectativas do estado com relação ao Plano Nacional de Educação. As metas elencadas eram alternativas para superação dos diversos obstáculos existentes, tanto de ordem administrativa quanto pedagógica, que inviabilizavam a execução de uma política educacional eficaz. As propostas foram elaboradas, registradas com fundamentos na realidade educacional do estado, mas - O que se lamenta é o “embargo de gaveta” (STEIN, 1999, p. 121) e o orçamento que sofreram as referidas propostas e sugestões, sem que na prática fosse colocado realmente em execução na sua totalidade.

Das metas citadas algumas foram atingidas, mesmo que parcialmente, como:

- A implantação de quatro Núcleos de Tecnologia Educacional: Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Corumbá, mas sem o aumento de dois núcleos a cada ano.
- Outra meta parcialmente atingida foi com relação a capacitação em dois anos de 100% dos professores para a utilização plena da TV Escola, uma vez que em 1998 de acordo com tabulação dos questionários da TV Escola da rede estadual de ensino de MS, 78% dos professores ainda não utilizavam a TV escola em suas práticas pedagógicas (MATO GROSSO DO SUL, 1995-1998).

As demais metas não são citadas nos documentos quanto a sua efetiva realização, portanto, não pudemos registrar em nossa dissertação o sucesso ou insucesso de suas realizações.

A realidade fica retratada nas palavras do coordenador de planejamento e da EaD da Secretaria de Estado de Educação de MS, respondendo quanto aos recursos que são dispendidos para a EaD no estado:

Não existe. É diluído no pacote, mas especificamente não. Já houve aqui no estado uma estrutura da seguinte maneira:, o estado, chegou a ter um link no satélite, tinha o satélite disponível, tinha a TV inteira, tinha e tem até hoje torres e antenas espalhados pelo estado inteiro. Era um negócio perfeito, seria de você fazer algo aqui, agora e sair ao vivo e todas as escolas, só que essa discussão não interessou, hoje nós perdemos o link no satélite, não é mais do estado, e as antenas, quem utiliza é a TV Morena.

Na infra-estrutura física ainda necessitamos conscientizar, tanto os governantes quanto os usuários, mantendo os equipamentos em condições de uso e mostrar a importância dos materiais para a formação dos alunos e professores para a comunidade, proporcionando um quadro diferente do que foi constatado através do relatório conforme citado: em 2001 foi realizado um levantamento sobre a situação global dos kits tecnológicos em MS.

Podemos inferir que os documentos e propostas de EaD no estado são abundantes, mas a realidade não é o espelho dos registros, metas e estratégias propostas. Os desafios a serem enfrentados pela EaD dependem de mudanças no cenário sociopolítico.

As políticas educacionais são elaboradas pelo MEC, não se levando em conta as dificuldades e peculiaridades regionais, o que acaba provocando um desequilíbrio entre o planejado e o que é realizado. As mudanças no cenário político influenciam diretamente na ênfase ou não, da condução dos programas educacionais, inclusive a EaD, uma vez que, já é quase tradição governamental no Brasil e em MS não é diferente, deixar-se de lado todos os programas executados pelo governo anterior e iniciar-se novos projetos.

2.4 O Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003, e a Educação a Distância

O esforço do governo brasileiro em priorizar verbas para o ensino fundamental, chamando também a sociedade para desembolsar mais recursos financeiros para esse nível de ensino, deve-se ao compromisso assumido com os organismos internacionais que orientaram as medidas financeiras a serem adotadas para que fosse possível a universalização do ensino fundamental.

O Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, 1990, e em Nova Delhi²⁹, na Índia, em 1993, convocado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo

²⁹ A partir do compromisso assumido na Conferência Mundial de Educação para Todos, as importantes declarações de Nova Delhi e de Manila a respeito da “Iniciativa Conjunta sobre Educação a Distância”, ocorreram num momento propício da história brasileira. Por ocasião dessas declarações o Brasil vinha realizando esforços para a retomada da educação continuada e a distância, em bases compatíveis com a evolução tecnológica mundial, com o progresso das ciências da aprendizagem e com a visão de uma sociedade brasileira mais justa no limiar do terceiro milênio.

das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Dessas Conferências participaram os 09 países considerados por esses órgãos, “países em desenvolvimento” e países mais populosos do Terceiro Mundo: Brasil, China, México, Índia, Paquistão, Bangladesh, Egito, Nigéria e Indonésia, com o objetivo de promover um debate sobre a necessidade desses países oferecerem no mínimo, ensino fundamental a todas as crianças e jovens e erradicarem o analfabetismo com vistas à promoção da equidade. Por isso o tema “Educação para Todos”.

O Brasil registrou seu compromisso em universalizar o ensino fundamental através da elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003. Com base no compromisso assumido na Conferência Mundial, cada país fez seu próprio Plano Decenal; cada um deles tem suas próprias características, prioridades e grau de desenvolvimento.

O Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado pelo Brasil, em 1993, não é algo definitivo e acabado, que deva ser adotado pelas escolas do país inteiro, incondicionalmente, sem levar-se em consideração a realidade de cada escola. O Plano, indica as diretrizes da política educacional e vem sendo aperfeiçoado e adequado nos estados e municípios através da elaboração de seus próprios planos.

O Plano Decenal de Mato Grosso do Sul foi elaborado com ajuda de parceiros pela seguinte comissão: Secretaria de Estado de Educação de MS, Delegacia Regional do Ministério da Educação e do Desporto, União Nacional dos dirigentes Municipais de Educação, Conselho Estadual de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Federação de Professores de MS, CNBB-Oeste/Associação dos Educadores Católicos, propondo o desenvolvimento de um trabalho coletivo, a exemplo do que fez o Brasil, em torno da educação.

O processo de elaboração do Plano de MS foi desencadeado a partir de uma reunião com os chefes dos Núcleos Educacionais e Secretários Municipais de Educação. Com base nos Planos Decenais de todos os municípios, a Comissão Estadual elaborou um Documento Síntese. O processo de elaboração do Plano foi desencadeado a partir de uma reunião com os chefes dos Núcleos Educacionais e Secretários Municipais de Educação. O Plano Decenal de MS registra as necessidades e as metas de superação de ineficiência do ensino, traça ações articuladas a serem desencadeadas por entidades governamentais e não

governamentais, com vistas a obtenção gradativa de competências que levem a prestação de um serviço de educação de qualidade para todos, resumindo o ideário orientador dos caminhos pelos quais os educadores sul-mato-grossenses “optaram”³⁰ percorrer por dez anos.

Quadro 8
Plano Decenal de MS

Objetivos	Metas Globais a serem alcançadas
Incrementar os atuais níveis de aprendizagem promovendo o ensino de qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar em 50% os níveis de aprendizagem, criando condições para que a escola exerça o direito de completar a elaboração do currículo, com objetivos e conteúdos adequados aos interesses da comunidade. • Desenvolver programas de avaliação e de redução das repetências e evasões em 80%. Ensino com <u>qualidade</u>.
Universalizar o acesso à escola, mantendo os níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> • Elevar a, no mínimo, 94% o atendimento à população em idade escolar. • Intensificar parcerias. • Garantir infra-estrutura físico e técnico-pedagógica em 95% das escolas públicas de MS, com organização, coerência e uso dos espaços educativos. • Desenvolver, uma cultura organizacional na escola, com objetivos compartilhados, que consista no desenvolvimento de prática de gestões. • Implantar Conselhos Municipais de Educação.
	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias, acordos e compromissos com os diferentes segmentos da sociedade organizada, visando ao fortalecimento da gestão democrática.
Definir uma Política de valorização do magistério, com vistas à melhoria da qualidade da educação básica	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a revisão crítica dos cursos de formação visando a sua reformulação • Estabelecer mecanismos para sua implementação • Estabelecer um programa de capacitação continuada para os profissionais da educação, em suas diferentes áreas de atuação.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no documento MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Plano decenal de educação para todos MS**, 1993-2003, p. 10-11.

Como podemos perceber não há um registro objetivo e direto com relação a EaD no Plano Decenal de MS, todavia procuramos destacar no quadro alguns pontos que

³⁰ O processo de elaboração do Plano Decenal em MS foi desencadeado a partir de uma reunião com os chefes dos Núcleos Educacionais e Secretários Municipais de Educação. MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Educação, Plano Decenal de Educação para Todos MS, 1993-2003, p. 8.

têm possibilidade de relação com a EaD que são: universalizar o acesso a escola proporcionando um ensino de qualidade que forme o cidadão emancipado, de acordo com o contexto no qual está inserido requerendo mobilidade de atendimento a distância com utilização de programas de EaD, inseridos no universo da educação como um todo.

O Plano Decenal de Educação para Todos não se confunde com o Plano Nacional de Educação previsto na Constituição e que se refere a todos os níveis e modalidades de ensino. O Plano Decenal diz respeito à educação básica e responde ao dispositivo constitucional que determina “eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental” nos próximos dez anos (BRASIL. Plano decenal de educação para todos, 1993, p. 14).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (mec.inep.gov.br) “em 1980, (antes do Plano Decenal) 80% das crianças em idade de estudar no ensino fundamental estavam matriculadas”. Havia 4 milhões de crianças fora da escola. As pesquisas mais recentes falam em (com o Plano Decenal) 97% das crianças na escola. Passadas essa etapa, a próxima será investir na melhoria da qualidade de ensino no Brasil. Entre os educadores cresce a percepção de que os números de matriculados são uma visão exclusivamente quantitativa do ensino, deixando de lado a qualidade das aulas.

Outro ponto que destacamos no Plano Decenal de Educação para Todos é a preocupação com a formação do profissional da educação, “o Plano Decenal considera que o principal agente de uma política de qualidade da educação é o professor, devendo a função do magistério ser publicamente reconhecida em sua relevância social”. Nessa perspectiva, a valorização do professor é percebida “pela conjugação simultânea de três vertentes: carreira, condições de trabalho e qualificação” (Relatório de Desenvolvimento da Educação 1992-1994 *apud* VIEIRA, 2000, p. 159).

Segundo Belloni (1995, p. 25)

Se acreditamos que a educação é um meio de emancipação (e não apenas instrumento de dominação e reprodução das desigualdades sociais), então teremos que defender uma integração criativa –e não apenas reativa ao mercado– destas tecnologias de informação e comunicação que tanto nos preocupam enquanto educadores e nos solicitam enquanto cidadão e consumidores.

O Plano Decenal de Mato Grosso do Sul é uma orientação que pode ser alterada conforme as necessidades. É necessário também discutir o projeto pedagógico da

escola, a formação e a carreira do professor, a repetência e a evasão, a avaliação e o acompanhamento do aluno, as condições do prédio, das carteiras, dos equipamentos, etc.

No próximo capítulo, investigamos a implementação dos programas de EaD coordenados pela SEED de MS, privilegiando a relação desses programas com a formação de professores.

CAPÍTULO III

A EAD E OS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A definição do papel do professor e sua formação são fundamentais para o sucesso das modalidades de educação: presenciais ou a distância. Através da EaD o professor tem a possibilidade, na visão do MEC, de acesso a formação continuada ou a aperfeiçoamentos, para acompanhar as transformações aceleradas em todas as facetas da vida social que exige atualização, adaptação e inovação dos formadores para atender as novas necessidades.

As políticas públicas têm incentivado a promoção da modalidade de EaD na formação de professores. Cabe-nos refletir e indagar as causas desse investimento. Está-se pensando realmente em formar os educadores; ou em resolver o problema governamental (Década da Educação³¹)? Acreditamos na potencialidade da EaD com qualidade na formação de professores, desde que aplicada agregando novas competências e habilidades ao formador, despertando a consciência e análise das propostas técnico-metodológicas e a prática articulando as dimensões: tecnológica e didática.

Nesse movimento de articulações notamos que a EaD tem uma trajetória sintonizada com o desenvolvimento tecnológico. Segundo Belloni (1999, p. 53)

tomadas em seu sentido mais geral, pedagogia e tecnologia sempre foram elementos fundamentais e inseparáveis da educação. Tecnologia é uma forma de conhecimento [...] nesta análise das relações entre tecnologia e educação: a

³¹ “Outro espaço de formação citado no artigo 62 da LDB é o da modalidade normal, um nível médio[...] que exige, até a final da Década da Educação – 2006, que todos os professores sejam habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço” (MELO, 1999, p. 51).

convicção de que o uso de uma ‘tecnologia’ (no sentido de um artefato técnico), em situação de ensino e aprendizagem, deve estar acompanhado de uma reflexão sobre a ‘tecnologia’ (no sentido do conhecimento embutido no artefato e em seu contexto de produção e utilização)”.

Ainda segundo a mesma autora

na EaD, a interação com o professor é indireta e tem de ser mediatizada por uma combinação dos mais adequados suportes técnicos, de comunicação, o que torna essa modalidade de educação bem mais dependente da mediatização que a educação convencional, de onde decorre a grande importância dos meios tecnológicos (1999, p. 54).

Operacionalizar, implementar a EaD com aproveitamento racional e eficaz dos recursos tecnológicos disponíveis é o grande desafio. De acordo com o professor Mohamed Chaib³² (2002) esta realidade não é típica apenas no Brasil (país em desenvolvimento), mas também na Suécia onde a quantidade de computadores disponíveis para os professores e alunos é espantosa, porém, sua utilização muitas vezes, não passa de um instrumento de digitação (no sentido de um artefato técnico), ou seja, trocou-se a máquina de escrever pelo computador.

No Brasil como se configuram as políticas de EaD e qual o seu papel na formação continuada de professores?

Segundo Lima (2000, p. 23)

a reflexão na e sobre a ação pedagógica implementada no ambiente de trabalho pode ser uma das mais consistentes e transformadoras de realidade social. Sob esse contexto, [...] um meio de se propiciar ao professor condições de se formar continuamente no universo da escola é a EaD.

Nesse contexto percebemos a EaD como meio de se construir aprendizagens que caminham para uma mudança na prática de educação. A autora destaca que

estamos considerando o uso da EaD como um meio de se proporcionar ao professor o acesso às teorias construídas fora da escola, deflagrar as reflexões sobre as práticas e sob esses dois pontos de partida propiciar uma reflexão que leve a uma construção de uma nova prática pedagógica (LIMA, 2000, p. 23).

Em virtude das importantes modificações que as políticas de formação de professores estão introduzindo no sistema da educação nacional, analisamos os Programas

³² CHAIB, Mohamed. Novas Tecnologias na Formação de Professores - a experiência da Suécia. Seminário Internacional de Educação a Distância, Novas Tecnologias e Formação de Professores. Campo Grande: UCDB, 2002.

de EaD como um meio de educação que pressupõe uma utilização dos meios de comunicação, ou seja, como estão sendo concebidos e realizados os trabalhos de formação desses professores a fim de que se apropriem das novas tecnologias de informação e comunicação, desenvolvendo competências, e utilizando-as como instrumentos práticos na educação.

A criação e construção de uma nova realidade educacional obrigam o professor a ir além das regras, fatos, teorias e procedimentos conhecidos e disponíveis: “Na base desta perspectiva, que confirma o processo de reflexão na ação do profissional, encontra-se uma concepção construtivista da realidade com que ele se defronta” (SCHÖN, 1987, p. 36)

Esta formação deve preparar profissionais da educação para implementar novos processos educacionais, fornecendo a base para uma mudança na superação dos problemas da educação, utilizando a prática do professor como reflexão; esta prática inserida num paradigma da comunicação, que é essencialmente de transmissão de informação, deve se transformar em um paradigma de interação e de co-produção, na construção do conhecimento.

O MEC, no papel político-estratégico de coordenar a Política Nacional de Educação, tem criado ou reformulado mecanismos de apoio ao sistema público de educação, para o qual traçou, dentre outras, as seguintes diretrizes: fortalecimento da ação pedagógica do professor na sala de aula e da gestão da escola, maior envolvimento da sociedade na busca de soluções educacionais e modernização com inovações tecnológicas introduzidas no processo ensino-aprendizagem (BRASIL, 1996a, p. 6).

Estes Programas, portanto, se inserem no conjunto de ações desenvolvidas em respeito a essas diretrizes. Analisamos a seguir implementação de alguns programas, de EaD do MEC, em MS, e sua relação com a formação de professores.

3.1 Os Programas de EaD do MEC em MS: análise dos objetivos expressos nos textos oficiais em confronto com a realidade

3.1.1 Programa “Salto para o Futuro”³³

“Salto para o Futuro”³⁴ é um programa da Secretaria Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação em convênio com a Fundação Roquete Pinto e as Secretarias Estaduais de Educação. É um programa de EaD realizado pela TV Escola (canal educativo do Ministério da Educação) e produzido pela TVE Brasil, que tem como proposta a formação continuada e o aperfeiçoamento de docentes que trabalham em educação.

Surgiu a partir dos resultados da avaliação de um projeto piloto desenvolvido por esses órgãos. Em fase experimental, de agosto a dezembro de 1991, colocou à disposição dos professores dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte programas televisivos, visando o aperfeiçoamento profissional”.Um Salto para o Futuro” (denominação à época), na abordagem pedagógica, centralizou o trabalho em um diálogo com os professores em torno da constituição de conceitos básicos para a educação das crianças até antiga quarta série do primeiro grau, nas várias áreas do conhecimento.

O Programa ia ao ar em canal aberto de segunda à sexta-feira, em dois blocos: o primeiro mostrava um vídeo educativo, explorando em seu conteúdo os aspectos metodológicos com ênfase no núcleo comum das quatro primeiras séries do primeiro grau; no segundo bloco, no tira-dúvidas, especialistas respondiam ao vivo questões levantadas pelos cursistas dos telepostos, que se utilizavam do fax e do telefone para contatar a central da Televisão Educativa.

³³ Este programa teve início em 1991, em fase experimental, como “Jornal da Educação. Edição do Professor”; em 1992 passou a se chamar “Um Salto para o Futuro” e em 1996 denominou-se “Salto para o Futuro” permanecendo com essa denominação até a atualidade.

³⁴ “O programa apoia-se em material impresso, enviado com antecedência aos cursistas e em transmissões televisivas nas quais são utilizados vídeos versando sobre os temas da aula e veiculados comentários de especialistas sobre os conteúdos abordados. Possui também uma parte interativa em que os especialistas debatem com a audiência respondendo ao vivo, questões formuladas via fax e canal de voz” (MARTINS, 1999).

O Programa tinha por objetivo propiciar meios de atualização ao professor de ensino de primeiro grau e aos alunos dos cursos profissionalizantes de formação de professores de segundo grau, utilizando a EaD, através da conjugação de multimeios (MAGALHÃES, 1997, p. 25). Em 1992, já com abrangência nacional, “Um Salto para o Futuro”, propôs a manutenção do programa televisivo, com o apoio de um jornal impresso e complementado pelo uso do fax e de canal de voz (telefone que permite um diálogo entre os professores participantes da experiência e o centro de produção).

Segundo Martins (1999, p. 90-91)

uma das características inovadoras do Programa é a ação compartilhada no nível das diferentes instâncias federativas, [...] trata-se da primeira experiência realizada em âmbito nacional e dentro de uma perspectiva articulada de colaboração entre União, estados e municípios.

A autora ainda destaca a ação compartilhada entre as instâncias governamentais,

enquanto cabe ao governo federal coordenar a política de capacitação, produzir o Programa, garantir a sua emissão por todo o país e implantar um sistema de acompanhamento que lhe dê suporte, são os estados que se responsabilizam pela implantação e implementação da sua estrutura organizacional, bem como pela certificação dos cursistas. As Secretarias Estaduais de Educação se responsabilizam pela divulgação do Programa e pela montagem da infraestrutura requerida para o funcionamento das telessalas, incluindo o provimento de pessoal, ou seja, de orientadores de aprendizagem e supervisores, e também dos profissionais encarregados da parte administrativa e técnico-operacional.

Segundo Barreto (1997, p. 310) o Programa “dirige-se a professores em serviço, uma audiência com formação básica em nível de ensino médio. No segundo semestre de 1992 atendeu a 26 unidades federadas, deixando de atingir apenas o estado do Tocantins. Funcionou então através de 556 telepostos, com 16. 271 telealunos inscritos”. Essa era a fotografia de funcionamento do Programa em todo o país.

Em Mato Grosso do Sul o Programa, foi implantado em MS em 1991 no governo de Pedro Pedrossian. O Programa ao vivo é utilizado pelas unidades federadas, em “recepção organizada” segundo a Especialista de Educação da TVE Brasil em entrevista para esta pesquisa: “*recepção organizada é a situação de telessalas controladas pela SED, com material necessário para trabalhar com o programa, (horário, local, fita, vídeo, videoteca), com atividades, antes, durante e depois do Programa discutindo a temática do dia*” (Entrevista, 2002).

Para Kramer (1999, p. 134):

a recepção organizada destina-se a pessoas que desejam trabalhar em grupo e têm tempo disponível para várias reuniões semanais em um teleposto, contando com as ajudas do orientador de aprendizagem que interfere apenas em momentos estratégicos, devendo o grupo ter autonomia suficiente para trabalhar sem sua presença.

Na história da EaD e da Televisão Educativa de MS esse Programa teve grande representatividade pela abrangência que alcançou na educação continuada dos professores do ensino fundamental, estimulando mudanças com o desenvolvimento de ações concretas, colaborando com a melhoria da produtividade do sistema educacional.

Em Mato Grosso do Sul segundo a entrevistada,

o 'Projeto Salto para o Futuro' começou em 1991 e foi até 1997. Teve participação muito grande com interatividade entre os professores, coordenadores da escola e técnicos da Secretaria de Educação (Professora Técnica, Entrevista, 2001).

No ano de 1992 houve a expansão do Programa, com a criação de Telepostos nos municípios de Maracaju, Eldorado, Bataguassu, Angélica e Corumbá. Estruturados estrategicamente e implantados os telepostos com a infra-estrutura material e humana³⁵, o Programa iniciou em 1992, com 04 telepostos na capital, das Escolas Estaduais: Adventor Divino de Almeida, Dona Consuelo Muller, Joaquim Murtinho e Padre José Scampini, quando foram capacitados 68 telealunos, dados coletados no Relatório Educação a Distância em MS (1995).

O Programa funcionava com carga horária de duas horas diárias, com no mínimo 15 e no máximo 30 telealunos, um orientador de aprendizagem sendo professor da rede estadual ou municipal de ensino, recebendo as transmissões ao vivo ou através de fita gravada, supervisionados por um técnico pedagógico do núcleo educacional ou da rede municipal.

Segundo a SED de MS, no documento Supervisão de Capacitação e Avaliação, Teleducação, Manual de Orientação. Supervisores e Orientadores da Aprendizagem, o Programa foi operacionalizado da seguinte maneira:

- O Ministério da Educação e Desporto – MEC, através da Secretaria de Educação Fundamental, por sua Coordenadoria Nacional de EaD – CNEAD, integrante do

³⁵ Entenda-se infra-estrutura material e humana – equipar as telessalas com vídeos, TV e fax, além da presença de um orientador de aprendizagem em cada telessala.

Departamento de Desenvolvimento Pedagógico, exerceu uma função de articulador e gestor dos trabalhos;

- A Fundação Roquete Pinto – FURP, através da Diretoria de Tecnologia Educacional, foi a produtora e emissora dos programas.

- A Diretoria Geral de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – DGRH/SED/MS, coordenava o Programa em âmbito estadual, captava e otimizava recursos materiais e financeiros e viabilizava a infra-estrutura necessária aos telepostos;

- A Diretoria de Pessoal – DP/DGRH/MS, designava os professores que atuariam como orientadores de aprendizagem do Programa e indicava à DGRH a necessidade de capacitação de pessoal que atuaria nas atividades de apoio técnico-administrativo;

- A Diretoria de Desenvolvimento e Avaliação – DDA/DGRH/MS, fazia a divulgação, envolvia os setores regionais de educação e a TVE local no desenvolvimento do Programa além de acompanhá-lo e avaliá-lo, viabilizava os telepostos com condições necessárias ao funcionamento, implementava o Programa em parceria com as Prefeituras Municipais e outras instituições e mantinha o fluxo e refluxo de informações entre MEC, FURP e Telepostos;

- A Supervisão de Capacitação – SUCAP/DDA/MS, capacitava supervisores e orientadores de aprendizagem³⁶, prestava assessoria técnico-pedagógica aos Telepostos, acompanhava e avaliava o trabalho nos Telepostos, encaminhava materiais necessários para a operacionalização do Programa, providenciava a designação dos orientadores de aprendizagem para atuarem no Programa e construía os instrumentos para avaliação da aprendizagem;

³⁶ Segundo MARTINS (1999, p. 87-88) “[...] o orientador de aprendizagem dinamiza e orienta as atividades dirigidas aos cursistas, exercendo a mediação pedagógica, o acompanhamento e controle, propiciando também a avaliação”. Ainda segundo a autora “o programa baseia-se na recepção organizada, que supõe a presença de um orientador de aprendizagem em cada telessala. Este costuma ser um professor normalmente lotado em cargos técnicos de orientação pedagógica ou de supervisão nos sistemas estaduais de ensino, freqüentemente com formação de nível superior. A qualificação dos orientadores... é por vezes feita por cursos regulares promovidos pelas Secretarias de Educação, ou de encontros em que se avalia o funcionamento dos telepostos, suas dificuldades, inovações” (1999, p. 94).

Em MS era feito através de visitas aos telepostos e telessalas, reuniões bimestrais, ficha de acompanhamento, análise de projetos elaborados pelos telepostos, instrumentos de avaliação, com capacitação continuada dos supervisores e orientadores da aprendizagem a distância, com encontros esporádicos presenciais, oficinas.

- A Supervisão de Tecnologia Educacional – SUTED/DDA/MS – mantinha o acervo, reproduzia os programas solicitados, distribuía equipamentos e fitas VHS, controlava a distribuição dos equipamentos e orientava sobre a manutenção desses equipamentos.

- A Supervisão de Operacionalização de Eventos – SUOE/DDA/MS, distribuía material de apoio e didático pedagógico, dava suporte técnico operacional às capacitações, encontros, seminários e viagens, mantinha o controle orçamentário e financeiro dos recursos previstos para as ações de capacitação e emitia certificados;

- O Núcleo Educacional – NE/MS, emitia os certificados, procedia a abertura do livro de registro de certificado, título do evento e infra-estrutura do local;

- Os Telepostos eram constituídos pela equipe de: supervisor e orientador de aprendizagem, que: divulgavam, compatibilizavam o Programa com outros programas de capacitação de sua jurisdição, realizavam reuniões técnico-pedagógicas, acompanhavam e avaliavam as atividades nos Telepostos, registravam experiências significativas e divulgavam através de relatórios, planejavam e organizavam as atividades nas telessalas, acompanhavam e avaliavam as atividades nas telessalas, observavam a contribuição do Programa na melhoria do desempenho do professor e conseqüentemente na qualidade do ensino.

Toda essa estrutura foi aplicada e teve como resultados os índices demonstrados no quadro a seguir.

Quadro 9

Levantamento quantitativo do Programa “Um Salto para o Futuro” em MS-1995³⁷

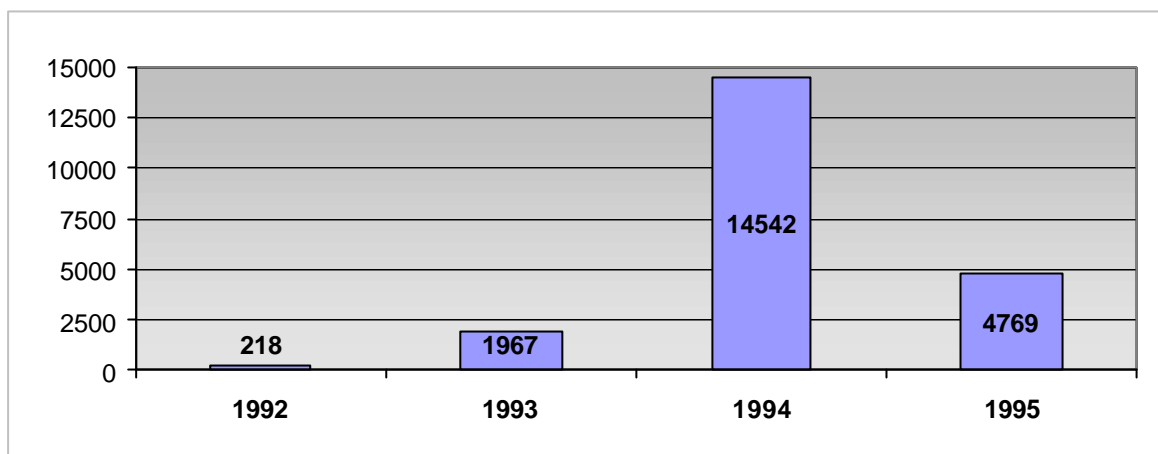
Ano		O programa presente em:	O programa conta com a estrutura de:
1993	1º semestre	22 municípios	29 telepostos
	2º semestre	50 municípios	57 telepostos
1994		69 municípios	81 telepostos
1995		69 municípios	63 telepostos

Fonte: Elaborado pela autora, com base no relatório MATO GROSSO DO SUL. Educação a Distância em MS-1995.

³⁷ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação de MS. Núcleo de educação a Distância e Tecnologia Educacional. Relatório Anual do programa Um Salto para o Futuro, 1996, p. 19.

Gráfico 1

Número de Telealunos no período 1992-1995



Fonte: MATO GROSSO DO SUL- Educação a Distância emMS- junho1995.

Como podemos perceber, no decorrer dos anos houve uma acentuada elevação na quantidade de telealunos, atingindo o pico em 1994, tanto em maior número de municípios atingidos, como também de telealunos. Constatamos que em 1994 foram desenvolvidas ações pela Secretaria de Estado de Educação de MS como: “capacitação para supervisores e orientadores de EaD atuarem com recursos computacionais, seminários de EaD e acompanhamento com envio de materiais e visitas aos Telepostos”³⁸ estimulando utilização das telessalas, havendo necessidade de um número maior inclusive de telepostos, o que fica evidenciado com os números apresentados no quadro acima. Nos relatórios não temos nenhuma justificativa registrada para que o índice de 1995, como mostra o gráfico 01, ter decrescido tanto; o que podemos constatar é que o acompanhamento/motivação pela Secretaria de Estado de Educação de MS foi mais brando, desacelerando a utilização do Programa.

Algumas ações foram desenvolvidas pelos telepostos/telessalas a partir das capacitações no primeiro semestre de 1995 tais como: Seminário de alfabetização, Projetos: laboratório de leitura, momentos de contação, tecendo a leitura, metodologia do ensino da matemática, saneamento básico, brincando com a fantasia. Em 1996, denominando-se “*Salto para o Futuro*”, o programa foi incorporado à grade da TV Escola, o que anteriormente não ocorria, ocupando uma das faixas da programação do canal.

³⁸ Dados coletados no Relatório Educação a Distância em MS. Campo Grande, junho de 1995.

Em MS o Programa foi um dos patamares na capacitação dos professores, apesar das dificuldades encontradas, buscando melhorar a atuação docente por meio de estudos sistemáticos nas telessalas, o que proporcionava um suporte para a utilização em sala de aula dos recursos tecnológicos disponíveis.

A realidade do Programa em MS em 1996 apresentava-se da seguinte maneira, de acordo com a Secretaria de Estado de Educação de MS, Núcleo de EaD e Tecnologia Educacional, no relatório anual do Programa Salto para o Futuro:

Quadro 10
“Salto para o Futuro” em MS - 1996

Total de municípios	77
Total de municípios envolvidos com EaD	46
Total de Agências de Educação	85
Total de Agências de Educação envolvidas com EaD	53
Total de Telessalas	98
Total de Cursistas	3217

Fonte: Elaborado pela autora, baseado: MATO GROSSO DO SUL, relatório anual do Programa “Salto para o Futuro”, 1996.

De acordo com o quadro verificamos que os trabalhos desenvolvidos pelo Programa “Salto para o Futuro”, em 1996, foram considerados satisfatórios pela Secretaria de Estado de Educação de MS, apesar das dificuldades, uma vez que 59% dos municípios eram envolvidos com a formação dos professores na modalidade de EaD significando, pois, o envolvimento efetivo da Secretaria, por meio das Agências de Educação e dos municípios, socializando com os educadores da jurisdição as séries do Programa. Cabe-nos refletir até que ponto esse índice poderia ser considerado “satisfatório”, pois no universo apresentado não estavam envolvidos com o Programa 41% dos municípios do estado, o que em nossa visão não é pouco, entretanto o Relatório anual do Programa registra “dificuldades de atraso na liberação de recursos financeiros para o acompanhamento e encontros com supervisores” o que poderia propiciar abranger a totalidade dos municípios.

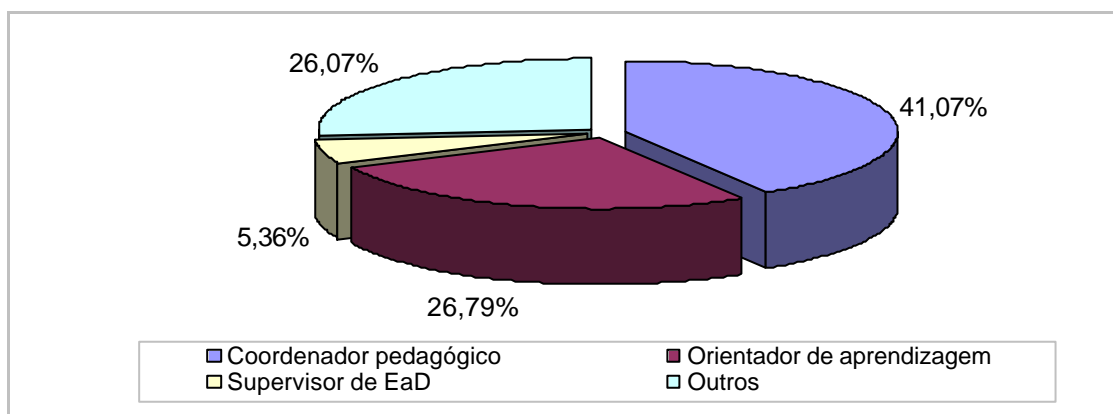
Muitas escolas ofereciam os programas na hora atividade do professor, motivando e colaborando para que o número de cursistas crescesse. A veiculação dos

programas era realizada por meio de fitas gravadas, totalizando 135 fitas, ou ao vivo, com 83 programas trabalhados nos municípios de MS.

As atividades desenvolvidas durante o governo de Wilson Barbosa Martins, em 1996, através do Secretário de Estado de Educação Aleixo Paraguassú Netto, resumiam-se em: capacitação dos orientadores de aprendizagem com objetivo de subsidiá-los para as dinâmicas de teleducação; encontro para supervisores de EaD com objetivo de nortear os trabalhos; encontros com as Agências de: Campo Grande, Maracaju, Dourados e Três Lagoas para estudos interativos “ao vivo” na TVE/MS referente ao Programa e realização do Seminário Estadual de EaD: “Uma Perspectiva na Qualidade de Vida e Cidadania”.

Na fase de avaliação o Programa contava com uma equipe de acompanhamento conforme gráfico a seguir.

Gráfico 2
Equipe de avaliação do Programa - 1995



Fonte: MATO GROSSO DO SUL, SED/MS – Relatório 1995, em 30/01/96

O acompanhamento do Programa foi feito desde 1992, totalizando 62 eventos até 1995. Como podemos perceber no gráfico acima o acompanhamento era realizado por equipes especializadas. Esse acompanhamento era feito através de: Visitas aos telepostos e telessalas, reuniões bimestrais, ficha de acompanhamento, análise de projetos elaborados pelos telepostos, relatórios, registros em fitas VHS, instrumentos de avaliação, encaminhamento de boletins e grades de veiculação, realização de gravações de programas referentes a séries veiculadas (MATO GROSSO DO SUL, 1996b, p. 21).

Através do acompanhamento, a Secretaria de Estado de Educação verificou no professor: “maior criticidade, mudança na metodologia, maior interesse em aprofundamento teórico, maior criatividade, melhor relacionamento humano no trabalho, maior interesse na confecção e utilização de materiais didáticos e pedagógicos, maior participação na hora atividade” (MATO GROSSO DO SUL, 1995).

Em MS as dificuldades surgiram em 1996 na Operacionalização, isto é, nas ações para a real prática do Programa com o:

atraso no recebimento de correspondências, informações incorretas e/ou incompletas encaminhadas pelos telepostos, atraso na liberação de recursos financeiros para realização de visitas sistemáticas aos telepostos/telessalas, falta de recursos financeiros para realização de mais encontros com supervisores e orientadores de aprendizagem, reprise das séries do Programa ‘Salto para o Futuro’, gerando desinteresse dos cursistas (MATO GROSSO DO SUL, 1996b, p. 21).

Segundo uma das entrevistadas para esta pesquisa:

Depois de 1997 o projeto Salto para o Futuro praticamente morreu e ficou sob a iniciativa dos coordenadores das escolas. Hoje, é usado, mas não mais com o objetivo de capacitar, que era uma telessala, que tinha um orientador de aprendizagem, um supervisor, então com essa estrutura, essas modificações do governo em gastos, não foi mais disponibilizado um orientador de aprendizagem que seria uma pessoa assim, que ficaria responsável por esse tipo de coordenação, o projeto praticamente morreu, ficando apenas uma iniciativa dos coordenadores (Professora Técnica A. Entrevista, 2001).

Segundo Castro (2001, p.151-152)

em primeiro lugar, não há novidade alguma no caso do Brasil, em se tratar o exercício da educação como algo que paira entre a intuição/vocação e uma espécie de subproduto de algum outro tipo de saber. [...] os incontáveis planos de investimento em materiais supostamente revolucionários; os grandes projetos de eliminação dos efeitos malignos das diferenças regionais, sempre concebidos fora das escolas e levados a cabo por pessoas estranhas a elas. [...] Já vimos o filme.

Podemos inferir que o desenvolvimento do Programa “Salto para o Futuro” em Mato Grosso do Sul, está diretamente ligado ao caráter político-partidário que esteve e está presente durante sua implantação e implementação. Ainda de acordo com Castro (2001, p. 152-153):

Monta-se um plano perfeito. Contratam-se especialistas de fora. Compra-se, a peso de ouro, o material mais moderno. Equipa-se cada escola com as novidades todas necessárias para o plano funcionar. E ele não funciona! Esquecemos de combinar com os beneficiados. [...] Acaba-se a gestão daqueles governantes e,

enquanto aguardamos o novo plano perfeito, as novidades tecnológicas enferrujam em algum espaço ocioso da escola.

Considerando que uma característica das iniciativas de formação continuada de docentes tem sido a sua descontinuidade e a desarticulação em relação às ações com as quais as escolas estão envolvidas, uma análise mais atenta ao modo como o Programa se insere efetivamente nas atividades desenvolvidas com os professores pelas Secretarias de Educação e à forma como ele é recebido pelos agentes educacionais e cursistas oferece um quadro muito diversificado do que acontece de estado para estado (MARTINS, 1999, p. 92).

Nessa perspectiva trataremos rapidamente do Programa “Um Salto para o Futuro” em Mato Grosso, na tentativa de conhecer um pouco mais a realidade de outro estado, além do MS para ampliarmos nosso universo, quando de sua implantação. E por que escolhemos Mato Grosso? Escolhemos Mato Grosso por tratar-se de estado vizinho a MS e que possui características regionais próximas. Além da proximidade geográfica também a inter-relação histórica da institucionalização dos dois estados e por fazerem parte da mesma região do país, recebendo atenção equivalentes da União, ou seja são realidades distintas mas com características semelhantes e por termos acesso ao material sobre o Programa naquele estado.

Em Mato Grosso o Programa também foi implantado em 1992 e funcionou em 13 telepostos, distribuídos em escolas dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, nesses telepostos estavam 350 telealunos. A SED justificando-se pela necessidade de concretizar sua proposta curricular, incentivou a expansão do Programa no estado, adquirindo antenas parabólicas para a instalação de telessalas. Em 1993, Mato Grosso iniciou a primeira série com 93 telepostos, distribuídos em 26 municípios, abrangendo mais ou menos três mil professores, mas a SED registrou um aumento de dificuldades após a expansão do Programa (MAGALHÃES, 1997, p. 26).

Em 1994 as dificuldades aumentaram, marcando o início da desorganização do Programa no estado de MT, muitos telepostos foram desativados. Em 1995, o Programa permaneceu desativado com alguns telepostos funcionando isoladamente; mas no final daquele ano foram realizados seminários regionais com o objetivo de implementar suas ações, evidenciando que apesar de não funcionar na sua plenitude, o projeto perdurava e persistia em seus objetivos.

A cena dos percalços se repete em MT quando, um dos pontos verificados por Magalhães (1997, p. 27) em sua pesquisa no desenvolvimento do projeto “Salto para o Futuro” foi o caráter político-partidário que estava presente durante sua implantação. Isto foi verificado na indicação dos coordenadores dos projetos, na composição das equipes e até na indicação de técnicos para serem capacitados. Foram indicados profissionais que não tinham vinculação com o projeto e que não tinham exercido qualquer função na SED, principalmente os indicados para os cursos no exterior.

Em MT, a questão da infra-estrutura das escolas era bastante atingida pela insuficiência de recursos (as salas de aula eram quentes, a rede de esgoto não funcionava, os banheiros não tinham condição de uso, etc.). Nesse quadro surgiu outro problema comum e atual aos dois estados “a segurança”, pois como as escolas não possuíam segurança suficiente para guardar os materiais (TV, videocassete e antena parabólica), ficavam e ficam acessíveis ao roubo. Magalhães (1997) informa que o roubo era praticado em 30% das escolas em MT, realidade esta que se repetia em outros estados³⁹.

Em relação aos aspectos pedagógicos, os professores de MT, segundo Magalhães, apontaram como dificuldade o fato de não estarem capacitados a trabalhar usando os produtos de tecnologia, os professores tinham dificuldades de utilizar os conhecimentos adquiridos para a sua prática em sala de aula o que não foi uma barreira particular daquele estado, mas é ainda hoje marcante em MS. Nesse estado, a capacitação dos professores também passa por dificuldades, o que podemos constatar nesta entrevista:

uma iniciativa dos coordenadores, dependendo do interesse do professor em utilizar o material como um complemento, um recurso a mais, ilustrativo, evidenciando que a capacitação do professor ficou totalmente prejudicada.... O professor tem acesso a fita gravada, caso queira. O professor assiste, sem aquele compromisso, sem certificação, aquela parte de estudo mesmo, como era antigamente, usa esporadicamente conforme o tema ou para a auto-formação (Professora Técnica A, Entrevista, 2001).

Apesar de pouco utilizar-se dos conhecimentos e das novas técnicas apresentadas nos programas para sua formação, essas informações possibilitam ao professor o enriquecimento das discussões nas diversas atividades desenvolvidas na escola. Se levarmos em conta o que foi identificado até agora em relação ao desenvolvimento das

³⁹ Em MS o Relatório de Desenvolvimento das Atividades do Programa TV Escola de 2001 em relação a segurança retrata que foram roubados 07 antenas parabólicas, 15 receptores, 19 televisões, 28 videocassetes, diminuindo as possibilidades de formação de um número maior de professores.

ações do Programa “Salto para o Futuro” no estado de MS, inferimos que os objetivos propostos são teoricamente enriquecedores para as práticas pedagógicas; mas a realidade em MS é muito diferente como observamos no quadro a seguir.

Quadro 11
Objetivos do Programa Salto para o Futuro X Realidade em MS

Objetivos traçados pelo MEC- diretrizes ⁴⁰	Possibilitar que professores revejam e construam seus respectivos princípios e práticas pedagógicas, mediante o estudo e intercâmbio, utilizando diferentes mídias, com uma dinâmica interativa.
Objetivos do programa em MS de 1991 até 1997 ⁴¹	Incrementar o processo de capacitação a distância destinada aos educadores.
Realidade atual em MS ⁴²	“O professor utiliza o material como recurso ⁴³ didático em sala de aula e não como tele-aula” (recurso pedagógico metodológico de formação).

Fonte: Elaborada pela autora, com base no Relatório das ações desenvolvidas pelo Núcleo de EaD e Tecnologia Educacional da Secretaria de Estado de Educação de MS.

O objetivo fundamental do Programa “Salto para o Futuro” visa a incrementar o processo de capacitação do professor baseada na fundamentação metodológica e de conteúdos específicos das áreas de conhecimento, aliados a recursos tecnológicos disponíveis, propiciando ao professor aplicar em seu trabalho escolar a práxis utilizada nas Telessalas.

Levantamos a hipótese de que os objetivos do Programa ainda mantêm lacunas na formação de professores, deixando de fora a inovação, a construção do conhecimento, diminuindo as chances de se alcançar a almejada qualidade da educação.

Magalhães (2001, p. 107) destaca:

a educação a distância tem sido posta nas políticas públicas educacionais como a solução para os problemas educacionais do país. Se há lacunas na formação de professores; se esses precisam atender o que preconiza LDB 9. 394/96 no que se refere à formação profissional em nível de terceiro grau para o magistério até o fim da Década da Educação (1996-2006); [...] em lugar de uma formação que habilite ao trabalho com as novas tecnologias, o que se tem visto é o seu

⁴⁰ Informação coletada do MEC através do endereço: www.tvebrasil.com.br/salto/conteúdo em 28/02/2002.

⁴¹ Informações coletadas do Relatório das ações desenvolvidas pelo Núcleo de EaD e Tecnologia Educacional, 1996. Secretaria de Estado de Educação de MS.

⁴² Informações coletadas através de Entrevista, professora técnica A da SEED em 12/2001.

⁴³ Recursos: meios como publicação bimestral, kits tecnológicos.

aligeiramento, permitindo que continue se processando a transmissão de conhecimentos, características marcante de nosso sistema de ensino. O objetivo dessas políticas públicas, ao capacitar, treinar, aperfeiçoar e valorizar os professores do sistema público de ensino, não tem sido alcançado.

Mais uma vez evidenciamos alguns aspectos na entrevista:

“O Salto para o Futuro” desde 1997 em MS, os professores só assistem, não tem a capacitação, perdeu com a nova estrutura para reduzir gastos, tem que tirar o professor da sala de aula, tem que levar para uma sala [...] (Professora Técnica A, Entrevista, 2001).

Pelo menos no modelo que é proposto pelo MEC/Fundação Roquete Pinto, não se realiza o Programa “Salto para o Futuro” nos dois estados: MS e MT. As ações acontecem de forma isolada e de forma diferenciada da proposta original. Há as adaptações feitas de acordo com a realidade da escola que as desenvolve, o que não deixa de ser válido, conforme podemos observar entrevista com a Especialista de Educação da TVE Brasil (2002):

Hoje não vejo uma utilização do Programa pela Secretaria de Estado como uma parceira fechada, atuante através do coordenador de EaD no estado de MS, mas sei que o Programa é utilizado pelas pessoas. Posso afirmar isso baseada nas cartas, telefonemas e fax que recebo de professores relatando experiências, ou solicitando esclarecimentos sobre atividades discutidas nas temáticas dos programas veiculados (Entrevista, 2002).

Segundo Martins (1999, p. 92)

deixando de ser um programa prioritário do MEC, visto que este órgão passa a ocupar-se mais intensamente da produção e disseminação da programação da TV Escola, a importância relativa de ‘Um Salto para o Futuro’ diminui aos olhos da administração dos estados, sendo que sua manutenção começa a depender, muito mais do que em períodos anteriores, de um interesse específico das unidades federadas na sua continuidade.

Desse modo,

o Programa constitui um modelo inovador de EaD para os professores do ensino fundamental, com algumas características que revelam grandes potencialidades de utilização no campo da formação continuada de docentes. No entanto, deve continuar sofrendo reformulações para permitir um diálogo competente com aqueles a que se dirige (MARTINS, 1999, p. 114).

3.1.2 Programa TV Escola

O Programa TV Escola é um canal de Televisão, via satélite, criado especialmente para a educação pelo Ministério da Educação e Desporto, oferecendo programas de qualidade que poderão complementar o trabalho do educador e auxiliar no processo ensino-aprendizagem.

É um programa da Secretaria de Educação a Distância do MEC, destinado a contribuir com a formação e valorização dos professores de ensino fundamental e médio, tornando-se um relevante instrumento de apoio aos estados e municípios na caminhada em favor da melhoria das condições da educação.

De acordo com as diretrizes do Programa traçadas pelo MEC⁴⁴ um dos principais objetivos da TV Escola, descrito nos documentos oficiais é o aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, com a melhoria da qualidade da educação, havendo inúmeras possibilidades de uso autônomo da TV Escola tais como: desenvolvimento profissional de gestores e docentes, inclusive preparação para o vestibular, cursos de progressão funcional e concurso público. O Projeto TV Escola foi implantado em todo o território nacional, em caráter experimental, no mês de setembro de 1995 com disponibilização de um canal exclusivo para a educação – o TV Escola – com recepção por antena parabólica.

A partir de 04 de março de 1996 o Programa TV Escola, funcionou em caráter definitivo em todo o país. Como interlocutor institucional dos sistemas estaduais de ensino, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, assumiu um papel relevante na articulação do envolvimento das 27 Secretarias Estaduais de Educação com o Programa Nacional de Educação a Distância.

De acordo com Vinholi (2002, p. 76), baseada no relatório do MEC/SEED, Brasília, foi estruturado um plano para a Secretaria de Educação de MS, seguindo a linha programática da SEED/MEC:

[...] ‘a política de investir com mais rigor na EaD e na tecnologia como estratégia para elevar a qualidade do ensino público no Brasil, modernizando-o conferindo-

⁴⁴ Ministério da Educação. TV Escola. Conheça a TV Escola. www.mec.gov.br/seed/tvescola/Conheça, acesso em, 10/12/2001.

lhe uma nova dinâmica e desenvolvendo em professores e alunos atitudes autônomas e críticas, fundamentais para viver num mundo em mudanças’.

Ainda segundo a mesma autora

o Ministério da Educação optou por criar um programa que atendesse às solicitações dos professores que sentem a necessidade de aperfeiçoamento e capacitação em serviço. Com esse objetivo a TV Escola transmite uma programação às escolas públicas de ensino fundamental (com duração de uma hora, reprisada três vezes ao dia). A programação é orientada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s- do Ensino Fundamental e as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, de forma a contribuir para o seu aperfeiçoamento e para o uso em sala de aula, quando aplicável (VINHOLI, p. 73).

O Programa TV Escola distribuiu para todas as escolas públicas com mais de 100 alunos, um KIT TECNOLÓGICO⁴⁵, através do MEC. Para subsidiar o programa há a Revista TV Escola, com publicação bimestral, Cadernos da TV Escola, Grade de Programação e Guia de Utilização dos Programas para os professores. Todas as escolas da rede pública, contempladas com o Kit Tecnológico, receberam gratuitamente do MEC todas as publicações acima citadas. A programação da TV Escola é transmitida de segunda a sexta-feira, em quatro horários com o tema, título, tempo de duração e data de transmissão na Grade de Programação, distribuídos pelo MEC, a cada bimestre do ano letivo.

Segundo Lima (2000, p. 49-50)

a TV Escola apresenta uma estrutura de recursos grande. Porém sua estrutura de implementação qualitativa de uso não segue esse mesmo espaço. Podemos verificar em análise aos documentos oficiais distribuídos às escolas que existem características do projeto que suscitam um movimento de investigação que se justifica pelos indicadores abaixo:

1. não está prevista uma estrutura formal de maneiras de utilização da TV Escola com vista à formação contínua do professor, o que levaria sua apropriação por meio de moldes ‘tradicionais’ de ensino, criando um paradoxo nos pressupostos de EaD;
2. não está previsto nenhum momento presencial ou algum tipo de interatividade para troca de informações, impressões etc....
3. os objetivos da TV Escola não são específicos quanto à formação contínua dos docentes. Ao contrário, visam contemplar tanto a formação quanto o oferecimento de subsídios didáticos à atuação docente em sala de aula;
4. não há estrutura de acompanhamento sistematizado que permita ajustes de qualquer natureza durante o processo de apropriação da TV Escola;
5. não há cobrança institucional, mas também não há ‘ganhos’ em termos de evolução profissional.

⁴⁵ O Kit TECNOLÓGICO é composto por uma antena parabólica, 01 televisão de 20 polegadas, 01 vídeo cassete e fitas VHS virgens.

Segundo Vinholi (2002, p. 74)

Seus conteúdos organizam-se em blocos específicos, direcionados aos professores, diretores e alunos [...] A partir de agosto/97 a TV Escola pôs no ar a sua programação também aos sábados e domingos. É a “Escola Aberta”, um espaço dedicado à comunidade escolar.

Atualmente há uma transmissão também aos domingos, às 8 horas. Os programas estão reunidos em blocos de séries ou conjunto de programas com temas e formatos semelhantes para facilitar a gravação.

Os programas dedicados ao ensino fundamental seguem uma estrutura que corresponde à dos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/SEF, 1997), com as áreas do conhecimento (Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História, Geografia, Educação Física e Artes) e os chamados temas transversais Ética, Pluralidade Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Orientação Sexual. Há também programas dedicados especialmente à prática pedagógica, chamados de ‘Escola/Educação’ e sugestões de uso dos vídeos da TV Escola, com a série ‘Vendo e Aprendendo’ (LIMA, 2000, p. 49).

Na divisão das responsabilidades para implementação do programa, o MEC assumiu como principal encargo repassar os recursos aos estados para a aquisição dos kits tecnológicos. Ficou ainda encarregado de coordenar a produção dos programas a serem veiculados. As Secretarias Estaduais de Educação ficaram responsáveis pela infra-estrutura de recursos humanos, físicos e pela implantação do programa TV Escola, tendo como funções:

administrar as ações; difundir informações; fazer a manutenção de equipamentos e material de consumo das escolas; distribuir materiais; estabelecer padrões de referência para recepção e gravação e a utilização dos programas, de forma a garantir a qualidade pedagógica que se objetiva; fazer a avaliação de impacto da programação da TV Escola no sistema de ensino; prestar informações e elaborar orientações para as escolas; promover a capacitação dos recursos humanos para a utilização de programas de ensino a distância (BRASIL, 1997a, p. 8-9).

Em MS, em março de 1996, no Seminário de Educação a Distância, realizado pela Secretaria de Estado de Educação, foi oficializada a Implantação do Projeto TV Escola. Em 25 e 26 de abril de 1996, a Secretaria de Estado de Educação, através do Núcleo de EaD e tecnologia educacional realizou o ‘I Seminário Estadual da TV Escola’ no qual estiveram presentes chefes das Agências Educacionais e Secretarias Municipais de Educação, tendo como destaque especial do evento a coleta de sugestões para posterior elaboração do ‘Projeto de Implementação da TV Escola em MS’ (MATTO GROSSO DO SUL, 1995-1998).

Em 20 de março de 1997 foi lançado o “Projeto de Implementação da TV Escola no MS”. O referido Projeto, em âmbito estadual, é coordenado pela Secretaria de Estado de Educação, através da Superintendência de Administração Escolar/ Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos/Núcleo de Educação a Distância e Tecnologia Educacional. O acompanhamento, controle e avaliação foram feitos pelo Núcleo de Educação a Distância e Tecnologia Educacional, implementando, acompanhando e avaliando o processo do Projeto para formar, aperfeiçoar, valorizar os educadores e melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas de MS (MATO GROSSO DO SUL, 1996c).

A integração da tecnologia da TV Escola no cotidiano das pessoas passa a ser encarada como uma ação metodológica que possibilita a difusão da informação, além do que esses novos instrumentos tecnológicos pressupõem a aprendizagem com autonomia fundamentada na idéia de projetos de EaD como alternativa para o aperfeiçoamento de recursos humanos [...] (PINTO, 2000, p. 96).

As diretrizes pedagógicas estabelecidas no documento Princípios Norteadores - A cidadania começa na Escola, no item ‘A nova qualidade de Educação – um processo’ (1996, p. 22),

ênfaticamente que é preciso, não somente saber muitas coisas, mas ter a habilidade para aplicar tais conhecimentos com eficácia e também capacidade de adaptação para aprender rapidamente novas técnicas, para aplicar conhecimentos antigos de formas novas.

Em MS, todas as unidades escolares estaduais foram atendidas, independentes do número de alunos, totalizando 362 Kits, atendendo 100% da rede, além de receberem recursos para a instalação dos referidos Kits. A Rede Municipal de ensino de MS contou com 308 Kits instalados, atendendo 56. 9% da rede (MATO GROSSO DO SUL, 1995-1998). “O Projeto TV Escola tinha como objetivo “implementar, acompanhar e avaliar o processo do projeto para formar, aperfeiçoar, valorizar os educadores e melhorar a qualidade do ensino nas Escolas Públicas de Mato Grosso do Sul” (MATO GROSSO DO SUL, 1996 c).

Bezzon (1997) nos apresenta, em estudo de avaliação da TV Escola, dados relativos ao programa de Apoio Tecnológico- Kit tecnológico- em todas as regiões do país, em relação à cobertura do Programa, de onde retiramos os seguintes quadros:

Quadro 12

Kit Tecnológico – Brasil e regiões 1997⁴⁶

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
Total	73, 3%	67, 6%	86, 6%	82, 4%	83, 5%	77, 5%
Estadual	81, 8%	82, 1%	95, 4%	90, 0%	85, 9%	87, 0%
Municipal	56, 9%	49, 0%	69, 0%	59, 1%	79, 5%	59, 3%

Fonte: BEZZON, Lara Andrea Crivelaro, Avaliação da TV Escola, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP, UNICAMP, 1997, p. 3.

Segundo a autora Bezzon (1997, p. 3),

a análise regional da cobertura revelava que nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste o programa apresenta um desempenho superior à média nacional, em especial na primeira com um percentual de 87% de escolas atendidas. A região Nordeste apresentava o pior índice de atendimento (68%), seguida da Norte (73%).

No quadro fica claro que os maiores índices pertencem a região Centro- Oeste. Mato Grosso do Sul teve grande parcela de colaboração uma vez que todas as unidades escolares foram atendidas com os kits tecnológicos, independentes do número de alunos, totalizando 362 kits, atendendo 100% a rede (MATO GROSSO DO SUL, 1995-1998). No entanto, sabemos que apenas colocar as novas tecnologias nas escolas não seja suficiente para provocar mudanças no saber pedagógico dos professores.

Das metas estabelecidas para a época em MS em relação ao TV Escola elencamos:

1. Desenvolver e difundir o Projeto TV Escola nas 85 Agências Educacionais e 77 Secretarias Municipais de Educação, estendendo às Escolas Públicas de MS, no prazo de dois anos. Beneficiar com o Kit Tecnológico mais 40 escolas municipais, totalizando 73% de escolas municipais contempladas.
2. Estabelecer parcerias com TVE/UFMS/DEMEC/UEMS e outras instituições, enquanto durasse o Projeto (MATO GROSSO DO SUL, 1996c).

Para a implantação efetiva do Programa verificaram-se alguns entraves de ordem operacional. Os processos de licitação foram prejudicados pela vigência de normas do próprio estado para aquisição dos equipamentos, pois vencia o menor preço, em detrimento da qualidade. Devido a esse problema, após as instalações dos kits foi

⁴⁶ Distribuição das escolas urbanas que possuíam o equipamento, segundo dependência administrativa.

constatado que a maioria das antenas parabólicas adquiridas, não captaram, com qualidade, os sinais da TV Escola, além de não atender às especificações estabelecidas pelo MEC.

A Secretaria de Estado de Educação, firmou então contrato com uma empresa fornecedora, para a realização dos ajustes. Técnicos foram enviados às unidades escolares a fim de efetuarem os ajustes necessários para captação do sinal, contudo a questão ainda não estava resolvida, as escolas continuavam reclamando. Em muitas unidades escolares foi necessária a substituição das antenas.

Outras dificuldades encontradas na implementação foram:

A ausência de um servidor específico para gravação dos programas e a organização das videotecas; pouco envolvimento dos diretores e chefes das agências de educação com os projetos de teleeducação; insuficiência de recursos financeiros para realização de visitas periódicas às Agências de Educação e Escolas; atraso nas devolutivas das informações solicitadas às Agências de Educação; pouco investimento nos técnicos do NUETEC em eventos como: seminários, cursos, encontros e assessorias; o não funcionamento satisfatório das antenas parabólicas nas Agências de Educação e unidades escolares, inviabilizando a operacionalização do Projeto TV Escola (MATO GROSSO DO SUL, 1996c).

As atribuições para a implementação do Programa em MS ficaram assim definidas:

- a) A Secretaria de Estado de Educação, Superintendência de Administração escolar e Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, mediante o Núcleo de Educação a Distância e tecnologia educacional fariam o assessoramento, acompanhamento e avaliação sistemática dos trabalhos.
- b) A coordenação local do Projeto TV Escola em cada município, ficaria a cargo das Agências Educacionais e Secretarias Municipais de Educação norteariam os trabalhos e manteriam o fluxo das informações necessárias ao funcionamento do projeto nas Redes Estadual e Municipal.
- c) O Projeto seria direcionado através de duas modalidades e capacitação, uma a distância e outra presencial, envolvendo os técnicos do NUETEC, as parcerias com TVE/UFMS/DEMEC/UEMS e outras instituições.
- d) Para garantir a interação entre os componentes, seriam adotados apoio no Sistema Multimeios, facilitando o recebimento de teleconferências, cursos, troca de experiências e divulgação de pesquisas (MATO GROSSO DO SUL, 1996d).

Destacamos a burocratização para a implementação das políticas educacionais nessa divisão de atribuições de cada instância, tornando as ações fragmentadas, com cada setor preocupado com a execução da sua parte, sem chegar, muitas vezes, efetivamente a um resultado consistente.

Durante o ano de 1996 o Ministério de Educação e Desporto, por meio da Secretaria de Educação a Distância, em cooperação com as Secretarias Estaduais de Educação, através da representação do Conselho Nacional de Secretários de Educação, com apoio do acordo Brasil – UNESCO, desenvolveram um trabalho permanente de acompanhamento e avaliação do Programa. Esta iniciativa viabilizou um conjunto de ações que repercutiam positivamente nos Estados, contribuindo na identificação das dificuldades e obstáculos para o êxito da política e na formação de estratégias para superá-los.

As ações tinham como objetivos:

assegurar a participação política e técnica das Secretarias estaduais de Educação no processo de implantação, acompanhamento e avaliação da TV Escola; apoiar, tecnicamente, a formulação e execução dos respectivos projetos estaduais; subsidiar o MEC na implantação e no desenvolvimento do Programa TV Escola (BRASIL, 1997a, p.11).

Segundo dados do Projeto de Apoio à Implementação, Acompanhamento e à Avaliação do Projeto o desenvolvimento e apropriação da TV Escola apresenta realidades bastante diferenciadas nos estados do Centro-Oeste e no Distrito Federal, segundo o relatório síntese da 3ª Coleta de dados (BRASIL, 1997 a, p. 36). Em comum, foi observado a mesma utilização incipiente do Programa como instrumento de formação e capacitação de professores. Comuns, ainda, aos estados dessa região foram os problemas técnicos, como a má qualidade dos equipamentos que atrapalharam a implementação da TV Escola em MS e no Distrito Federal, além disso a ausência de estratégias e políticas de sensibilização dos professores para o uso da TV Escola.

Para citar um exemplo, de outro estado da região centro-oeste, relatamos a realidade do Programa no estado de Goiás ⁴⁷. A penetração da TV Escola na rede de ensino daquele estado foi através da sala de aula, mais como complemento pedagógico no processo ensino-aprendizagem, do que pela via de formação e capacitação continuada dos professores.

De acordo com o Relatório-Síntese Nacional da 3ª coleta de dados “a maioria das escolas de Goiás não utilizavam a programação da TV Escola para treinamento de seus professores” (BRASIL, 1997, p. 38). A TV Escola em Goiás apresentava melhor

⁴⁷ Escolhemos Goiás por ser um estado da mesma região que MS, ou seja, a região Centro-Oeste.

desempenho como recurso didático em sala de aula, sendo aprovada pelos professores e alunos que a utilizavam. Outro dado positivo é que o Programa já estava bem estruturado, com as instalações adequadas nas escolas pesquisadas, segundo o relatório já citado. Os professores que atuavam nos cursos de Magistério de Goiás estavam utilizando e difundindo a TV Escola, proporcionando aos alunos a oportunidade de apropriarem-se do novo recurso audiovisual.

O Relatório Estadual da 3ª coleta de dados em MS registrou que os programas da TV Escola eram pouco utilizados pelas unidades do Mato Grosso do Sul, devido aos problemas técnicos apresentados pelas antenas parabólicas. Sendo assim, a Secretaria Estadual de Educação, através do Núcleo de Educação a Distância e Tecnologia Educacional propôs as medidas de:

substituição de todas as antenas parabólicas das escolas da rede estadual por outras de melhor qualidade; capacitação, treinamento e assessoria aos Coordenadores de Tecnologia Educacional e aos Coordenadores do Programa TV Escola das Secretarias Municipais de Educação; dotar as escolas da rede estadual com recursos humanos para a operacionalização do projeto; elaboração de orientações impressas e em vídeo para utilização dos programas da TV Escola (BRASIL, 1997, p. 39).

Com o objetivo de oferecer às escolas uma melhor qualidade de áudio/imagem da TV Escola, foram instalados em 17 escolas estaduais da capital a Multicanal⁴⁸. Em 1998 foram conectadas mais de cinco escolas públicas, uma vez que após as instalações dos Kits, foi constatada que a maioria das antenas parabólicas, não captaram, com qualidade, os sinais da TV Escola.

O Núcleo de Educação a Distância e Tecnologia Educacional / Diretoria de Tecnologia Educacional/SUED/SED/MS, acompanhava e avaliava⁴⁹ à distância e presencial os trabalhos desenvolvidos pelas Agências de Educação/ escolas Estaduais e SEMED/Escolas Municipais referentes ao Projeto TV Escola. As Agências de Educação/SEMEDs encaminhavam ficha de avaliação para que as escolas demonstrassem a utilização do TV Escola em suas atividades pedagógicas, bem como informavam os

⁴⁸ Através da Lei Federal 8. 977 de 06 de janeiro de 1995, art. 23 e 25.

⁴⁹ Trimestralmente era encaminhado às escolas públicas Instrumento de Avaliação no qual eram abordadas questões sobre número de equipamentos tecnológicos na escola, situação de tais equipamentos, utilização dos programas pelos professores, resistência ao uso da tecnologia, impacto do programa no ensino-aprendizagem, gravação dos programas, organização da videoteca, capacitação dos professores pelo programa “ Um Salto para o Futuro”. MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Educação do Estado. Núcleo de Educação a Distância e Tecnologia Educacional. TV Escola 1995-1998.

entraves encontrados. Os dados eram analisados tecnicamente e tabulados e em seguida informados ao MEC. Ao final do ano letivo era realizado um encontro com os responsáveis pelo TV Escola das AEs/SEMEDs para avaliação do Projeto e para discutir ações de planejamento para o ano seguinte. As escolas eram orientadas a encaminhar ao NUETEC relatórios de trabalhos desenvolvidos (impresso ou vídeo) em sala de aula a partir de programas do TV Escola, a fim de serem analisados e catalogados para exibição em eventos.

Podemos verificar na tabulação dos questionários elaborados e aplicados pela Secretaria Estadual de Educação de MS em relação ao acompanhamento da TV Escola na rede Estadual de ensino em abril de 1998 que: das 362 escolas estaduais pesquisadas, 180 encaminharam o instrumento de avaliação (MATO GROSSO DO SUL, 1995-1998). O total de professores entrevistados da rede Estadual era de 7.566; utilizavam a TV Escola em sua prática pedagógica apenas 1.664 representando 22% do total de professores entrevistados. A maioria esmagadora de 78%, ou seja, 5.902 admitiram que não utilizavam a TV escola em sua prática pedagógica.

Na rede Municipal foram colhidos os seguintes dados: Das 541 escolas da Rede Municipal de ensino de MS 125 encaminharam o instrumento de avaliação. O total de professores entrevistados era 2.076 (da Rede Municipal); utilizavam em abril de 1998 a TV Escola 877, totalizando 42%. Como no índice estadual, 58% (1199) dos professores afirmaram que não utilizavam a TV Escola em sua prática pedagógica. Esses dados são confirmados através da entrevista:

A TV Escola foi implantada em 1996, e agora as Escolas estão utilizando. Primeiro quando se falava, precisa de uma sala com TV e vídeo, os diretores falavam assim ' não; é mentira, isso aí não melhora'. Ainda hoje, se você falar para um diretor investir no seu pessoal, a última coisa que o diretor que é investir em fita, [...], agora é que eles estão despertando para a importância do programa, veja bem isso desde 1996, já estamos no final de 2001. Então as coisas são demoradas até as pessoas assimilarem, as pessoas tem medo (Professora Técnica A, Entrevista, 2001).

No Brasil e, em particular em MS, a partir do segundo semestre de 1999, o Canal TV Escola ganhou mais uma faixa de programação destinada ao ensino médio com transmissão assim distribuída: duas horas de programação focada no ensino fundamental, reprisadas quatro vezes ao dia; uma hora de programação focada no ensino médio,

repriseada três vezes ao dia; e Programa Salto para o Futuro, uma hora de duração, repriseado três vezes ao dia.

Em 2001 a SED encaminhou 24 televisores e videocassetes para atender as solicitações das unidades escolares. Nesse mesmo ano foi realizado um levantamento pela SED sobre a situação global dos Kits Tecnológicos em MS retratando a seguinte realidade: “Na coleta de dados das 363 escolas estaduais consultadas, responderam o questionário apenas 285 e das 662 escolas municipais consultadas 286 responderam a pesquisa” (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

Verificamos, de acordo com os dados acima, que as escolas que responderam ao levantamento correspondem apenas a 55% do total de unidades no estado, ficando a pergunta: “Por que as demais escolas não enviaram seus dados? Essas escolas estão aplicando, utilizando o Programa? E as unidades que estão sem equipamentos por um ou outro motivo, como são assistidas?”.

O coordenador de EaD na Secretaria do Estado de Educação em MS ressaltou em sua entrevista, que “as *diretrizes nacionais de EaD implementadas no Estado são adaptadas integralmente à realidade tecnológica do Estado*”.

Novamente inferimos que os números não falam por si só, a realidade é diferente do que foi planejado, pois, no que diz respeito a infra-estrutura de equipamentos, as escolas de MS não estão completamente desassistidas, porém os materiais que compõem o Programa apresentam algumas deficiências operacionais, são elaborados e editados longe do cotidiano escolar e buscam contemplar as mais variadas áreas temáticas, conforme se verifica no “Guia de Programas”.

Todavia, esse tem sido utilizado como mais um recurso em sala de aula, sem que se constitua em material de estudo para o professor, deixando de cumprir um dos propósitos de atualização, aperfeiçoamento e capacitação de professores do ensino fundamental.

O programa TV Escola vem sendo usado presencialmente em muitas escolas onde estão instalados os Kits Tecnológicos. [...] Uma vez consultada a grade de programação, o professor escolhe o programa que pode interessar à sua turma, consulta a disponibilidade da sala onde se encontra instalado o Kit tecnológico e assiste com os alunos o vídeo (MAGALHÃES, 2001, p. 109)

Percebemos que os objetivos são desvirtuados do que é preconizado no Programa “TV Escola” proposto pelo MEC quando é adaptado a cada realidade, sofre

transformações, não básicas, mas genéricas dependendo do envolvimento político, da vontade política que o estado viveu e vive.

Segundo Toschi (2001, p. 43-44):

A análise da atual política educacional de formação de professores no Brasil demonstra grande semelhança entre as decisões dos gestores do sistema educacional e as propostas de formação de professores presentes nos documentos de organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, como por exemplo, aligeiramento na formação, privilégio da formação continuada, desprezo da formação inicial na universidade e uso da educação a distância. Fazer esta crítica não significa minimizar ou desprezar o valor da EaD, mas sim alertar para a precariedade com que é colocada para os professores, o caráter salvacionista de que vem revestida, tentando supor que basta colocar a disposição dos professores equipamentos e programas para serem gravados em vídeo para que seja solucionada a falta de qualificação dos professores.

O Programa TV Escola em MS já teve seu momento de auge, com 90% das escolas utilizando-o em 1997, com acompanhamento do NUETEC; hoje é utilizado como recurso técnico didático, sem acompanhamento, de forma livre de acordo com o interesse de cada professor. Nesse contexto não teríamos como estabelecer com que frequência e em quais situações as fitas do Programa são utilizadas pelo professor.

Segundo Vinholi (2002, p.148),

O Programa TV Escola pode vir a ser um efetivo apoio à formação dos docentes, desde que as políticas públicas, além de se preocuparem com a abrangência quantitativa dos equipamentos, procurem garantir o potencial qualitativo [...].

A autora ainda ressalta que

Nas análises realizadas, fica evidenciado a ausência de uma política dos organismos públicos voltada para a utilização do Programa TV Escola na rede pública de ensino de Campo Grande. Em decorrência disso, o Programa TV Escola, se descaracteriza como um programa de EaD, sendo utilizado pela escola, apenas como mais um apoio material às atividades do professor [...] (2002, resumo).

Analisando todos os pontos abordados destacamos que a utilização pedagógica da TV Escola ainda necessita de reflexão dos professores a fim de conscientizá-los dos aspectos que o Programa pode trabalhar como elemento de formação, ficando o seguinte questionamento:

se os elementos técnicos estão presentes em quase todas as escolas estaduais, por que essa utilização esporádica pelos professores? O que está faltando para a real utilização do Programa segundo seus objetivos? Será que a política educacional nacional está preocupada em realmente formar o professor com este Programa, ou apenas proporcionar-lhe um recurso 'moderno' que o instrumentalize?.

Não obtivemos respostas a esses questionamentos em nossa pesquisa o que evidencia uma lacuna de estudos que expliquem essas questões.

3.1.3 TV Executiva MS – Teleconferência

O MEC, em consonância com o plano de governo, criou mecanismos no sentido de dotar as escolas de condições para o desempenho do seu papel na sociedade e, conseqüentemente, abriu um canal de comunicação com seus dirigentes, criando o Programa TV EXECUTIVA/MEC. O Programa é realizado no circuito dos Auditórios da EMBRATEL e nos Telepostos da rede de ensino público. O local da recepção organizada para Teleconferência foi devidamente preparado, estando composto de antena parabólica ou conectado a TV via a cabo, vídeo e televisão.

A sintonização é previamente passada para as instituições como: os 84 telepostos, Secretarias Municipais, Escolas Públicas e Particulares, empresas, sindicatos, universidades, clubes, auditórios, residências e outros ligados diretamente ou indiretamente aos interesses da educação, que estarão devidamente orientados podendo sintonizar e receber estes programas de capacitação (MATO GROSSO DO SUL, 1997).

A TV EXECUTIVA/MEC tem como objetivo

subsidiar as comunidades e a sociedade em geral, para compreender a importância da mobilização e participação de todos na mudança de postura com referência à educação; criar mecanismos de comunicação, viabilizando o diálogo e fluxo de informações para efetiva mobilização social, em prol do desenvolvimento do ensino; oferecer capacitação a distância aos educadores e comunidade escolar, debater e divulgar informações referentes às estratégias e resultados da mobilização da comunidade; identificar os princípios agentes de mobilização existentes na comunidade e debater o engajamento nesse processo (MATO GROSSO DO SUL, 1997).

Este é um dos recursos que mais vem sendo desenvolvido e utilizado no âmbito da Educação a Distância. Trata-se de um canal de dupla via que possibilita comunicação através de som e imagem. Na prática duas ou mais pessoas, de diferentes áreas, podem ver e ouvir umas às outras ao mesmo tempo. A teleconferência é um instrumento de telecomunicação que associa recursos tecnológicos com a metodologia de EaD. Nas Teleconferências, os conteúdos são abordados por blocos, com interatividade entre cada

divisão, para a participação dos ouvintes a fim de tirar as dúvidas e manifestar os seus anseios.

As Teleconferências acontecem por meio de transmissão de informações veiculadas pela TV EXECUTIVA da EMBRATEL, através do Satélite Brasilsat B2. Esta estratégia de conferência favorece a interatividade em tempo real, via fone e fax, com a participação dos 77 municípios de MS, para ser assistidas pelos Telepostos e escolas dotadas de antena parabólica e TV a Cabo, bem como por outras instituições dos demais estados. Todas as Teleconferências realizadas são gravadas e passam a integrar o acervo da Diretoria de Tecnologia Educacional na SED, no Parque dos Poderes, tornando-se acessível a todas as escolas e entidades que não conseguiram a gravação no momento, podendo trabalhar em seus respectivos ambientes nos momentos mais adequados, contribuindo com o processo de formação continuada dos educadores. Na visão da SED, este processo pode despertar a reflexão e o questionamento sobre os temas abordados.

A elaboração dos programas da TV Executiva/MEC pode ser realizada pelo MEC no auditório da TV Executiva/MEC, localizado em Brasília – DF, onde ficam reunidos no período da Teleconferência, autoridades do MEC e técnicos do setor, ou no auditório da TVE/MS em Campo Grande, onde se reúnem autoridades da área educacional da Rede Estadual de Ensino, bem como outros órgãos e instituições.

Quadro 13

Programas elaborados pela TV Executiva/MEC e por MS de 1998 a 2001

Quantidade de programas elaborados/exibidos pelo MEC	1998 11	1999 13	2000 12	2001 08
Quantidade de programas elaborados/exibidos por MS	06	01	03	01

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com relatório de Teleconferências realizadas em MS, da SED/MS.

No quadro acima verificamos que em todos os anos o MEC elaborou um grande número de teleconferências enquanto no Estado de MS foi acanhada. Nos relatórios consultados não se tem uma explicação do motivo da pequena produção de MS.

Nas Teleconferências as perguntas formuladas são respondidas pelos palestrantes/professores ou convidados que tratam dos temas em Brasília, ao vivo, ou posteriormente através de encarte no jornal do MEC.

Dentre os conteúdos da TV EXECUTIVA/MEC podemos citar o regime de colaboração entre os níveis do governo e a sociedade; política; diretrizes e ações do governo federal; participação social na educação: direito e deveres do cidadão; estratégias de mobilização da comunidade e de cada cidadão; experiências bem sucedidas do governo, da iniciativa privada, e resultado de esforços individual e comunitário.

Em MS o Programa Teleconferência/MS aborda temas pertinentes à educação, visando a atender os interesses da comunidade escolar, divulgando as informações referentes à educação de Mato Grosso do Sul e também subsidiando os integrantes das comunidades escolares e a sociedade em geral, para compreender a importância de todos na mudança de postura com referência à educação, criando mecanismos de comunicação, viabilizando o diálogo para a efetiva mobilização social em prol do desenvolvimento do ensino.

Em parceria com a TVE/MS e EMBRATEL, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, através da Diretoria de Tecnologia Educacional, começou seu ciclo de TV/EXECUTIVA/MS/TELECONFERÊNCIAS em 17 de novembro de 1997, realizando a primeira Teleconferência com o Tema “Gestão Educacional”, que teve como ministrante a professora Ebisa Luck (MATO GROSSO DO SUL, 1995-1998a)

Considerava-se que através de cada Teleconferência/MS, capacitavam-se em média 6.000 educadores, perfazendo um total de 36. 000 participantes aproximadamente. Todos os 77 municípios participavam interativamente com as Teleconferências (Ibidem).

O processo avaliativo ocorria de forma contínua e apresentava resultados, sendo que era avaliado o desenvolvimento prévio da Teleconferência, Roteiro, VT's, materiais de divulgação, dados referentes ao tema e funcionamento dos meios utilizados.

Atualmente, um dos Programas que continua trabalhando a capacitação dos professores em MS é as Teleconferências, de acordo com as palavras das professoras técnicas da coordenadoria de planejamento em EaD, quando questionadas sobre que outro tipo de programa de EaD acontece em MS:

Outra situação de EaD que a Secretaria de Educação participe só mesmo pela teleconferência, mas já aconteceu (Professora Técnica A, Entrevista, 2001).

A capacitação em serviço era aberta ao público em geral, através da antena parabólica, pegando até de outros estados, com grande alcance. Dentre as teleconferências tivemos os seguintes assuntos abordados: educação de jovens e adultos; ensino médio (Professora Técnica B, Entrevista, 2001).

Iniciou em 96, e sempre tem quando vai ser inserida uma novidade, uma mudança, como em 1999 a Eleição de Diretores (Professora Técnica A, Entrevista, 2001).

Sim, capacita todos os integrantes da escola que se reúnem, assistem. Se a pessoa perdeu o programa, grava e depois faz o repasse. Ultimamente teve 02 vídeos de teleconferência com a formatação mesmo de teleconferência, que foi o novo fazer do Ensino Médio e da normatização, então nós gravamos e repassamos para os inspetores (Professora Técnica B, Entrevista, 2001).

As Teleconferências em MS, como podemos verificar com os depoimentos acima, resumem-se a eventos esporádicos, funcionando, algumas vezes, como “comunicação” e não como “capacitação pedagógica”, dependendo do grau de importância que o assunto educativo merece dos poderes políticos vigentes. A divulgação da Teleconferências é feita pela imprensa falada, escrita e televisiva e está sob a responsabilidade da SED/TVE.

As Teleconferências podem contribuir para a formação do professor na medida em que permitem a interação direta dos educadores com os ministrantes, despertando o aprofundamento dos conteúdos abordados; além disso quando gravadas, passam a integrar acervo acessível a momentos de estudo e debates, contribuindo para o processo de aprendizagem considerando-se a relevância dos temas abordados.

As Teleconferências em MS são elaboradas de acordo com as necessidades levantadas pelos professores da rede estadual de educação, atendendo dessa forma os anseios regionais de aprendizagem, funcionando não só como informação, mas como capacitação pedagógica uma vez que permite a discussão e o processamento reflexivo dos assuntos que surgem.

3.1.4 Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO

O Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância – SEED, do Ministério da Educação, em parceria

com os governos estaduais (e alguns municipais). Seu principal objetivo é a introdução das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na escola pública, como ferramenta de apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

O PROINFO foi instituído nacionalmente em novembro de 1996 procurando possibilitar a todos

a igualdade de acesso a instrumentos tecnológicos disponibilizadores e gerenciadores de informações; os benefícios decorrentes do uso da tecnologia para desenvolvimento de atividades apropriadas e para aperfeiçoamento dos modelos de gestão escolar construídos em nível local, partindo de cada realidade, de cada contexto (BRASIL, 1996, p. 7).

A proposta do Programa é atingir toda a rede pública através da aquisição de computadores e instalação de laboratórios de informática nas escolas, respeitando os critérios estabelecidos pelas Secretarias Estaduais de Educação em acordo com diretrizes traçadas pelo MEC.

A Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, no governo de Wilson Barbosa Martins, elaborou documento que era reflexo das necessidades e propostas de educação que tinha como eixos norteadores

a universalização do acesso, a melhoria de qualidade da escola pública e a capacitação continuada dos professores. Propunha: garantir a instalação de computadores nos Núcleos Educacionais e nas Escolas da Rede Estadual, para que possam ter acesso às diferentes redes de informática, na capacitação de professores a distância e, também, para ampliar as informações do alunado (MATO GROSSO DO SUL, 1996a, p. 47).

Em 1997 a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, atendendo às solicitações do MEC, apresentou o *Projeto Estadual de Informática na Educação*, que tinha como objetivo instrumentalizar as escolas públicas de Mato Grosso do Sul com recursos tecnológicos e humanos, no sentido de propiciar a incorporação adequada de novas tecnologias, como suporte do processo pedagógico e administrativo com fins de:

- Capacitar os profissionais do corpo docente e técnico administrativo que formarão as equipes do NTE (Núcleo de Tecnologia educacional);
- Preparar equipes de professores para a utilização da informática no processo ensino/aprendizagem;
- Acompanhar os professores e funcionários das escolas da rede pública de ensino, com o fim de orientá-los para o uso do computador em seus locais de trabalho;

- Incentivar o uso da informática na operacionalização das diversas disciplinas do currículo escolar;
- Estimular o uso da Internet e de outros meios de comunicação a distância de forma que estes passem a fazer parte da cultura de todos os envolvidos no projeto, ampliando o acesso ao conhecimento (MATO GROSSO DO SUL, 1997a, p. 9).

Em MS o objetivo do PROINFO era

instrumentalizar as escolas públicas de Mato Grosso do Sul com recursos tecnológicos e humanos, no sentido de propiciar a incorporação adequada de novas tecnologias, como suporte do processo pedagógico e administrativo (MATO GROSSO DO SUL, 1997a, p. 2).

Uma das recomendações do Programa foi a criação de uma comissão Estadual que seria a responsável pela elaboração do Projeto de Informática na educação, com posterior envio ao MEC para análise, além da elaboração dos critérios para a implantação dos laboratórios nas escolas.

Em Mato Grosso do Sul, a 1ª Comissão Estadual de Informática na Educação foi constituída através da Publicação no Diário Oficial n. 4453 de 24/01/97, era composta por representantes de vários órgãos ligados à área educacional, entre as quais citamos a União de dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Delegacia do MEC – DEMEC e Secretaria de Educação – SED, em regime temporário pelo período de 180 dias, com atribuição de elaborar o Projeto Estadual e analisar os Planos das Escolas que demonstrassem interesse em participar do referido Projeto (MATO GROSSO DO SUL, 1998b).

A versão inicial do Projeto Estadual de Informática na Educação (Ibidem) elaborada pela Comissão já continha a indicação dos municípios onde seriam criados os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) em conformidade com as diretrizes gerais do PROINFO. Definia os seguintes critérios para a escolha das escolas onde se implantariam os Laboratórios:

- 1º e 2º graus⁵⁰ preferencialmente (escolas estaduais);
- 1º grau completo preferencialmente (escolas municipais);

⁵⁰ Primeiro e segundo graus era a denominação utilizada para caracterizar o ensino fundamental e médio de hoje.

- presença de um professor, um coordenador pedagógico ou especialista de educação e um administrativo na capacitação;
- disponibilidade de um técnico qualificado para a manutenção dos equipamentos no município;
- mais de 150 alunos;
- termo de adesão da escola;
- espaço físico disponível e adequado, sala com pelo menos 40m²;
- responsabilidade quanto à manutenção dos equipamentos e aquisição de material de consumo.

Ficou estabelecido que o retorno dos termos de adesão das escolas estaduais e municipais seria até 03/03/97, o não cumprimento deste prazo, implicaria na impossibilidade de participação de algumas escolas no processo.

A 1ª Comissão estabeleceu que a distribuição de equipamentos atenderia prioritariamente as escolas com maior número de alunos, baseada na informação de que para o MS seriam destinadas 1380 máquinas. Ficou estabelecido que os equipamentos seriam distribuídos 60% às escolas estaduais e 40% às escolas municipais, levando-se em conta sempre o número de alunos.

A 2ª Comissão Estadual foi constituída em regime permanente e tinha como finalidade implantar, acompanhar e avaliar o Projeto Estadual de Informática na Educação. Nesta época o PROINFO/MEC encaminhou o Projeto Estadual já analisado e com observações a fim de ser reelaborado. As sugestões não implicaram em mudanças nos critérios de escolha das escolas onde funcionariam os laboratórios, totalizando 828 equipamentos destinados às escolas estaduais e 552 às escolas municipais.

Na primeira etapa foi destinado às escolas públicas 25% do quantitativo total da cota estadual, em atendimento aos módulos estabelecidos pelo PROINFO/MEC⁵¹, porém este percentual correspondeu a 26, 52% no Estado ocasionando um acréscimo de 18 computadores para as Escolas Estaduais. Na Segunda etapa o percentual destinado às escolas públicas foi de 35% do quantitativo da cota estadual. Os 18 computadores que foram acrescidos às

⁵¹ Por uma determinação do PROINFO/MEC a indicação das escolas deveria obedecer Módulos Básicos que poderiam ser combinados pela Comissão Estadual, de acordo com a necessidade indicada p/cada Município. Foi colocada a possibilidade de se combinar os módulos entre si, porém não seriam fornecidos partes de módulos ou configurações individualizadas.

escolas estaduais na 1ª etapa, foram devolvidos para as Escolas Municipais na 2ª (MATO GROSSO DO SUL, 1998 c).

Os NTEs e as escolas da rede pública de ensino deveriam comprovar, quando da entrega dos equipamentos, a existência de instalações elétricas, lógicas, condições de segurança e mobiliário adequado, além de recursos humanos capacitados de acordo com as diretrizes do Proinfo.

A capacitação dos recursos humanos acontece em três níveis de atuação:

- a) os multiplicadores dos NTEs são capacitados por uma Instituição de Ensino Superior;
- b) os multiplicadores capacitarão os professores coordenadores pedagógicos ou especialistas de educação e administrativos das escolas que possuem laboratórios;
- c) de acordo com o plano pedagógico de uso da informática na escola, os professores e coordenadores pedagógicos atendem alunos e professores sendo multiplicadores em suas unidades escolares (BRASIL, 1996 a, p. 13).

De acordo com os professores entrevistados do NTE, a SED de MS em parceria com a Universidade Federal de MS foi oferecido curso de especialização em 2000 aos profissionais que formariam as equipes dos Núcleos de Tecnologia Educacional, que seriam os multiplicadores responsáveis pela formação dos professores dos laboratórios das escolas, o que efetivamente ocorreu com alguns educadores no estado.

As Instituições de Ensino Superior fizeram a capacitação dos multiplicadores, através de curso de Especialização, dos NTEs em Campo Grande, em uma fase. Após esse passo os NTEs assumiram a formação do pessoal dos laboratórios das escolas sob sua jurisdição, tendo como local as suas sedes. Esta formação foi realizada em duas etapas, podendo ser no próprio laboratório durante as atividades de acompanhamento. As atividades dos laboratórios de informática obedeciam a um plano estabelecido nos projetos das escolas, que eram discutidos e elaborados durante o curso de especialização.

Este Programa abrange o ensino fundamental e médio e tem como base os NTEs em cada unidade da federação. Os NTEs são estruturas descentralizadas de apoio ao processo de informatização, das escolas; neles são preparados os professores da rede pública, e os técnicos de suporte à informática educativa. Eles também apóiam as escolas na elaboração de seus projetos de informatização, estabelecendo uma parceria, além disso eles fazem parte do sistema de acompanhamento e avaliação do Programa.

Em nosso Estado foram instalados, em 1997, 02 NTEs, sendo 01 em Campo Grande e 01 em Dourados e mais 02 em 1988, sendo 01 em Corumbá e outro em Três Lagoas. Cada Núcleo dispunha de uma equipe composta por educadores e especialistas em informática e de um conjunto adequado de sistemas de informática educativa (MATO GROSSO DO SUL, 1998b).

De acordo com o documento Proposta de Educação do Governo Popular (MATO GROSSO DO SUL, 2000, p.15); a partir de 1999, o governador José Orcírio Miranda dos Santos, por meio do Secretário de Educação Pedro César Kemp Gonçalves informou que o Proinfo/MEC já havia beneficiado 16 escolas estaduais em MS, na 1ª etapa, em 1999, com uma 2ª etapa de atendimento a 18 escolas estaduais, previstas para 2001.

Contudo a prática nos evidencia outra realidade, como foi constatado através das palavras da entrevistada quando questionada sobre como está o Proinfo em MS. A primeira resposta foi risos, em seguida afirmou:

O Proinfo foi dividido em diversas etapas. A primeira etapa já foi utilizada em 17 escolas estaduais, foi muito reduzida esta etapa. A segunda etapa seria agora em outubro e novembro de 2001 e está atrasada. O programa como um todo está atrasado em nível nacional” (Professora Técnica B, Entrevista, 2001).

Ainda no mesmo documento, o Governo Popular de MS, traçamos como meta implantar laboratórios de informática em 27 escolas estaduais, como uma proposta de, proporcionar a todos os alunos da escola pública estadual o acesso às tecnologias da informação e da comunicação em suas atividades na escola, com base nas reais condições financeiras e materiais de MS.

A Diretoria de Apoio às Ações Pedagógicas/SUED propôs as seguintes ações:

- a) Implantação, através do Orçamento Participativo do Governo Popular de MS e do Proinfo e FUST/MEC de laboratórios de Informática nas escolas estaduais para proporcionar suporte técnico e pedagógico ao ensino das diversas áreas do conhecimento;
- b) Desenvolvimento de material didático a ser disponibilizado via Internet (Ibidem);

Segundo entrevista concedida a esta pesquisadora:

No caso do Proinfo e do Fust a gente tem um módulo de mídia administração Escolar, que troca informações com a Secretaria e nós atualizamos agora todas as escolas, onde o município tem um provedor para fazer o acesso a Internet. Então nós esperamos que até março de 2002, todas as escolas desses 22 municípios tenham a Internet, só 22 municípios têm provedor, o que vai representar no estado quase 70% das escolas (Coordenador, Entrevista, 2001).

- c) Implementação do programa de formação dos docentes, quanto ao uso das tecnologias aplicadas à educação, a ser executado pelos Núcleos de Tecnologia Educacional.

Novamente a prática é questionável: segundo a entrevistada:

Existem 4 NTEs no estado que estão atrelados ao Proinfo, eles têm um grupo, o MEC que subsidiou esse grupo que tem a finalidade de coordenar, acompanhar, avaliar, eles é que concentram, na verdade, o trabalho em si (Professora Técnica B, Entrevista, 2001).

O grupo citado é formado por professores liderados pela professora diretora do NTE de Campo Grande Estadual, que desde a implantação do PROINFO em MS conseguiu manter-se na posição de seguidor das diretrizes do MEC; os professores estão comprometidos com as informações sobre o Programa e as práticas estaduais das novas tecnologias na educação da rede estadual, procurando divulgá-las através de eventos.

Ao responderem se os objetivos do PROINFO estão sendo cumpridos os professores multiplicadores afirmaram:

Sim, mas acredito que o objetivo seria cumprido quase na sua totalidade, se a nível estadual tivessem às frente do Proinfo, pessoas com mais vontade política, ou seja com espírito de trabalho voltado para o objetivo principal do Proinfo (Professor 1).

d) Realização de eventos (seminários, videoconferência, teleconferência e outros), que proporcionassem a troca de experiências e a disseminação do conhecimento entre os educadores.

Citamos a realização do II Seminário de Informática na Educação – Aprendendo e Ensinando com Tecnologia em dezembro de 2001, realizado através do esforço do grupo que é coordenado pela diretora do NTE de Campo Grande estadual.

A comunicação entre as diversas gerências e entre os integrantes das Secretarias de Estado e das escolas necessita ser mais intensa, mais objetiva e consistente.

A falta das condições de acesso e as dificuldades em preparar professores e alunos para o trabalho com essas tecnologias não podem ser um estímulo para a implantação de programas de formação aligeirada, sejam eles presenciais ou a distância. A formação dos professores é essencialmente um ato político de formação de cidadania e não um simples oferecimento de conteúdos para serem assimilados, usando esses poderosos recursos de informação e comunicação (PRETTO, 2001, p. 51).

O Centro Municipal de Tecnologia Educacional de Campo Grande, MS, trabalha nos moldes do Proinfo, mas com estrutura caracterizada pela filosofia político-pedagógica de trabalho do município. O universo de escolas atendido pelo município e Proinfo é cinco. As demais unidades, 78, que são da jurisdição do município possuem salas de informática, laboratórios, com no mínimo 20 máquinas por escola, variando de acordo com o número da clientela. Equipar todas as escolas municipais com computadores era um dos pontos do plano de governo do prefeito da capital, André Puccinelli o que efetivamente ocorreu.

Em relação ao NTE Municipal de Campo Grande, uma das professoras entrevistadas afirma:

Não somos NTE Municipal de Campo Grande, temos vida própria, pois não somos mais NTE e sim Centro Municipal de Tecnologia Educacional, criado através de decreto em 22 de agosto de 2000 (Professora Multiplicadora NTE, (Campo Grande, Entrevista, 2001).

Acreditamos que o direcionamento político faz a diferença na expansão da EaD em Campo Grande, pois segundo Collares (1999, p. 214)

[...] há que distinguir política pública de plano de governo. Este defini-se no interior de uma proposta que, se majoritária eleitoralmente, deverá transformar-se em política pública, porque não basta a aprovação eleitoral de propostas para que a população assuma como suas as necessidades sociais e as soluções advogadas por planos governamentais.

Segundo Cysneiros (2001, p. 123)

No âmbito das redes municipal e estadual, ocupantes de cargos executivos têm considerado o PROINFO como apenas mais uma política dentre tantas outras do MEC, elaboradas em Brasília sem se levar em conta as dificuldades e características das máquinas burocráticas, as deficiências e políticas educacionais de estados muito diferentes entre si, a instabilidade do planejado e o que acaba sendo executado pelos nossos governantes

Ainda de acordo com Cysneiros (2001, p. 142)

mesmo com toda problemática que abordamos anteriormente, o PROINFO é um avanço considerável e representa um divisor de águas em relação a políticas passadas. Pela primeira vez- antes de mandar artefatos para as escolas – o Estado alocou somas consideráveis para a formação de recursos humanos, [...] Foi criada uma rede física de NTEs que está mexendo com os espaços escolares; mexe também com a estrutura de pessoal das redes estaduais e municipais, acarretando mudanças nos quadros de pessoal e integração com estruturas existentes. Estes são aspectos que tornam a política de informática nas escolas diferente de outras políticas.

Nesse contexto podemos “olhar” o PROINFO como um instrumento dentro da modalidade de EaD, mas que não se limita somente a esse aspecto; sua aplicação dentro do processo de formação dos professores e nas situações de ensino aprendizagem está inserida na construção do conhecimento e a isto está ligado o papel político da educação enquanto formação para o desenvolvimento integral do homem. Na visão de Tosta (2001, p.215)

tal Programa pode ser interpretado como tendo a pretensão de preparar profissionais do ensino para implementar novos processos educacionais, tendo em vista que as tecnologias de comunicação e informação aportados no ambiente escolar, fornece as bases para uma mudança epistemológica que é a de superar as relações de ensino aprendizagem inseridas num paradigma da comunicação de massa que é essencialmente de transmissão de informação para um paradigma de interação e de co-produção de conhecimento.

Embora muitas explicações sejam formuladas, o papel que os programas para capacitação, atualização, aperfeiçoamento e, até mesmo os de formação para os professores desempenham no estado de MS, é questionável. Até que ponto esses programas desempenham um avanço no cenário das políticas públicas a melhoria da qualidade do ensino? Segundo a Revista VEJA Especial, em artigo intitulado “Qualidade é o próximo passo”:

Apostando na qualidade, o Brasil poderá produzir uma Segunda revolução no ensino, que será bem mais lenta [...] Os jovens no Primeiro Mundo têm uma educação de qualidade, afirma o sociólogo José Pastore. Se o Brasil investir em qualidade e tornar o ensino mais atraente, poderá elevar o patamar (2002, p. 54).

Segundo Pretto (2001, p. 54),

[...] continuamos na operacionalização dessas propostas teóricas, reproduzindo as velhas práticas, métodos e sistemas. Percebe-se um descompasso entre o que se propõem do ponto de vista teórico e o que se configura como sendo a operacionalização das propostas, ou seja, a proposta teórica desenvolvida por autores-educadores não consegue adentrar os portões da escola e proporcionar, na prática, àquele menino ou menina, a participação na sociedade da informação.

O importante é darmos a EaD o enfoque que ela merece como uma metodologia específica, e entendê-la dentro de suas limitações e especificidades. Salientamos que a importância de um Programa de aperfeiçoamento de professores não deve ser considerada como a solução para os problemas da formação inicial dos docentes, quer do ensino fundamental, quer do ensino médio. O fato de o estado de MS proporcionar

e oferecer infra-estrutura física é uma condição necessária para o desenvolvimento da EaD, mas não suficiente.

Precisamos trabalhar numa outra perspectiva, que é a de formar o professor para o uso dessas tecnologias, com muito cuidado para não concluirmos que seja suficiente saber manejar a máquina e a rede, mas entender que a

educação é um mecanismo fundamental para a formação da cidadania e que para isso é necessário um professor qualificado, bem pago e com boas condições de trabalho, tendo uma escola pública e gratuita, de qualidade e equipada para manejar todos esses instrumentos tecnológicos (PRETTO, 2001, p. 40).

A sociedade é permeada por conflitos e contradições os quais nos permitem olhar a presente com a perspectiva do futuro. Podemos pensar em formação se compreendermos as necessidades do tempo futuro sem negarmos totalmente o passado, já que a realidade é dinâmica e transformadora.

Poderíamos fazer a síntese desses programas dizendo que, como a ‘educação continuada’ atende a planos de governo e não a políticas assumidas pelos profissionais do ensino, cada mudança de governo representa um recomeçar do zero, negando-se a história que, no entanto, está lá – na escola, na sala de aula, nos saberes do professor. O essencial dessa descontinuidade é o eterno recomeçar, como se o passado pudesse ser anulado; repetição constante do ‘novo’ para manter a eternidade das relações – de poder – atuais (COLLARES, 1999, p. 216).

No entanto, o que verificamos na implantação e implementação dos Programas de EaD na formação de professores em MS é que as “condições circundantes” foram e são alteradas por situações de infra-estrutura, operacionalização, falta de condições de capacitação, falta de investimentos nos recursos humanos, enfim falta de uma política pública de educação continuada, (porque tem início definido, mas não tem acompanhamento, avaliação), concebida no contexto de uma política global, com objetivos definidos; não só para suprir carências, nem só como treinamento para execução de novas tarefas, mas como direito e necessidade de acordo com Morin:

[...] Não se pode fazer programas para o futuro, posto que os programas são projeções abstratas e mecanicistas que os acontecimentos desbaratam. Sem dúvida é necessário projetar valores, idéias-força, idéias motoras. E a ação é sempre uma estratégia [...] Um programa é uma seqüência de atos decididos a priori e que devem começar a funcionar um após o outro, sem variar. Certamente, um programa funciona muito bem quando as condições circundantes não se modificam e, sobretudo, quando não são perturbadas. A estratégia é um cenário de ação que se pode modificar em função das

informações, dos acontecimentos, dos imprevistos que sobrevenham no curso da ação (MORIN *apud* COLLARES, 1999, p. 206).

Os entrevistados quando questionados sobre a maior dificuldade enfrentada para a implementação da EaD em MS, assim se pronunciaram:

A maior dificuldade é os equipamentos. O estado não tem dinheiro, então ficamos dependendo do MEC, dependendo desses projetos. A EaD precisa de muito dinheiro (Professora Técnica B, Entrevista, 2001).

Mas é preciso também dizer uma coisa, tudo bem o recurso é necessário, mas vamos supor, se nós tivéssemos hoje o recurso na nossa mão, a gente leva uns dois anos para implantar um programa eficiente, porque nós não temos conhecimento acumulado para falar assim: amanhã iniciamos um programa de EaD (Coordenador, Entrevista, 2001).

Sim, nós não temos uma prática incorporada nesse sentido (Professora Técnica B, Entrevista, 2001).

Quando perguntados sobre a mudança de governo, de secretário, como ficava a EaD em MS, a fim de verificarmos a continuidade das ações implementadas pelos governantes, obtivemos as seguintes respostas:

Muda tudo..... O que segura mesmo são esses projetos do MEC, é o carro chefe, é o que está tendo continuidade na EaD, porque a EaD neste governo, não começamos ainda, então o que segura mesmo são os projetos do MEC, muda o governo mas os projetos do MEC continuam, tem todo aquele começo do pessoal conhecer os projetos que a gente desenvolve, demora um pouco, atrasa o processo, mas os que sobrevivem são mesmo os projetos do MEC (Professora Técnica A, Entrevista, 2001).

O que vale lembrar que não é só nessa área não, a rede física, mais ou menos um terço, depende da relação com o MEC, merenda escolar, etc. Ainda mais no nosso caso que mudou de secretário no meio do caminho, muda tudo (Coordenador, Entrevista, 2001).

Nesse movimento de articulações notamos que a EaD tem uma trajetória semelhante sintonizada com o desenvolvimento tecnológico, econômico, político e social do país. A própria falta de um desenvolvimento mais estratégico na área, envolvendo as ações, políticas e pesquisas, realizado pelos diversos atores e instituições, a partir de objetivos explícitos e compartilhados, de certa forma, apontam para a complexidade da experiência em andamento no Brasil.

Vivemos num mundo em que todos habitamos a mesma casa, ou seja, as distâncias não param de diminuir. Com a globalização crescente da economia há a

necessidade de uma educação universal. No campo da EaD esses desenvolvimentos possibilitam um acesso maior a informação em geral e a programas de educação e formação a distância. A formação de professores é peça fundamental dessa inovação dentro do universo escolar. Assim, na sociedade da informação, na qual o saber deste momento pode ser considerado obsoleto daqui há alguns instantes, temos um desafio a vencer, uma vez que os caminhos abertos pela EaD nos fornecem meios para ultrapassar as dificuldades de tempo e localidade. Falta-nos é competência institucional e políticas públicas voltadas para a formação docente, não apenas para integração de novas tecnologias em sua forma de educar, mas para a verdadeira transformação de seu papel e funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nesta dissertação analisar a política de Educação a Distância no Brasil e a formação de professores em Mato Grosso do Sul. Para alcançarmos este objetivo nos apoiamos em dois objetivos específicos. Em relação ao primeiro: “examinar a legislação e as diretrizes de EaD no Brasil e seus desdobramentos em MS”, concluímos que a legislação nacional e estadual prevê a EaD como direito, mas, o que questionamos é a aplicação, na prática, dessas diretrizes educacionais nas duas instâncias. Os fatores que mais influenciam no cumprimento ou não, das diretrizes educacionais da política de EaD, são de caráter político e econômico, embora não devamos desconsiderar os aspectos pedagógicos também presentes.

Quanto ao segundo objetivo: “investigar a implementação dos programas de EaD sob a coordenação da Secretaria de Educação a Distância/MEC na esfera estadual e sua relação com a formação de professores”, concluímos que os programas de EaD, ao serem implementados em Mato Grosso do Sul, são adaptados de acordo com a realidade do professor ou de acordo com a ênfase dada pela Secretaria de Estado de Educação, espelhando o momento político de cada gestor. Muitos relatórios são emitidos, metas e objetivos são elaborados com relação a cada programa de EaD lançado. A SED enfatiza a importância da qualidade na formação dos professores através dessa modalidade de educação, mas as ações ainda são embrionárias.

Os programas de formação de professores utilizando a EaD devem possibilitar ações transformadoras por meio da solução de problemas reais, pela compreensão dos fatos da realidade escolar, em seus diferentes e contraditórios aspectos – caminhos e descaminhos – e para a busca permanente de métodos e técnicas voltadas para processos de

mudança social. O contato ainda que mediatizado dos indivíduos, por meio das tecnologias, com culturas e idéias de outras realidades provocam um efeito de recontextualização e descontextualização da realidade, fornecendo novos parâmetros, novos olhares, novas possibilidades de educação e aprendizagem dos professores para compreensão desses diferentes contextos.

Essas tecnologias que globalizam as informações estão sendo aplicadas à aprendizagem aberta e a distância, seja informalmente (canais de televisão, redes telemáticas e produtos de multimídia) ou formalmente através dos sistemas de educação a distância, causando impactos na sociedade. Portanto, quando discutimos a EaD devemos centralizar nosso debate não só nas vantagens e desvantagens desta modalidade de educação, mas também nas possíveis relações com o ser cognoscente, com as ideologias, políticas e a organização social de modo geral. Segundo Pretto (2001, p. 36)

o desafio da EaD é, em última instância, o mesmo desafio da educação como um todo [...] a discussão sobre EaD ganha um destaque muito maior porque ela pode, justamente, contribuir com o debate sobre a redução tanto da desigualdade, como das distâncias entre as diversas esferas e sistemas de educação, particularmente na esfera da educação pública em nosso país”.

Os meios instrucionais usados na educação a distância não exigem que o aluno estude em períodos e lugares fixos; na prática, isto significa que a construção do conhecimento pode ser feita através dos diversos veículos que poderão ser usados separadamente ou combinados, ou seja, o “*acesso flexível*” (LOBO, 1999, p. 69), ao material impresso, passando pelas tecnologias educacionais e alcançando os sistemas mais avançados: CD-ROM, Teleconferências, áudio/videoconferências, entre outros.

A formação do indivíduo não poderá ficar circunscrita ao período escolar: tornamo-nos todos eternos estudantes, condição que se agrega a de profissionais. Nesse ponto, a EaD mostra-se uma alternativa cumprindo um papel social e político. Na sociedade contemporânea aprender-se-á por meio de atividades presenciais, e também à distância, às vezes sozinho, outras interagindo com um pesquisador que poderá estar num outro ponto do planeta.

O conceito de uma educação que se desenvolve ao longo de toda a vida evidencia que é no âmbito dos sistemas educativos que se formam as competências e aptidões que farão com que cada um possa continuar a aprender. Nesse sentido a EaD

possibilita a participação em programas de formação inicial e continuada, utilizando a tecnologia, a informação e a comunicação. Na era da informação, não bastará para a educação preparar as escolas com equipamentos modernos; é necessário que se atente para a dimensão cultural das transformações sociais. É preciso focar o papel e a formação do professor nessa nova realidade.

Ao analisar a EaD não se pode isolar situações de aprendizagem e simplesmente compará-las com situações análogas que ocorrem na sala de aula. Ela terá que ser encarada como parte de um sistema que, embora conservando semelhanças com os sistemas tradicionais de educação, quanto aos objetivos que pretende alcançar, se organiza de forma diferente e original para suplantar as dificuldades decorrentes do distanciamento entre professor e aluno. Na sociedade contemporânea cada vez mais se torna necessário o trabalho do professor como mediador nos processos de formação da cidadania dos alunos, colaborando para a redução das desigualdades escolares.

Em outras palavras, falar de EaD é discutir suas qualidades/vantagens e limitações no contexto de uma sociedade. Não se pode ignorar as limitações dos sistemas convencionais de educação, sobretudo no que se relaciona à capacidade de responder a demandas educacionais cada vez maiores da população.

A inexistência de movimentos organizados de pressão ao Estado mostra que a ação governamental nesta área era marcada pela indecisão e pela timidez, reflexo da própria imagem da EaD na cultura brasileira.

Quanto às políticas educacionais no Brasil, verificamos que a redefinição do papel do Estado está se materializando na política neoliberal, principalmente por meio de dois movimentos: a contradição entre Estado mínimo e Estado máximo, que se apresenta nos processos de centralização/descentralização dos projetos de política educacional e nos projetos de descentralização propriamente dita, isto é, o movimento de centralização/descentralização da atual política educacional, no qual é descentralizado o financiamento e centralizado o controle, é parte da proposta de redefinição do papel do Estado. Ao analisarmos os projetos de política educacional, nela incluída a EaD, constatamos que o governo federal, com essas reformas, cada vez mais se desobriga do financiamento das políticas educacionais, cabendo ao estado esse ônus, respeitando as diferenças e necessidades regionais. Mas em contrapartida o Estado objetiva além disso centralizar as

diretrizes, em relação aos parâmetros curriculares nacionais e a avaliação das instituições de ensino. Definir o que vai ser ensinado em todas as escolas do País e obter o controle do processo são prioridades assumidas pelo Estado em detrimento das reais necessidades da educação.

A EaD como estratégia de ampliação das possibilidades de acesso à educação deve aprofundar o compromisso do projeto pedagógico com o projeto histórico, político e cultural da sociedade. É com este olhar que a EaD exerce o seu papel, não como sucessora da educação presencial, mas, por sua função social, deve promover a ampliação do acesso à educação, como instrumento de qualificação do processo pedagógico e da formação profissional.

Quando caminhamos, costumeiramente esbarramos ou tropeçamos em alguns obstáculos. Nosso primeiro impulso é desviarmo-nos, quando, na verdade, deveríamos procurar saber a razão da intromissão, do novo, em nosso caminho. A EaD é um dos caminhos da educação que avança, retrocede, mas com certeza é um caminho sem volta, que depende de vontade política para ser realmente uma realidade, deixando de ser apenas teoria para ser aplicada como uma modalidade de educação, que se preocupa em formar cidadãos. Este é o desafio, este é o caminho que se constrói no caminhar.

Podemos concluir que a EaD é uma das estratégias que enfrentam os desafios do século que se inicia, assinalando novos objetivos à educação, com base nos pilares do conhecimento (“aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser”), concebendo a nova visão da educação na perspectiva da totalidade. A educação, de acordo com a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, “deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade” (DELORS, 2000, p. 99) descobrindo os tesouros que todos temos, compartilhando-os de maneira democrática em nossa aldeia global com equidade e autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. Alves. **Nova enciclopédia de pesquisa fase**. Rio de Janeiro: Fase Ltda, (6), s/d.

ALVES, Moreira João R. Educação a distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem. **Novas tecnologias na educação**, 1994. www.inep.gov.br, em 16/08/2001.

_____. A Educação a Distância no Brasil. Síntese Histórica e perspectivas. In LUZ, Rodolfo J P. Seminário Internacional - Educação Superior e suas Tendências para o século XXI. **Anais...** Campo Grande, Uniderp, 1999, p.149.

ARAÚJO, Suely Trevisan e MALTEZ, Maria G, Lopes. Educação a distância: retrospectiva histórica. **Revista Nexos**. Estudos em Comunicação e Educação. São Paulo: Universidade Anhembi e Morumbi, ano IV, (7), 2000, p.133-143.

ARETIO, Garcia L. **Education a distancia hoy**. Madrid: UNED, 1994.

ARGOS, Informativo Trimestral da Coordenadoria de Educação a Distância da UFMS. **UFMS Discute Ensino a Distância**. Ano I, nº 03, 09/2001.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A Educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. Para uma definição de Educação a distância. **Revista Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, v.16 (78-79) set/dez, 1987, p. 56-61.

BALLALAI, Roberto (org.). **Educação a distância**. Série Cooperação Técnico Cultural. CEN, Niterói, 1991.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Capacitação à distância de professores do ensino fundamental no Brasil. **Educação e Sociedade**, ano XVIII, nº 59, agosto/1997, p.309-328.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá, MARTINS, Angela Maria e PINTO, Regina Pahim. In: **Formação de docentes a distância**: reflexões sobre um programa. Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, nº 106, 1999, p. 81-115.

BARRETO, Raquel Goulart (org.). PRETTO, Nelson de Luca *et alii*. **Tecnologias educacionais e educação a distância**: avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. A espetacularização da política e a educação para a cidadania. **Perspectiva**, (24), 1995, p. 25.

BEZZON, Lara A. Crivelaro. **Avaliação da TV Escola**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas-NEPP, Campinas, 1997.

BLOIS, Marlene M. Educação a distância via rádios e TVs educativas: questionamentos e inquietações. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, nº 70, abr./jun., 1996, p. 42-45.

BORDENAVE, Juan Dias. Pode a educação a distância ajudar a resolver os problemas educacionais no Brasil? **Revista Tecnologia Educacional** (17), n. 80/81. Rio de Janeiro, 1988, p. 31-36.

CAPISANI, Dulcimira (org.). **Educação e arte no mundo digital**. Campo Grande: AED/UFMS, 2000.

CASTRO, Marcelo M. C. O jogo dos sentidos compartilhados. In: BARRETO, R. Goulart (org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância**: avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 145-174.

COLLARES, Cecília A.L.; MOYSES, Maria A. A., e GERALDI J. W. Educação continuada: A política da descontinuidade. Educação e sociedade. Campinas: Revista Quadrimestral de Ciência da educação, Formação de Profissionais da Educação – Políticas e Tendências. **Cedes**. Campinas, (68), 1999, p. 202-219.

COSTA, Maria Lygia S.M. **Educação a distância e formação de educadores**. Est. e Persp. Rio de Janeiro, n. 21/22, 1986, p. 186-209.

CUNHA, Luiz Antonio, GOES Moacyr. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CYSNEIROS, Paulo G. Programa nacional de informática na educação: novas tecnologias, velhas estruturas. In: BARRETO, R. Goulart (org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 120-143.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez / Brasília: MEC UNESCO, 2000.

DEMO, Pedro. **Questões para a teleeducação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERNANDES, Maria Dilnéia E. Política educacional, a gestão democrática na Rede Estadual de Ensino em Mato Grosso do Sul (1991 a 1994). **Revista Intermeio**. Revista do Mestrado em Educação. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (5), 1999, p. 65-72.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

FERREIRO, Emília. A revolução informática e os professores de leitura e escrita. **Revista Pátio**. Tecnologias Educacionais para além da sala de aula. Porto Alegre: Artmed, ano 3, (9), 1999, p. 59-63.

FOLHA DE SÃO PAULO. Tendências / Debates: **FHC e o Projeto Nacional**, 24/05/98.

FOLHA DE SÃO PAULO. Folha Informática, 10/10/2001, p.F1.

GARCIA, Walter E. A EaD na lei brasileira. In: NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância – a tecnologia da esperança**. São Paulo: Loyola, 1999, p. 77-91.

GIORGE, Cristiano A Garvoggini Di. **Por uma escola da consciência universal**: a escola dinamizadora do seu entorno em tempos de globalização. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

GRINSPUN, Miriam P.S. Zippin (org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas.** Educação Tecnológica. São Paulo: Cortez, 1999.

KENSKI, Vani Moreira. Em Direção a uma Ação Docente Mediada pelas Tecnologias Digitais. In: BARRETO, R. Goulart (org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas.** Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 74-83.

KRAMER, Erika A.W. Coester *et alii*. **Educação a distância: da teoria à prática.** Porto Alegre: Alternativa, 1999.

LANGHI, Celi. **Educação a Distância através da Internet.** Dissertação de mestrado. São Paulo, 1998, p.32.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2000.

LIMA, Claudia Maria. **Educação a distância e TV escola: apropriações de professores em formação contínua.** Tese de Doutorado. Campinas: PUC, 2000.

LIMA, Geni Aparecida. **Identification des conditions de réussite d'un système de formation à distance d'enseignants "leigos" du Pantanal au Brésil.** Quebec: Université de Laval, 1990. (Dissertação de mestrado).

LITWIN, Edith. **Tecnologia educacional.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

_____. **Educação a distância.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

LOBO, Francisco Silveira. **Educação a distância regulamentação.** Brasília: Plano, 2000.

_____. Fundamentos de Educação à Distância. In: NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância – a tecnologia da esperança.** São Paulo: Loyola, 1999, p. 49-75.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1995.

LUZ, Rodolfo Joaquim P. e VIANNEY, João. Universidade virtual: oportunidade de crescimento ou uma ameaça para as instituições de ensino superior? **Anais do Seminário Internacional Educação Superior e suas Tendências para o século XXI.** Campo Grande: UNIDERP, 1999, p. 143-166.

MAGALHÃES, Marcio Tadeu. **Projeto um salto para o futuro**. Comunicação & Educação. São Paulo, (9), maio/ago, 1997, p. 23-31.

MAGALHÃES, Lígia K.C. Programa TV Escola: O dito e o visto. In: BARRETO, R. Goulart (org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância**: avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 105-118.

MARIN, Alda Junqueira. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. **Caderno CEDES** (36), Papirus, 1995, p.13-19.

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS, Angela M.; PINTO, Regina P.; BARRETTO, Elba S. de Sá. Formação de docentes a distância: Reflexões sobre um Programa. **Cadernos de Pesquisa**, (106), 1999, p.81-115.

MELLO, Míriam Coeli. Testemunho de alunos, professores e comunidades. In: BALLALAI, Roberto. **Educação a distância**. Série Cooperação Técnico Cultural. CEN, Niterói, 1991.

MELO, Maria Teresa Leitão. Programas oficiais para formação de professores da educação básica. Educação e Sociedade. **Revista quadrimestral de Ciência da Educação**/Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, nº 69, 1999, p. 45-58.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo. Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 1996.

_____ (org.). **Pesquisa social** - teoria, método e criatividade. Petrópolis, 1998.

MOORE, M. “On a theory of Independent Study”. In: SEWART, D. *et alii.* (eds.). **Distance Education**: International perspectives. Londres/Nova Iorque: Croomhelm/St. Martin’s, 1983.

NEDER, MARIA Lúcia Cavalli. Avaliação na educação a distância significações para definição de percursos. In: PRETI, Oresti (org.). **Educação a distância**: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD-UFMT, 1996.

NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância** – a tecnologia da esperança. Políticas e estratégias para a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância. São Paulo: Loyola, 1999.

NOVOA, A. (ed.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NUNES, Ivonio de Barros. **Educação a distância e o mundo do trabalho**. Rio de Janeiro, 1992.

PALMA, João Cardoso (org). **Revista Nexos: Estudos em Comunicação e Educação/ Universidade Anhembi Morumbi**. São Paulo, ano 4, (7), 2000.

PELLANDA, Eduardo Campos e PELLANDA, Nilze Maria Campos (org). **Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

PETERS, O. “Distance Teaching and Industrial Production: a Comparative Interpretation in Outline”. In: SEWART, D. *et alii.* (eds.). **Distance Education: International Perspective**. Londres/Nova Iorque: Croomhelm/St. Martin’s, 1983.

PICANÇO, Alessandra. Educação a distância: solução ou novos desafios. **24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação** Programa de Mestrado em Educação Brasileira da FE/UFG. Caxambu, 2001, p.131-147.

PINTO, Ivone Maciel. **A TV Escola e a formação em exercício dos professores da Escola Estadual Sebastião Santana de Oliveira**. Dissertação de Mestrado. Campo Grande: UCDB, 2000.

PRETI, Oreste (org.) **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: NEAD-UFMT, 1996.

_____. Educação a distância e globalização: tendências e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.79, (191), 1998, p.19-30.

PRETO, Nelson de Luca. Desafios para a educação na era da informação: o presencial, a distância, as mesmas políticas e o de sempre. In: BARRETO, R. Goulart (org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quarete, 2001, p. 29-53.

REVISTA VEJA. O Brasil que já o Primeiro Mundo. **Qualidade é o próximo passo**. São Paulo: Abril, nº 19, edição especial, maio de 2002, p.54-55.

REVISTA do curso de Gestão de Processos Comunicacionais. **Comunicação e educação**. São Paulo: Moderna, vol. 3, 5 e 9, 1997.

ROCHA, Dorothy. A gestão da educação pública em Mato Grosso do Sul – práticas racionalizadoras e clientelismo. **Intermeio**. Revista do Mestrado em Educação. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, (5), 1999.

ROMANELLI, Otaiza. **A história da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANCHO, Juana M. (org). **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história: **Em aberto**. Brasília, (16), nº 70, abr/jun 1996, p. 28-33.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**. Campinas. Autores Associados, 1999.

SCHON, D. Educating the reflective practitioner. In: NOVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

SOARES, Ismar de O. Educação a distância – tendências e desafios. **Revista Nexos**. Estudos em Comunicação e Educação. São Paulo: Universidade Anhembi e Morumbi, ano IV, (7), 2000, p. 25-42.

STEIN, Maria Eugenia. A ação normativa: o papel do Conselho Nacional de Educação. In: NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância – a tecnologia da esperança**. Políticas e estratégias para a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância. São Paulo: Loyola, 1999, p. 93-139.

TOSCHI, Mirza S. TV Escola: O lugar dos professores na política de formação docente. In: BARRETO R. Goulart. (org.) **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 85-101.

TOSTA, Sandra P.; OLIVEIRA, Maria A Monteiro. O computador não é uma lousa: as tecnologias de comunicação e informação e a prática docente. **24 Reunião da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu, MG, 2001, p. 213-230.

VATTIMO, G. **A sociedade transparente**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição (1985- 1995)**. Brasília: Plano, 2000.

VILLARROEL, Armando. Reflexiones acerca del uso reciente de educación a distancia en la Latinoamérica. **Em Aberto**. Brasília, ano 16, (70), 1996, p. 93-99.

VINHOLI, Maria da Graça Gonçalves. **Utilização da TV Escola no cotidiano escolar: um estudo das possibilidades e das limitações em uma escola pública de MS**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2002.

Documentos Pesquisados

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação para Todos - 1993-2003**. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação a Distância e Continuada. **Educação aberta, continuada e a distância - um novo cenário para a educação brasileira**. Relatório Síntese. Brasília, 1990-1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação a Distância e Continuada. **Sistema Nacional de Educação a Distância – SINEAD**. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação a distância no contexto da educação fundamental para todos no Brasil**. Análise de necessidade e estratégias. Brasília, 1994a.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes da Educação Nacional. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez., 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Nacional de Educação e a Educação a Distância**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação a Distância. **Programa Nacional de Informática na Educação**. Brasília. MEC/BIRD.1996 a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Projeto de Apoio à Implementação, ao Acompanhamento e à Avaliação da TV Escola**. Relatório de Atividades 1995-1996. CONSED/SEED. Acordo Brasil - UNESCO. Brasília, 1997 a.

BRASIL. **Projeto de Apoio à Implementação, ao Acompanhamento e à Avaliação da TV Escola**. Relatório-síntese nacional da 3ª coleta de dados. CONSED/SEED-MEC, Acordo Brasil - UNESCO. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação a Distância. **II Reunião Técnica da Coordenação Geral de Planejamento de EaD com os Coordenadores de EaD das Secretarias Estaduais de Educação**. Relatório Técnico. Brasília, 1998.

MATO GROSSO DO SUL. **Teleducação**. Manual de orientação, supervisores e orientadores da aprendizagem. Supervisão de Capacitação e Avaliação. Secretaria de Estado de Educação s/d.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano decenal de educação para todos - 1993-2003**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 1993.

MATO GROSSO DO SUL. **Propostas e sugestões para o Plano Nacional de Educação**. Secretaria de Estado de Educação s/d.

MATO GROSSO DO SUL. Proposta da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. **Projeto Piloto do Sistema Nacional de Educação a Distância – TELEVIA –** Secretaria de Estado de Educação MS, 1994a.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto de Capacitação em Leitura Crítica dos Meios**. Secretaria de Estado de Educação, 1994b.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto elaborado na primeira etapa do curso de especialização em educação a distância**. Secretaria de Estado de Educação, janeiro/junho, 1994c.

MATO GROSSO DO SUL. **Relatório 1995**. Diretoria Geral de Recursos Humanos, Diretoria de Desenvolvimento e Avaliação e Supervisão de EaD. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 1995.

MATO GROSSO DO SUL. **Relatório anual TV Escola**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação/Núcleo de Educação a Distância e Tecnologia Educacional, 1996.

MATO GROSSO DO SUL. **Princípios Norteadores – a cidadania começa na escola**. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 1996 a.

MATO GROSSO DO SUL. **Relatório anual Programa Salto para o Futuro**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, Núcleo de Educação a Distância e Tecnologia Educacional, 1996b.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto de Implementação e Dinamização da TV Escola em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 1996c.

MATO GROSSO DO SUL. **Relatório das ações desenvolvidas**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação/Núcleo de Educação a Distância e Tecnologia Educacional, 1996d.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto TV Executiva-MS/Teleconferências**. Secretaria de Estado de Educação, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Estadual de Informática na educação**. Secretaria de Estado de Educação, 1997a.

MATO GROSSO DO SUL. **TV Escola 1995-1998**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, Diretoria de Tecnologia Educacional.

MATO GROSSO DO SUL. **Programas e projetos da Diretoria de Tecnologia Educacional**. Secretaria de Estado de Educação, 1995-1998a.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Kit Tecnológico**. Secretaria de Estado de Educação, 1998.

MATO GROSSO DO SUL. **TV Escola**. Diretoria de Tecnologia Educacional. Secretaria de Estado de Educação, 1998a.

MATO GROSSO DO SUL. **Programa Nacional de Informática na Educação**. Processo de seleção das escolas - laboratório. Secretaria de Estado de Educação, 1998b.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Estadual de Informática na Educação**. Secretaria de Estado de Educação, 1998c.

MATO GROSSO DO SUL. **Proposta de Educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul** – 1999/2002. Escola Guaicuru. Secretaria de Estado de Educação, 1999.

MATO GROSSO DO SUL. **Caderno Temático da Constituinte Escolar**. Educação e Tecnologia (5). Secretaria de Estado de Educação, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. **Orientações para utilização do Programa Um Salto para o Futuro**. Secretaria de Estado de Educação, 2000a.

MATO GROSSO DO SUL. Relatório de desenvolvimento das atividades do Programa TV Escola. Secretaria de Estado de Educação, 2001.

Webgrafia

Ministério da Educação <http://www.mec.gov.br>

Secretaria de Educação a Distância

<http://www.mec.gov.br/nivemod/educdist.shtm>

Programa TV Escola

<http://www.mecmgov.br/seed/tvescola/default.shtm>

Revista Veja

www.veja.com.br

[http:// www.Inep.gov.br/download/cibec/1996/periodicos/em aberto 70.doc](http://www.Inep.gov.br/download/cibec/1996/periodicos/em_aberto_70.doc) [15/10/2000].

[http:// www.intelecto.net/ead/ivonio i.html](http://www.intelecto.net/ead/ivonio_i.html) [18/01/2000].

<http://www.edutecnet.com.br> [15/10/2000].

ANEXOS

Anexo 1
Carta de Apresentação

Aos

Professores Multiplicadores do Núcleo de Tecnologia Educacional de Campo Grande.

Sou aluna Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco e estou desenvolvendo um projeto de pesquisa orientado pela professora doutora Mariluce Bittar, intitulado “**A Educação a Distância e a Formação dos Professores do NTE de Campo Grande**”. O objetivo da pesquisa é o de analisar o processo de implementação da política de Educação a Distância no Brasil e seus reflexos na formação continuada dos professores.

Tendo-se em vista o crescente envolvimento do profissional da educação na discussão sobre a formação continuada dos professores em exercício da educação básica, principalmente no que diz respeito à importância dos programas político-pedagógicos, tais como o PROINFO, e dos acontecimentos do ambiente escolar na determinação desta formação, este trabalho busca elementos que possam lançar novas luzes sobre essa problemática.

Desde já agradeço a sua colaboração ao responder o questionário em anexo, enfatizando que **não será preciso identificar-se**.

Comprometo-me a divulgar e debater os resultados obtidos nesta pesquisa com todas as pessoas envolvidas no processo.

Grata,

Tânia Izabel Tanus

Anexo 2

Questionário aplicado aos professores

Assinale somente uma alternativa que corresponda mais especificamente ao seu caso

DADOS GERAIS

Sexo: _____ Idade: _____

1) Formação acadêmica:

- Magistério
- Graduação. Curso (s): _____
- Pós-Graduação. Curso: _____
- Outros _____

2) Trabalha como multiplicador no PROINFO

- há menos de 2 anos
- entre 3 e 5 anos
- desde a sua criação e implementação no município
- outros _____

3) Como ocorreu a sua participação no processo de implantação do PROINFO no NTE?

4) Quantas escolas do município de Campo Grande estão no Programa Nacional de Informática na Educação?

5) As escolas que estão no PROINFO possuem Internet?

- Todas
- A grande maioria
- Algumas
- Poucas
- Nenhuma

O PROINFO no Município de Campo Grande

6) Como foi implantado o PROINFO no Município de Campo Grande?

7) Qual o critério utilizado para a escolha das escolas que fazem parte do PROINFO?

8) Quais os critérios adotados para a seleção dos professores multiplicadores?

9) Os encontros para capacitação do professor no PROINFO são:

- mensais
- bimestrais
- de acordo com o interesse, ou a necessidade do professor pelo conteúdo;
- periodicamente de acordo com a programação elaborada pelo NTE;
- não há programação;
- outros _____

10) Qual a maior dificuldade que o professor encontra quando deseja usar os equipamentos de informática dentro do PROINFO? (numere as alternativas em ordem crescente de dificuldade).

- não saber usar os equipamentos;
- não ter acesso aos equipamentos quando deseja;
- os equipamentos encontram-se sempre com problemas (estragados);
- há quantidade insuficiente de equipamentos em relação aos utilizadores;
- não há técnicos que possam orientar no uso dos equipamentos na solução de dúvidas.
- não há plantão com auxílio do NTE, para solução das dúvidas.
- a direção da escola não acredita no Programa
- a direção da escola dá apoio apenas em alguns momentos.
- a direção da escola não apoia integralmente todo o projeto da escola em relação ao PROINFO.

11) a - Na sua opinião, quais são as principais diretrizes do PROINFO?

b- Essas diretrizes estão sendo implementadas?

Sim. Como?

Não. Por quê?

12) Você considera que o PROINFO democratiza o acesso do professor ao uso da tecnologia?

() Sim. De que maneira? _____

() Não. Por quê? _____

13) Um dos objetivos do PROINFO é contribuir para a “capacitação do professor no uso da informática em sala de aula”. Você acredita que este objetivo está sendo cumprido? Explique sua resposta.

14) As atividades desenvolvidas pelo NTE e especificamente dedicados à formação dos professores são:

() suficientes às necessidades de formação contínua;

() insuficientes às necessidades de formação contínua;

15) Você considera o PROINFO importante?

() Sim () Não

Por que? _____

16) Qual a capacitação que você teve para ser um multiplicador?

17) Como você avalia a capacitação que você teve para ser um multiplicador do PROINFO?

18) O MEC, no papel político-estratégico de coordenar a Política Nacional de Educação, tem fortalecido os programas de formação continuada por meio da EaD especificamente para o PROINFO? Explique sua resposta.

19) Relate observações importantes em relação ao PROINFO.

Anexo 3

Entrevista em Grupo Focal

Como técnica de abordagem utilizamos a entrevista em “Grupo focal” *que é* uma técnica de pesquisa, dentre as consideradas de abordagem rápida, que permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de sessões em grupo em que seis a vinte pessoas, que compartilham alguns traços comuns, discutem aspectos do tema sugerido.

Após as apresentações e explicações dos objetivos de nossa pesquisa, organizamo-nos em uma mesa redonda e iniciamos nossa entrevista.

Quando foi implantada a EaD no Estado?

Professora A - O Projeto um Salto para o Futuro começou em 1991. Até 1997 teve participação muito grande com interatividade entre os professores, coordenadores das Escolas e Técnicos da Secretaria de Educação (Fundação). Depois disso praticamente morreu e ficou assim, iniciativa dos coordenadores das escolas. É usado, mas não mais com o objetivo de capacitar, que era uma telessala, tinha um orientador de aprendizagem, um supervisor, então com essa estrutura, essa modificação do governo em gastos, não foi mais disponibilizado um orientador de aprendizagem, que seria uma pessoa assim que ficaria responsável por esse tipo de coordenação. O projeto praticamente morreu, ficando apenas uma iniciativa dos coordenadores. O “grande projeto” ficou esquecido. Nos outros estados estão bem avançados e no MS infelizmente...

Além do Salto para o Futuro o que mais temos de projeto em relação a EaD no Estado?

Professora A – No Estado temos o TV na Escola os desafios de hoje, que também é uma capacitação para os usos das novas tecnologias. É um projeto grande, dividido em três módulos, tem 180 horas, com quase 1.500 alunos. Já terminamos a primeira etapa que começou em 2000 e terminou em agosto de 2001. A nova turma começou em outubro, estão terminando o primeiro módulo e terminarão o cursos em abril de 2002. É uma clientela exclusiva, só para rede pública, tanto municipal, como estadual, capacitando os

professores, sendo uma parceria entre a SEED do MS, Universidade Federal e MEC Unirede (Universidade Virtual).

Que outra situação de EaD temos no Estado além desses dois projetos?

Professora B – Que a Secretaria de Educação participe não temos.

Professora A – De capacitação mesmo, só pela teleconferência, mas já aconteceu.

Professora C - Temos a capacitação em serviço, mas é aberta ao público em geral. Através da Antena Parabólica pegando de outros estados, com grande alcance. Dentre as teleconferências tivemos os seguintes assuntos abordados: Educação de jovens e adultos, Ensino Médio.

As teleconferências iniciaram em 1996 e sempre tem quando vai ser inserida uma novidade, mudança, como ocorreu em 199 com a Eleição de Diretores.

Professora A – Capacita todos os integrantes da escola. Se reúnem, assistem. Se a pessoa perde o programa, grava e depois faz o repasse.

Ultimamente teve 02 vídeos de teleconferência com a formatação de teleconferência que foi o Novo Fazer do Ensino Médio e da normatização, então nós gravamos e repassamos para os inspetores.

Professora B – O Salto para o Futuro desde 97 no MS, só assistem, não tem a capacitação, perdeu com a nova estrutura para reduzir os gastos, tem que tirar o professor da sala de aula, tem que levar para uma sala. O professor tem acesso a fita gravada, caso queira. O professor assiste, sem aquele compromisso, sem certificação, aquela parte de estudo mesmo, como era antigamente, usando, esporadicamente conforme o tema ou para a auto-formação.

Quais os recursos que são despendidos para a EaD? existe algum recurso específico para a EaD?

Coordenador – Não existe. È diluído no pacote, mas especificamente não. Já houve aqui no estado uma estrutura da seguinte maneira ééé (pensando), a gente tinha, o estado chegou a ter um link no satélite, tinha o satélite disponível, tinha a TV inteira, e tinha e tem até hoje

torres e antenas espalhadas pelo Estado inteiro. Era um negócio perfeito, seria de você fazer algo aqui, agora e sair ao vivo em todas as escolas, só que como essa discussão não interessou, hoje nós perdemos o link no satélite, não é mais do Estado e as antenas, quem utiliza é a TV Morena, sem pagar nada inclusive, nós perdemos. Toda a estrutura da TV educativa foi montada para isso, tinha esse link, tinha as antenas pelo estado todo, o satélite seria um negócio fantástico, mas como não usou, perdemos o link. O governo federal pegou de volta e vendeu para alguém e as antenas a TV Morena está usando.

Professora A – Recurso direto para EaD realmente não tem.

**Qual a compatibilidade da política Nacional e a política do Estado em relação a EaD?
Por exemplo como está o Proinfo no Estado?**

(Risos)

Professora B – O Proinfo foi dividido em diversas etapas. A primeira etapa foi realizada em 17 escolas estaduais, a primeira etapa foi muito reduzida. A Segunda etapa seria agora em outubro, novembro mas, está atrasada. O programa inteiro está atrasado em nível nacional.

Professora A – o Fust. de capacitação a distância temos via TV ainda O menino que foi do Mestre do MEC, teve alcance nacional, com módulos e fitas, e programas assistidos pela TV. Outro programa foi Mestre é aquele que aprende (mais para o pré- professora 2), para o ensino fundamental, também teve uma série chamada Educação para a Saúde, com carga horária maiores que 40 horas.

Coordenador – No caso do Proinfo e do Fust a gente tem um módulo de mídia administrativa Escolar, troca informações com a Secretaria e nós atualizamos agora todas as escolas onde o município tiver um provedor, fazer um acesso a Internet. Então nós esperamos que até março de 2002, todas as escolas desses 22 municípios tenham a Internet, só 22 municípios tem provedor.

O que vai representar no estado quase 70% das escolas.

Tem algum município que se destaca mais pela utilização da EaD no Estado?

Coordenador – Olha o que os municípios tem são os laboratórios novos de tecnologia e aí teria que ver como eles estão se saindo, mas é tudo na média.

Professora B – Existem 04 NTEs no Estado que estão atrelados ao Proinfo, eles tem um grupo, o MEC que subsidiou e esse grupo tem a finalidade de coordenar, acompanhar, avaliar. Eles é que concentram, na verdade, o trabalho em si.

Coordenador – Em termos de curso 90% é presencial, a distância é muito pouco. Não trocam nem e-mails, não colocam na prática. O próprio NTE estava com problemas na Internet. Há alguns grupos mais ativos como o da professora Vivi, mas está começando.

Qual a maior dificuldade enfrentada para implementar a EaD no Estado?

Professora B – Equipamentos. O estado não tem dinheiro, então ficamos dependendo do MEC, dependendo desses projetos. A EaD precisa de muito dinheiro.

Coordenador – Mas é preciso também dizer uma coisa, tudo bem o recurso é necessário, mas vamos supor se nós tivéssemos hoje o recurso na nossa mão, a gente levaria uns 02 anos para implantar um programa eficiente, porque nós não temos conhecimento acumulado para falar assim “amanhã iniciamos um programa de EaD”.

Professora B – Sim, nós não temos uma prática incorporada, nesse sentido.

Professora C – Além de não termos recurso, além de ser um número pequeno de escola com laboratório, há ainda uma resistência dos professores em relação a EaD, no curso das informações.

Professora A – Nós temos que capacitar o professor nessa nova prática, para depois conseguir alguma coisa e isso é a longo prazo.

Por exemplo o Telecurso também foi uma capacitação que funcionou muito bem, mas que agora não tem mais. Tem as fitas que o professor que pega uma vez, sempre volta e pega mais. O material é bom.

A TV Escola implantada em 1996, e agora as Escolas estão utilizando, porque primeiro quando se falava:- Precisa em cada sala de aula uma TV e um vídeo, os diretores falavam assim,

- Não, é mentira, isso aí né, não melhora.

Se você falar hoje para um diretor que vai enviar o seu pessoal, a última coisa que o diretor quer é investir em fita, acha que não, isso aí vai ser ruim para minha área.

Agora é que eles estão despertando para a importância, veja bem isso desde 96, nós estamos em 2001. Então as coisas são demoradas, até as pessoas assimilarem, as pessoas tem medo.

Coordenador – A perspectiva de estar juntos TV e o núcleo de EaD é começar fazer uma produção junta com a TV, o que pode produzir de material pedagógico para enviar para as escolas. Programas, documentários, registros, etc. o que for, a gente quer...

Quando tem a mudança de governo, de secretário, como fica a EaD?

(Risos)

Professora A – O que segura mesmo são esses projetos do MEC é o carro chefe e o que está tendo continuidade na EaD, porque a EaD neste governo, não começamos ainda, então o que segura mesmo são os projetos do MEC, muda o governo mas os projetos do MEC continuam, tem todo aquele começo do pessoal conhecer os projetos que a gente desenvolve, demora um pouco, atrasa o processo, mas os que sobrevivem são mesmo os projetos do MEC.

Coordenador – O que vale lembrar que não é só nessa área não, a rede física, mais ou menos um terço depende da relação com o MEC: merenda escolar, etc.

Ainda mais no nosso caso que mudou de secretário no meio do caminho, muda tudo.

As diretrizes nacionais de EaD são implementadas integralmente, ou são adaptadas à realidade do estado de MS?

Coordenador – São adaptadas integralmente a realidade tecnológica do Estado.

Professora A – Algumas são adaptadas, depende do projeto. Atualmente elas estão seguindo as diretrizes. Quando são diretrizes mais na área técnica, prática, a adaptação é normal, mas quando chega nas políticas filosóficas educacionais, acho que aí é que se o governo tiver alguma carta, aí é que vai definindo, então é possível trabalhar os projetos

públicos com as diretrizes nacionais colocando a política dos municípios a parte mais teórica.

Nessa parte teórica, nesse governo com relação a EaD tem alguma construção?

Professora A – Formalmente não, fica de acordo com o grupo que está coordenando.

Coordenador – Existe um outro grupo, é até enjoado falar disso, mas o governo tem uma escola de governo, um órgão governamental, eles tem um núcleo que está discutindo a política de EaD no Estado, mas sem a participação da SEED. É uma discussão que está super avançada. A escola de governo, esse é o nome do grupo, é ligada a casa civil. Eles estão montando uma equipe multidisciplinar, menos com a educação, ou seja, não vai caminhar para lugar algum. Da equipe que está lá montada, tem muita gente que entende de tecnologia, mas do pedagógico, do didático, e até do tema específico EaD, não tem ninguém. Tem muito é curioso. Nós da SEED não estamos participando porque nunca fomos convidados. Estão discutindo a política de EaD para a Escola, não é uma política para o Estado. Estão muito na discussão tecnológica, link, satélite.

Não sabemos quando eles produzirem documentos, fitas, vídeos, o que irá sair.

O coordenador desse grupo é um técnico, foi questionado: onde você acha que você aprendeu que você sabe de didática? Você nunca foi professor, nunca entrou em sala de aula, como você acha que esse conhecimento vem até você?

Ele ficou meio assim..., mas é uma coisa política, o governo estabeleceu que ele era o coordenador e assim...

Há resistência na implantação da EaD em MS?

Coordenador – A TV Educativa tem que cumprir o seu papel a serviço da Educação, se não pode esquecer, o máximo que ela faria seria as fitas de vídeo.

Professora A – A EaD quando surgiu, pareceu uma ameaça, vai substituir o professor, eu acho que ainda temos pessoas com medo disso. Sendo que na verdade o vídeo, o computador são um suporte, um instrumento para aprendizagem, e a EaD é um conforto. Você estudar na sua própria casa, e não são todas as pessoas que pensam assim, mas você tem que se disciplinar para que na hora de estudo você se dedique, muitas vezes é mais

difícil do que o presencial. Você faz a sua hora, o seu local, mas é necessário Ter essa hora de estudo.

Coordenador – Hoje em dia por exemplo, falando em capacitação, é possível vice se capacitar e muito bem pela Internet, muito bem, quase todo assunto você se capacita pela Internet, não só especificamente a assuntos ligados a educação, tem muitos assuntos.

No NTE a equipe mesmo, já esgotou todas as possibilidades que tem para se capacitar? A gente mesmo não tem esse hábito, porque tem muita coisa. Precisamos colocar mais em prática.

Anexo 4

Artigo 80 da Lei nº 9.394 de 23 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Art. 80. O poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I- custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II- concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III- reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Anexo 5

DECRETO N.º 2.494, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DECRETA:

Art. 1º. Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Parágrafo Único – O cursos ministrados sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente.

Art. 2º. Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional, e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim, nos termos deste Decreto e conforme exigências pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 1º. A oferta de programas de mestrado e de doutorado na modalidade a distância será objeto de regulamentação específica.

§ 2º. O Credenciamento de Instituição do sistema federal de ensino, a autorização e o reconhecimento de programas a distância de educação profissional e de graduação de qualquer sistema de ensino, deverão observar, além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica e as regulamentação a serem fixadas pelo Ministro de Educação e do Desporto.

§ 3º. A autorização, o reconhecimento de cursos e o credenciamento de Instituições do sistema federal de ensino que ofereçam cursos de educação profissional a distância deverão observar, além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica.

§ 4º. O credenciamento das Instituições e a autorização dos cursos serão limitados a cinco anos, podendo ser renovados após a avaliação.

§ 5º. A avaliação de que trata o parágrafo anterior, obedecerá a procedimentos, critérios e indicadores de qualidade definidos em ato próprio, a ser expedido pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 6º. A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem serão objeto de diligências, sindicância, e, se for o caso, de processo administrativo que vise a apurá-los, sustentando-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo ainda acarretar-lhe o descredenciamento.

Art. 3º. A matrícula nos cursos a distância do ensino fundamental para jovens e adultos, médio e educação profissional será feita independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Parágrafo Único - A matrícula nos cursos de graduação e pós-graduação será efetivada mediante comprovação dos requisitos estabelecidos na legislação que regula esses níveis.

Art. 4º. Os cursos a distância poderão aceitar transferência e aproveitar créditos obtidos pelos alunos em cursos presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas em cursos a distância poderão ser aceitas em cursos presenciais.

Art. 5º. Os certificados e diplomas de cursos a distância autorizados pelos sistemas de ensino, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Art. 6º. Os certificados e diplomas de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras, mesmo quando realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial.

Art. 7º. A avaliação do rendimento do aluno para fins de promoção, certificação ou diplomação, realizar-se-á no processo por meio de exames presenciais, de responsabilidade da Instituição credenciada para ministrar o curso, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto autorizado.

Parágrafo Único - Os exames deverão avaliar competência descritas nas diretrizes curriculares nacionais, quando for o caso, bem como conteúdos e habilidades que cada curso se propõe a desenvolver.

Art. 8º. Nos níveis fundamental para jovens e adultos, médio e educação profissional, os sistemas de ensino poderão credenciar instituições exclusivamente para a realização de exames finais, atendidas às normas gerais da educação nacional.

§ 1º. Será exigência para credenciamento dessas Instituições a construção e manutenção de banco de itens que será objeto de avaliação periódica.

§ 2º. Os exames dos cursos de educação profissional devem contemplar conhecimentos práticos, avaliados em ambientes apropriados.

§ 3º. Para exame dos conhecimentos práticos a que refere o parágrafo anterior, as Instituições credenciadas poderão estabelecer parcerias, convênios ou consórcios com Instituições especializadas no preparo profissional, escolas técnicas, empresas e outras adequadamente aparelhadas.

Art. 9º. O Poder Público divulgará, periodicamente, a relação das Instituições credenciadas, recredenciadas e os cursos ou programas autorizados.

Art. 10. As Instituições de ensino que já oferecem cursos a distância deverão, no prazo de um ano da vigência deste Decreto, atender às exigências nele estabelecidas.

Art. 11. Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em conformidade ao estabelecimento nos art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200 de 25 de Fevereiro de 1967, para promover os atos de credenciamento de que trata o § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das Instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das Instituições de educação profissional e de ensino superior demais sistemas.

Art. 12. Fica delegada competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 80 da Lei 9.394, para promover os atos de credenciamento de Instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância dirigidos à educação de jovens e adultos e ensino médio.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 1998, 117º dia da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Presidente da República

PAULO RENATO SOUZA – Ministro de Estado da Educação e Cultura

Anexo 6

DECRETO N.º 2.561, DE 27 DE ABRIL DE 1998

Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

D E C R E T A:

Art. 1º. Os arts. 11 e 12 do Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em conformidade ao estabelecido nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para promover os atos de credenciamento de que trata o §1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das instituições de educação profissional em nível tecnológico e de ensino superior dos demais sistemas”. (NR)

“Art. 12. Fica delegada competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 8º da Lei nº 9.394, de 1996, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância dirigidos à educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico”. (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Anexo 7

PORTARIA Nº 301, DE 7 DE ABRIL DE 1998 (Diário Oficial de 9 de abril de 1998)

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, no uso de suas atribuições, considerando:

o disposto na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998; e

a necessidade de normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância, resolve:

Art. 1º. A instituição de ensino interessada em credenciar-se para oferecer cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico a distância deverá apresentar solicitação ao Ministério da Educação e do Desporto, a ser protocolada no Protocolo Geral do MEC ou na DEMEC da unidade da federação respectiva.

§ 1º. A instituição de ensino interessada em credenciar-se para oferecer cursos de educação fundamental dirigidos à educação de jovens e adultos, ensino médio e a educação profissional em nível técnico, deverá apresentar solicitação às autoridades integrantes dos respectivos sistemas.

§ 2º. As instituições poderão, em qualquer época, apresentar as solicitações de credenciamento de que trata esta Portaria.

Art. 2º. O credenciamento da instituição levará em conta os seguintes critérios:

I- breve histórico que contemple localização da sede, capacidade financeira, administrativa, infra-estrutura, denominação, condição jurídica, situação fiscal e parafiscal e objetivos institucionais, inclusive da mantenedora;

II- qualificação acadêmica e experiência profissional das equipes multidisciplinares - corpo docente e especialistas nos diferentes meios de informação a serem utilizados - e de eventuais instituições parceiras;

III- infra-estrutura adequada aos recursos didáticos, suportes de informação e meios de comunicação que pretende adotar;

IV- resultados obtidos em avaliações nacionais, quando for o caso;

V- experiência anterior em educação no nível ou modalidade que se proponha a oferecer.

Art. 3º. A solicitação para credenciamento do curso de que trata o § 1º deverá ser acompanhada de projeto, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

I- estatuto da instituição e definição de seu modelo de gestão institucional, incluindo organograma funcional, descrição das funções e formas de acesso a cada cargo, esclarecendo atribuições acadêmicas e administrativas, definição de mandato, qualificação mínima exigida e formas de acesso para os cargos diretivos ou de coordenação, bem como a composição e atribuições dos órgãos colegiados existentes;

II- elenco dos cursos já autorizados e reconhecidos, quando for o caso;

III- dados sobre o curso pretendido: objetivos, estrutura curricular, ementas, carga horária estimada para a integralização do curso, material didático e meios instrucionais a serem utilizados;

IV- descrição da infra-estrutura, em função do projeto a ser desenvolvido: instalações físicas, destacando salas para atendimento aos alunos; laboratórios; biblioteca atualizada e informatizada, com acervo de periódicos e livros, bem como fitas de áudio e vídeos; equipamentos que serão utilizados, tais como: televisão, videocassete, audiocassete, equipamentos para vídeo e teleconferência, de informática, linhas telefônicas, inclusive linhas para acesso a redes de informação e para discagem gratuita e aparelhos de fax à disposição de tutores a alunos, dentre outros;

V- descrição clara da política de suporte aos professores que irão atuar como tutores e de atendimento aos alunos, incluindo a relação numérica entre eles, a possibilidade de acesso à instituição, para os residentes na mesma localidade e formas de interação e comunicação com os não-residentes;

VI- identificação das equipes multidisciplinares - docentes e técnicos - envolvidas no projeto e dos docentes responsáveis por cada disciplina e pelo curso em geral, incluindo qualificação e experiência profissional;

VII- indicação de atividades extracurriculares, aulas práticas e estágio profissional oferecidos aos alunos;

VIII- descrição do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação e da avaliação do rendimento do aluno ao longo do processo e ao seu término.

§ 1º. O projeto referido no *caput* deste artigo será integralmente considerado nos futuros processos de avaliação e credenciamento da instituição.

§ 2º. Sempre que houver parceria entre instituições para a oferta de cursos a distância, as informações exigidas neste artigo estendem-se a todos os envolvidos.

Art. 4º. As informações apresentadas pela proponente poderão ser complementadas pela Secretaria de Ensino Superior - SESu e Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC, com informações adicionais da Secretaria de Educação a Distância – SEED,

podendo incluir outras, prestadas por órgãos do MEC ou por instituições de reconhecida competência na área de educação a distância.

Art. 5º. A Secretaria de Ensino Superior - SESu, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, respectivamente no que diz respeito à educação superior e educação profissional, e a Secretaria de Educação a Distância - SEED, completado o conjunto de informações, constituirão uma comissão de credenciamento, especialmente designada para avaliar a documentação apresentada e verificar, *in loco*, as condições de funcionamento e potencialidades da instituição.

§ 1º. O credenciamento de instituições para oferecer cursos de graduação a distância se dará com o ato legal de funcionamento de seus cursos.

§ 2º. Sempre que as instituições interessadas em credenciar-se para oferecer cursos de graduação a distância não estiverem credenciadas como instituições de educação superior para o ensino presencial, deverão apresentar, no projeto de que trata a art. 3.º desta Portaria, as informações e dados previstos no art. 2.º da Portaria MEC n.º 640, de 13 de maio de 1997.

Art. 6º. A comissão de credenciamento, uma vez concluída a análise da solicitação, elaborará relatório detalhado, no qual recomendará ou não o credenciamento da instituição.

Parágrafo único - A análise de que trata este artigo, no que se refere aos cursos de graduação a distância, será analisada pela comissão de credenciamento e pela SESu/MEC, atendendo ao disposto na Portaria n.º 640, de 1997, em tudo o que for aplicável.

Art. 7º. O relatório da comissão, acompanhado da documentação pertinente, integrará o relatório da Secretaria de Ensino Superior - SESu e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, que será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, para deliberação.

Art. 8º. O parecer do Conselho Nacional de Educação de que trata o artigo anterior será encaminhado ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto para homologação.

§ 1º. Havendo homologação de parecer favorável, pelo Ministro, o credenciamento far-se-á por ato do Poder Executivo.

§ 2º. Em caso de homologação de parecer desfavorável, a instituição interessada só poderá solicitar novo credenciamento após o prazo de dois anos, a contar da data da homologação do parecer no Diário Oficial.

Art. 9º. O reconhecimento de cursos superiores de graduação a distância autorizados e a autorização de novos cursos de graduação e cursos sequenciais a distância, nas instituições credenciadas para a oferta de educação a distância, deverão obedecer o que dispõe a Portaria n.º 641, de 13 de maio de 1997, e n.º 887, de 30 de julho de 1997, no que for aplicável.

Art. 10. As instituições que obtiverem credenciamento para oferecer cursos a distância serão avaliadas para fins de credenciamento após cinco anos.

Art. 11. Será sustada a tramitação de solicitação de credenciamento de que trata esta Portaria, quando a proponente ou sua mantenedora estiverem submetidas a sindicância ou inquérito administrativo.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA